

Proposicao	Ementa	Autor
PL 2423/1989	Dispõe sobre os crimes de tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ,dando outras providências.	Senado Federal - Jamil Haddad
PL 543/1991	Dispõe sobre retenção dolosa do salário. Explicação: Agrava a pena para a retenção dolosa de salário, regulamenta o disposto no inciso X do art. 7º da Constituição Federal de 1988.	ULDURICO PINTO
PL 837/1991	Acrescenta Capítulo ao Título I do Código Penal, que define o crime contra a dignidade da pessoa humana Explicação: Dispõe sobre o crime de tortura com o intuito de obter confissão ou informação. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	SIGMARINGA SEIXAS
PL 927/1991	Considera apropriação indébita a retenção de salários. Explicação: Regulamentando o disposto no inciso x do artigo setimo da Constituição Federal de 1988.	Rita Camata
PL 2464/1991	Institui o crime de tortura e dá outras providências Explicação: Decreto-lei nº 2.848 de 1940.	HELIO BICUDO
PL 4106/1993	Acrescenta parágrafo ao art. 211 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Explicação: Penaliza a ocultação de cadáver, aumenta a pena se for com intenção de comercializar.	Senado Federal - Cesar Dias
PL 4197/1993	Introduz modificações nos arts. 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279 e 280 do Código Penal - Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Determina o aumento de pena para os crimes de corrupção ou falsificação de substância alimentícia ou medicinal.	WANDA REIS
PL 4366/1993	Altera dispositivos da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor", e do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Explicação: Inclui nos crimes resultantes de preconceitos, os de origem, sexo, idade, estado civil, ou de quaisquer outras formas de discriminação; aumenta as penalidades se o agente cometer o crime impelido por racismo ou por motivação mediante promessa de paga ou recompensa.	BENEDITA DA SILVA

PL 70/1995	Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências. Explicação: Admite a mudança do prenome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha se submetido a intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo original, ou seja, operação transexual. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	José Coimbra
PL 779/1995	Eleva as penas previstas para o crime de receptação, modificando o art. 180 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena por receptação para 04 a 10 anos e multa, e por receptação culposa para 06 meses a 02 anos e multa.	Coraucci Sobrinho
PL 1157/1995	Institui normas especiais de investigação criminal nos crimes que especifica. Explicação: Possibilita a realização de escuta telefônica nos crimes de roubo, extorsão e sequestro. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990. (desmembramento do PL nº 7.18/95).	Poder Executivo

PL 1668/1996	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos Crimes contra a Administração Pública. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e o Decreto-lei nº 3.689, de 1941.	Poder Executivo
PL 3187/1997	Dispõe sobre o crime de dano, alterando os arts. 163, 165 e 167, e acrescentando o art. 167-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Inclui como crime de dano o conspurcar, sujar ou picar coisa alheia, monumentos tombados de patrimônio histórico, artístico ou arqueológico, utilizando qualquer tipo de tinta e piche, de maneira furtiva ou dissimulada, podendo o juiz substituir a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade, sempre que as circunstâncias indicarem que tal pena é suficiente.	Senado Federal - Romeu Tuma
PL 3757/1997	Acrescenta parágrafos ao art. 149 do Código Penal. Explicação: Incluindo dentre a tipificação do crime reduzir alguém a condição análoga a de escravo a contratação de trabalho de menor de quatorze anos de idade, direta ou indiretamente, para fins econômicos, salvo o de auxílio em âmbito familiar do adolescente aos pais ou responsáveis, fora do horário escolar e que não prejudique na formação educacional, sendo compatível com suas condições físicas e psíquicas.	Paulo Rocha
PL 4313/1998	Acrescenta o inciso V no art. 111, do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Explicação: Estabelece que a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, nos crimes de falsificação e de uso de documento falso ocorrera da data de sua primeira utilização, independentemente da obtenção do proveito ou da produção de dano.	Zulaiê Cobra

PL 4747/1998	Acrescenta artigo ao Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916) e parágrafo ao art. 129 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). Explicação: Dispõe que a pessoa natural ou jurídica que doar alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, a pessoas carentes, diretamente, ou por intermédio de entidades, associações ou fundações, sem fins lucrativos, é isenta de responsabilidade civil ou penal, resultante de dano ou morte ocasionados ao beneficiário, pelo consumo do bem doado, desde que não se caracterize dolo ou negligência. Projeto chamado de "Bom Samaritano".	Senado Federal - Lúcio Alcântara
PL 20/1999	Altera a redação do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1949 - Código Penal, relativo às penas restritivas de direito.	Paulo Rocha
PL 24/1999	Institui crime de tortura e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Paulo Rocha
PL 271/1999	Aumenta a pena por omissão de socorro e dá outras providências.	Enio Bacci
PL 276/1999	Institui pena para transmissão deliberada do vírus da Aids.	Enio Bacci
PL 277/1999	Altera o parágrafo 3º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - (Código Penal). Explicação: Reduz a pena para a lesão corporal seguida de morte, quando o crime é culposos.	Enio Bacci
PL 278/1999	Altera o parágrafo 5º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - (Código Penal). Explicação: Estabelece que no caso de homicídio culposos o juiz poderá deixar de aplicar a pena se as consequências da infração atingirem ascendente, descendente, cônjuge ou irmão, de forma grave.	Enio Bacci
PL 299/1999	Institui que as penas em regime aberto serão cumpridas em casa de albergado ou prisão domiciliar e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci
PL 304/1999	Autoriza o trabalho externo aos condenados em regime semi-aberto e dá outras providências. Explicação: Dispensa o exame criminológico de classificação para progressão da pena que será automática, sempre que cumprido um sexto da pena, exceto se autoridade judicial atestar o mau comportamento prisional. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci
PL 306/1999	Torna homicídio qualificado o crime praticado por grupos de extermínio, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci
PL 310/1999	Regula o trabalho externo a condenados em regime inicial aberto ou semi-aberto, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci
PL 358/1999	Altera o foro competente para ações por emissão de cheques sem fundo, e dá outras providências. Explicação: Define o foro competente e do local onde se deu a emissão do respectivo cheque, ou domicílio da vítima. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci

PL 359/1999	Acrescenta § 4º ao art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal. Explicação: Dispõe que o pagamento de cheque sem fundo até a sentença com a respectiva concordância do credor, poderá suspender a ação penal.	Enio Bacci
PL 831/1999	Acrescenta o crime de retirada de órgãos ou tecidos humanos de pessoa viva ao Código Penal e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Alberto Fraga
PL 1086/1999	Acrescenta inciso ao § 2º do art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a fraude, por qualquer meio, em concurso público ou exame vestibular.	Bispo Wandervall
PL 1151/1999	Acrescenta dispositivo ao Código Penal, distinguindo como crime o armazenamento, a venda ou a oferta de bebida alcoólica em posto de abastecimento de combustíveis.	Feu Rosa
PL 1234/1999	Modifica a redação do art. 180 do Código Penal e dá outras providências. Explicação: Aumenta a pena para quem comete o crime de receptação; incluindo dentre os infratores as pessoas que mesmo não utilizando o produto do roubo em atividade comercial ou industrial, sabem ou deveriam saber que a coisa receptada é proveniente de crime praticado com violência; altera o decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Luiz Antonio Fleury
PL 1235/1999	Modifica o § 1º do art. 351 e o art. 352 do Código Penal. Explicação: Dispõe sobre a fuga de preso realizada com violência ou grave ameaça e aumentando a pena de reclusão para este delito; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Luiz Antonio Fleury
PL 1309/1999	Tipifica conduta de escrever ou "pichar" coisa alheia, modificando o art. 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Wagner Salustiano
PL 1508/1999	Dá nova redação ao artigo 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece que a pena restritiva de direitos substituirá a pena privativa de liberdade quando esta não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa e nem for tipificado como crime hediondo.	Lino Rossi
PL 1520/1999	Tipifica como crime descontos salariais a título de recebimento de cheques sem provisão de fundos por parte de empregado.	Paulo Paim
PL 1682/1999	Acrescenta dispositivos ao Código Penal para incriminar condutas relacionadas ao uso ilícito do computador. Explicação: Define como crime a violação de comunicação eletrônica, alteração ou destruição de dados, programas de computação, sistema informático e telemático, sem autorização devida, aumentando-se a pena se a vítima for órgão público. Altera o decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Arnaldo Faria de Sá
PL 1768/1999	Acrescenta parágrafo ao artigo 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que dispõe sobre penas restritivas de direitos. Explicação: Dispõe que a pena restritiva de direitos não será aplicada ao condenado por crime insuscetível de liberdade provisória.	Antonio Carlos Biscaia

PL 2143/1999	Dispõe sobre o registro genealógico de cães, a identificação especial de cães perigosos, acrescenta o art. 131-A ao Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Senado Federal - Luiz estevão
PL 2741/2000	Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas.	Senado Federal - José Roberto Arruda
PL 2751/2000	Tipifica o crime organizado, qualifica-o como crime hediondo, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 1940.	Alberto Fraga
PL 2799/2000	Acrescenta o § 4º ao art. 261 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Inclui como crime o descumprimento de instrução recebida de tripulante que possa ameaçar a segurança da embarcação ou aeronave ou causar dano à saúde e à integridade das pessoas a bordo.	Jair Bolsonaro
PL 2858/2000	Acresce dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e à Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995. Explicação: Inclui dentre os crimes contra a paz pública, a organização criminosa formada por três ou mais pessoas que, de forma estruturada e com divisão de tarefas, valem-se da violência, intimidação, corrupção, fraude ou outros meios assemelhados para cometer delito.	Poder Executivo
PL 2875/2000	Acrescenta dispositivo ao art. 132 do Código Penal, proibindo, durante a atividade circense, a manutenção e a exposição de animais perigosos. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Paulo Lima
PL 2955/2000	Modifica a redação do inciso III, do § 2º do art. 157, do Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Inclui o termo custódia, no dispositivo do Código Penal, que trata do aumento da pena de reclusão para roubo, nos casos de transporte de valores.	Nelo Rodolfo
PL 2982/2000	Prevê nova redação para o art. 289 do Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, acrescentando modalidade de falsificação de moeda de polímero. Explicação: Considera crime a fabricação, falsificação ou alteração de moeda de metal, cédula de papel ou cédula de plástico.	Robson Tuma
PL 3011/2000	Altera o art. 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e acrescenta o inciso VI ao art. 323, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal. Explicação: Aumenta o prazo de detenção para 3 (três) anos para mau uso de verbas ou rendas públicas, e determina como crime inafiançável, o desvio de recursos públicos destinados a educação, saúde e assistência social.	Osvaldo Biolchi

PL 3473/2000	Altera a Parte Geral do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Fixa critérios quanto à aplicação e cumprimento da pena de prisão (regime fechado, semi-aberto e livramento condicional); pena de restrição de direitos (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direito e limitação de fim de semana), multa e perda de bens.	Poder Executivo
PL 4333/2001	Altera a redação do inciso I do art. 142 do Código Penal - Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Estabelece que não será crime de injúria ou difamação, a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, inclusive em relação aos juízes, promotores, partes e serventuários da justiça.	José Roberto Batochio
PL 4433/2001	Altera o art. 339 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Altera a redação dada pela Lei nº 10.028, de 2000, que caracteriza denúncia caluniosa dar causa a instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa, substituindo-se a expressão "imputando - lhe crime de que sabe inocente", por "imputando-lhe fato de que o sabe inocente" ; mudando, também, a causa de diminuição de pena que, na forma atual aplica-se quando a " imputação é de prática de contravenção penal" para a " imputação não é de prática de crime".	Poder Executivo
PL 4596/2001	Dispõe sobre a prescrição nos crimes de falsificação. Explicação: Considera como termo inicial da prescrição o momento de efetiva utilização do documento falso, seja o mesmo público, particular, selo ou sinal público; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Zulaiê Cobra
PL 4613/2001	Dispõe sobre a prescrição da ação penal. Explicação: Estabelece que, para os crimes contra a administração pública, o prazo prescricional será contado a partir do dia em que o fato se tornar conhecido; altera o Decreto-Lei 2.848, de 1940.	Antônio do Valle

PL 4742/2001	Introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho. Explicação: Inclui como Assédio Moral no Trabalho a desqualificação por meio de palavras, gestos ou atitudes, a auto-estima, a segurança ou a imagem do servidor público ou empregado em razão de vínculo hierárquico funcional ou laboral.	Marcos de Jesus
PL 4800/2001	Acrescenta artigo, altera a redação dos arts. 312, 313 e 317 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Aumenta a pena de reclusão para crimes contra a administração pública, buscando ampliar o prazo prescricional contido no artigo 109, que regula a prescrição dos crimes pelo máximo da pena privativa de liberdade.	Custódio Mattos
PL 4843/2001	Altera a redação do parágrafo único do art. 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Dispõe sobre a representação do ofendido nos casos de discriminação racial, religiosa, de cor, ou origem, tornando pública a ação.	Luiz Alberto
PL 4862/2001	Estabelece a obrigatoriedade da presença física do Juiz de Execuções penais em locais de motim de presos e altera o art. 354 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Aplica pena de reclusão de 02 (dois) a 04 (quatro) anos, além da pena por violência ou dano ao patrimônio público, aos presos que formarem motim ou rebelião.	Alberto Fraga
PL 4887/2001	Introduz art. 267-A, no Código Penal Brasileiro - Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Explicação: Considera Crime contra a Saúde Pública a contaminação de terceiros com doença incurável de que sabe ser portador, incluindo o contágio pelo vírus HIV (AIDS).	Feu Rosa
PL 4917/2001	Inclui inciso no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, tipificando como hediondo o crime de aborto, e altera os arts. 124, 125 e 126 do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Givaldo Carimbão
PL 4960/2001	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para instituir o crime de assédio moral.	Feu Rosa
PL 5077/2001	Acrescenta Capítulo ao Título XI do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Inclui os crimes contra a prestação de serviços públicos e suas penalidades.	Poder Executivo
PL 5092/2001	Altera os arts. 163 e 165 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Explicação: Inclui a pichação como crime contra a coisa alheia, aumentando as atuais penas para os crimes de dano, dano qualificado e dano em coisa de valor artístico, arqueológico e histórico.	José Carlos Coutinho

PL 5115/2001	Altera o art. 289 do Código Penal - Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Inclui a falsificação de moeda de plástico (polímero) como crime de falsificação.	José Carlos Coutinho
PL 5439/2001	Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. Explicação: Altera as Leis nºs 6.368, de 1976; 7.716, de 1989; 9.455, de 1997; e o Decreto-Lei nº 3.688, de 1941.	Paulo José Gouvêa
PL 5586/2001	Aumenta as penas previstas para o crime de receptação, modificando o art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta as penas de reclusão e detenção para os crimes de receptação e receptação qualificada, respectivamente.	José Carlos Coutinho
PL 5617/2001	Altera-se o art. 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Explicação: Aumenta a pena para o crime de ameaça, quando simular ato terrorista.	Fernando Coruja
PL 5626/2001	Acrescenta artigo ao Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, tornando crime a simulação de ato terrorista.	Paulo Paim
PL 5659/2001	Acrescenta o art. 287-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Torna crime a simulação de ato terrorista, capaz de provocar alarme, ou produzir pânico ou tumulto.	Poder Executivo
PL 5887/2001	Tipifica o assédio moral, acrescentando artigo ao Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Max Rosenmann
PL 5971/2001	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a coação moral no ambiente de trabalho.	Inácio Arruda
PL 6004/2001	Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Responsabiliza o proprietário de animal feroz em caso de agressão com lesão corporal.	Wilson Santos
PL 6020/2001	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro do 1940 (Código Penal), para o fim de definir o crime de coação no curso da atividade administrativa.	Senado Federal - SEBASTIÃO ROCHA

PL 6081/2002	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Explicação: Inclui como penalidade o fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha em inquérito civil.	Feu Rosa
PL 6132/2002	Introduz inciso no art. 1º no art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro. Explicação: Caracteriza como homicídio qualificado o crime contra trabalhador ou pessoa no exercício de suas funções produtivas habituais.	Lincoln Portela
PL 6477/2002	Aumenta a pena prevista no art. 211 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Explicação: Aumenta de 3 (três) para 5 (cinco) anos a pena para o crime de destruição, subtração e ocultação de cadáver.	José Carlos Coutinho
PL 6541/2002	Acrescenta o art. 153-A ao Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Explicação: Inclui como crime passível de pena a divulgação ou comercialização de endereços e dados pessoais sem a devida autorização.	Paulo Rocha
PL 6570/2002	Acrescenta o art. 351-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Tipifica como Crime contra a Administração Pública o fornecimento de armas, transporte, meios de comunicação ou qualquer outra forma de apoio ao preso com fins de facilitar a prática de novos crimes, incluindo rebelião e fuga.	Lincoln Portela
PL 6699/2002	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Inclui como Crime contra a Saúde Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	José Carlos Coutinho
PL 6726/2002	Modifica dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Agrava a pena para o crime de receptação.	José Carlos Coutinho
PL 6760/2002	Altera a redação do art. 129, § 7º, do Decreto-Lei nº 2848, de 07 dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena para o crime de lesão corporal, quando praticado contra o cônjuge ou companheiro.	Nair Xavier Lobo
PL 6764/2002	Acrescenta o Título XII, que trata dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, à Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Tipifica os Crimes contra o Estado Democrático de Direito a saber: Crime contra a Soberania Nacional, Crime contra as Instituições Democráticas, Crime contra o Funcionamento das Instituições Democráticas e dos Serviços Essenciais, Crime contra Autoridade Estrangeira ou Internacional e Crime contra a Cidadania.	Poder Executivo
PL 6822/2002	Acrescenta art. ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Dispõe sobre a responsabilidade penal dos administradores de entidades fechadas de previdência complementar.	Senado Federal - ANTONIO CARLOS JUNIOR

PL 6824/2002	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Explicação: Autoriza os ascendentes a adotarem; liberando da apresentação de certidão de nascimento para o ingresso na escola; alterando dispositivos sobre a competência do Ministério Público e da Justiça da Infância e da Juventude; aplicando a pena de reclusão para aqueles que promoverem a exploração sexual e a prostituição infantil; autorizando a ação penal pública se a vítima for menor de 21 anos de idade.	Senado Federal - GERALDO ALTHOFF
PL 6891/2002	Adiciona-se dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica como crime, sujeito a pena de reclusão, o abuso da condição de administrador de entidade fechada de previdência complementar, que gerir a empresa com o objetivo de lucro para si ou causar-lhe prejuízo.	José Carlos Coutinho
PL 6935/2002	Adiciona-se dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica como crime de dano a conspurcação ou a pichação de coisa alheia, autorizando a utilização de representação judicial para proceder a ação penal.	José Carlos Coutinho
PL 7132/2002	Dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências. Explicação: Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 1940 e 3.689, de 1941; e a Lei nº 8.072, de 1990.	Senado Federal (Comissão Mista - art. 142 e 143 do Regimento Comum)
PL 7133/2002	Altera a Parte Geral e os arts. 157, § 2º, I, 158, 329 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) e dá outras providências. Altera os arts. 85 e 86 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências". Explicação: Altera dispositivos que tratam da pena de restrição de direitos, incluindo a conversão da prestação de serviços à comunidade.	Senado Federal (Comissão Mista - art. 142 e 143 do Regimento Comum)

PL 7223/2002	Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que "dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas", e ao art. 288 do Código Penal. Explicação: Estabelece critérios para definir a associação ilícita, quadrilha ou bando organizado; fixa pena de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos para o criminoso; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Luiz Carlos Haully
PL 7322/2002	Modifica dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Considera agente o proprietário, possuidor ou responsável por animal feroz que causar lesão corporal.	José Carlos Coutinho
PL 7379/2002	Acrescenta dispositivos a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Obriga o condenado a pena privativa de liberdade a cumprir jornada de trabalho, sujeito ao regime da CLT; o preso em regime semi-aberto desenvolverá trabalho apenas em obras públicas; admite o trabalho externo para os presos em regime fechado quando se enquadrarem nos critérios do regime semi-aberto.	José Carlos Coutinho
PL 7418/2002	Acresce inciso IV ao art. 92 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Exclui os autores ou cúmplices de homicídio voluntário ou tentativa de homicídio, do direito de herança.	Paulo Baltazar
PL 7435/2002	Acrescenta § 7º ao art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Enquadra como receptação qualificada o fato do receptador ser comerciante ou industrial.	Oscar Andrade
PL 12/2003	Acrescenta parágrafo ao art. 132 do Código Penal, para proibir a utilização de animais em espetáculos circenses. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Iara Bernardi
PL 126/2003	Acrescenta parágrafo ao art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, que dispõe sobre penas restritivas de direitos. Explicação: Proíbe a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos nos crimes insuscetíveis de liberdade provisória, tráfico de drogas e ações de organização criminosa.	Antonio Carlos Biscaia
PL 149/2003	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, tipificando o crime de terrorismo e dá outras providências.	Alberto Fraga
PL 476/2003	Altera o Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a fim de modificar os critérios de suspensão condicional da pena. Explicação: Amplia o prazo de suspensão da execução da pena privativa de liberdade de dois para quatro anos, desde que o crime praticado não seja doloso; proíbe a mudança de domicílio, sem autorização do juiz.	Senado Federal - ROMEU TUMA
PL 511/2003	Acrescenta incisos ao art. 121, § 2º, e acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipificacomo homicídio qualificado o crime cometido contra parentes, irmão, cônjuge, criança, gestante, idoso, companheiro ou ainda testemunhas ou pessoas sob proteção de autoridade; aumenta a pena de lesão corporal nos mesmos casos.	Custódio Mattos

PL 512/2003	Acrescenta parágrafo ao art. 63, dá nova redação ao art. 351 e parágrafos do Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal e dá outras providências. Explicação: Fixa período para pena-base no caso de reincidência e agravando a pena de reclusão no caso da facilitação de fuga de presos.	Custódio Mattos
PL 560/2003	Dispõe sobre a fraude em concurso público. Explicação: Tipifica como Crime contra a Administração Pública a fraude em concursos públicos, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 9 de dezembro de 1940.	Elimar Máximo Damasceno
PL 578/2003	Altera as penas dos crimes previstos nos artigos 147, 351, 352 e 354 do Código Penal, Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Explicação: Aumenta as penas de detenção e reclusão para os crimes de ameaça, facilitação de fuga de preso e motim de presos; agrava a pena se o crime for praticado por ou contra funcionário público encarregado de atividades de segurança pública ou jurisdicional.	Alberto Fraga
PL 588/2003	Altera a pena do crime de receptação previsto no art. 180 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Explicação: Aumenta a pena de reclusão para o crime de receptação.	Coronel Alves
PL 780/2003	Altera a redação do art. 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Explicação: Aumenta a pena de reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos para o crime de emprego irregular de verbas ou renda públicas.	Iriny Lopes
PL 823/2003	Altera dispositivo das Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 que dispõe sobre crimes hediondos, bem como inclui parágrafo único no art. 39 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece que o trabalho do preso que cometeu crime hediondo será realizado no presídio, sendo garantida sua remuneração, descontadas as verbas para indenização por danos causados pelo crime, assistência à família e ressarcimento de despesas ao Estado.	José Divino
PL 1308/2003	Altera e revoga dispositivos do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Revoga dispositivos elencados nos Crimes contra os Costumes e alterando a denominação do Capítulo que trata do "Lenocínio e do Tráfico de Mulheres" para "Da Exploração e do Tráfico Sexual", com o fim de incluir as pessoas em geral.	Comissão de Legislação Participativa
PL 1336/2003	Acrescente-se o art. 175-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal). Explicação: Tipifica como crime a adulteração de combustível com o intuito de enganar e obter vantagem.	Alceu Collares
PL 1459/2003	Acrescenta um parágrafo ao art. 126 do Código Penal. Explicação: Aplica pena de reclusão aos casos de abortos provocados em razão de anomalia na formação do feto ou "aborto eugênico"; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Severino Cavalcanti
PL 1673/2003	Tipifica o crime de fraude em concursos públicos e vestibulares.	Carlos Souza
PL 1864/2003	Modifica dispositivos do Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e dá outras providências. Explicação: Amplia o prazo de suspensão da execução da pena privativa de liberdade de 2 (dois) para 4 (quatro) anos.	Carlos Nader

PL 1908/2003	Acrescenta parágrafo único ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Agrava a pena do crime de lesão corporal se o crime for praticado contra idoso, pessoa deficiente, criança ou adolescente.	Rubens Otoni
PL 2311/2003	Acrescenta o art. 311-A ao Código Penal, dispondo sobre fraudes em concursos públicos e em exames vestibulares. Explicação: Tipifica o crime de fraude em concurso público e exame vestibular, imputa ao agente do crime pena de reclusão e perda de cargo se servidor público; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Comissão de Legislação Participativa
PL 2340/2003	Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Código Penal. Explicação: Fixa a pena de reclusão para o crime de lesão corporal contra idoso, cônjuge, companheira e criança, menor de 14 (quatorze) anos de idade; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	André Luiz
PL 2357/2003	Acrescenta parágrafo ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena de um terço para o crime de lesão corporal quando a vítima for idoso, pessoa portadora de deficiência, criança ou adolescente.	Sandes Júnior
PL 2378/2003	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, dispondo sobre os crimes de furto, roubo, dano e receptação praticados contra o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.	João Magno
PL 2517/2003	Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar a pena do crime de furto de animais.	Luis Carlos Heinze
PL 2543/2003	Altera a redação do §7º do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal, dispondo sobre novas causas de aumento de pena no crime de lesão corporal. Explicação: Inclui como circunstância agravante o fato do crime ser praticado contra menor de 18 (dezoito) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou contra pessoa portadora de deficiência física ou mental.	Carlos Souza
PL 2632/2003	Altera os arts. 121e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como homicídio qualificado o crime quando cometido contra parente, irmão, cônjuge, companheiro, e lesão corporal grave quando causada por abuso das relações domésticas.	Senado Federal - Demóstenes Torres
PL 2668/2003	Agrava as penas para os crimes de redução análoga à de escravo e aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, dando nova redação aos arts. 149 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Paulo Marinho

PL 2729/2003	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; da Lei nº 9.279, de 1996 - Código de Propriedade Industrial; da Lei nº 9.610, de 1998 - Lei de Direitos Autorais e Lei nº 9.609, de 1998 - Lei de Proteção da Propriedade Intelectual de Programa de Computador. NOVA EMENTA: Dá nova redação aos arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Explicação: Agrava a pena para o crime de reprodução (pirataria) de obra intelectual, fonograma, videofonograma, programa de computador e aplicativos, violação do direito de marca e patente, dentre outros.	Leonardo Picciani
PL 2746/2003	Torna mais grave a pena do crime de prevaricação. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Coriolano Sales
PL 2804/2003	Acrescenta § 7º ao art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Enquadra como receptação qualificada o fato do receptor ser comerciante ou industrial.	Carlos Nader
PL 2845/2003	Estabelece normas para a organização e a manutenção de políticas públicas específicas de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças, institui o Sistema Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos e dispõe sobre a regulamentação de seus aspectos civis e penais. Explicação: Considera como parte integrante deste projeto o texto da "Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional" e seus Protocolos.	Nelson Pellegrino
PL 2862/2004	Revoga-se o art. 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Revoga o dispositivo que reduz de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de (70) setenta anos.	Rubinelli
PL 3032/2004	Tipifica como estelionato a fraude em concurso público e vestibular. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Alberto Fraga
PL 3106/2004	Dá nova redação ao art. 115 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, alterado pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Explicação: Exclui do benefício da redução dos prazos de prescrição do crime os maiores de 70 (setenta anos).	Geddel Vieira Lima
PL 3180/2004	Acrescenta art. ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, criando um novo tipo penal. Explicação: Tipifica como crime contra a administração da justiça a obstrução no cumprimento de ordem judicial ou ação da autoridade policial em investigação criminal.	Antonio Carlos Biscaia

PL 3340/2004	Altera o inciso III do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Aumenta a pena de um terço até metade na hipótese da vítima do crime de roubo ser funcionário de empresa de valores e o agente conhecer tal circunstância.	Carlos Nader
PL 3469/2004	Altera-se o art. 340 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal). Explicação: Estabelece pena em dobro e cumulativa para a comunicação falsa de ato terrorista.	Fernando Coruja
PL 3503/2004	Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav), além de outras providências. Explicação: Regulamenta a Constituição Federal de 1988; inclui como beneficiários as vítimas de bala perdida; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e o Decreto-Lei nº 3.689, de 1941 e a Lei Complementar nº 79, de 1994.	Senado Federal - José Sarney
PL 3526/2004	Introduz artigo 311-A à Lei nº 2.848, de 9 dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a fraude em concurso público ou exame vestibular; altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Pastor Reinaldo
PL 3716/2004	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Caracteriza como homicídio qualificado o homicídio cometido contra funcionário público no exercício da função.	Reginaldo Germano
PL 3743/2004	Dá nova redação ao art. 321 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Autoriza o servidor a patrocinar advocacia administrativa para defesa de interesse previdenciário ou assistencial para ascendente, descendente, cônjuge ou irmão.	Coronel Alves
PL 3763/2004	Dá nova redação ao art. 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Preve o dano qualificado quando houver crime contra o patrimônio do Distrito Federal.	Coronel Alves
PL 3764/2004	Dá nova redação ao art. 182 e revoga-se o art. 181 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Revoga a isenção de pena para parente que comete crime contra o patrimônio dos familiares; prevendo a ação penal pública condicionada quando o crime for cometido pelo cônjuge, ascendentes, descendentes e parentes.	Coronel Alves
PL 3852/2004	Acrescenta o art. 92-A e altera a redação do parágrafo único do art. 93 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Constitui efeito da condenação nos crimes de seqüestro, cárcere privado e de extorsão mediante seqüestro, a perda em favor da União do imóvel utilizado como local de cativeiro, quando o proprietário participar do crime.	Carlos Sampaio

PL 3909/2004	Altera o art. 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Explicação: Tipifica como ameaça grave a prática de ameaça a defensores de direitos humanos, magistrados, membros do Ministério Público e agentes públicos envolvidos na investigação e apuração de atos ilícitos.	Iriny Lopes
PL 3938/2004	Altera dispositivos do Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Agrava a pena para crimes cometidos contra o patrimônio de organização religiosa (igrejas) e contra pessoas que participam de culto religioso; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Takayama
PL 4018/2004	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para combater a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Explicação: Exige autorização judicial para que o adolescente possa viajar desacompanhado e aumentapara 30 (trinta) dias o período de fechamento de estabelecimento que hospede criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável.	Senado Federal - Edison Lobão
PL 4144/2004	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Explicação: Tipifica o crime informático, praticado por "hackers", inclui os crimes de sabotagem, falsidade e fraude informática; autoriza as autoridades a interceptarem dados dos provedores e prevê a pena de reclusão para quem armazena, em meio eletrônico, material pornográfico, envolvendo criança e adolescente.	Marcos Abramo
PL 4232/2004	Revoga o inciso V do art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Proíbe a concessão de livramento condicional nos casos de condenação por crime hediondo, tráfico de drogas, terrorismo e tortura.	Carlos Souza
PL 4397/2004	Acrescenta parágrafo 9º ao art. 129, e dá nova redação ao art. 145 do Código Penal. Explicação: Dispõe que nos crimes de lesão corporal leve somente se procede mediante queixa do ofendido; altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci
PL 4403/2004	Acrescenta inciso ao art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Isenta de pena a prática de "aborto terapêutico" em caso de anomalia do feto, incluindo o feto anencéfalo, que implique em impossibilidade de vida extra uterina.	Jandira Feghali
PL 4446/2004	Acrescenta dispositivo ao art. 116 do Código Penal Brasileiro - Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - dispondo sobre o impedimento da prescrição. Explicação: Dispõe sobre o impedimento da prescrição durante o período de julgamento do pedido de extradição solicitado à justiça estrangeira.	Zé Geraldo

PL 4453/2004	Serão aplicadas em dobro, as penas resultantes de ações com danos à integridade física da vítima e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci
PL 4456/2004	Altera início da contagem de prazos em citações e intimações e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci
PL 4459/2004	Institui a reabilitação criminal de ofício e dá outras providências. Explicação: Cabe ao juízo criminal declarar de ofício a reabilitação criminal nos seguintes termos: "O requerente se regenerou e nada deve à Justiça"; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Enio Bacci
PL 4493/2004	Acrescenta inciso VI, ao § 2º, do art. 121, do Código Penal Brasileiro - Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica como homicídio qualificado o crime contra policial em serviço.	Leonardo Picciani
PL 4540/2004	Acresce dispositivo ao art. 266 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências. Explicação: Penaliza a atividade clandestina de rádio pirata.	Eduardo Cunha
PL 4844/2005	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar como crime a apropriação indébita de recursos destinados às entidades que indica.	Senado Federal - CPI - ONGs
PL 4874/2005	Altera artigos dos Códigos Penal e de Processo Penal, adequando-os aos ditames do Código Civil. Explicação: Estabelece que o ofendido menor de 18 (dezoito) e maior de 16 (dezesseis) anos poderá ter o direito de queixa exercido por representante legal; admitindo como circunstância atenuante a idade do agente maior de 70 (setenta) anos; suprimindo a redução da prescrição para os maiores de 18 (dezoito) e menores de 21 (vinte e um) anos. Altera os Decretos-Leis nº 2.848, de 1940 e nº 3.689, de 1941.	Carlos Sampaio
PL 4893/2005	Altera o artigo 59 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelecendo que a situação econômica do agente servirá como critério para individualização da pena.	Davi Alcolumbre
PL 4911/2005	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1.941, Código de Processo Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 e a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, e dá outras providências. Explicação: Desconsiderando o tempo máximo de cumprimento das penas privativas de liberdade para efeitos de progressão de regime e livramento condicional; exigindo como requisito para o livramento que o condenado tenha exercido atividade laborativa e não seja reincidente em crime doloso; proibindo a apelação em liberdade para os crimes hediondos e indulto para os crimes de tortura; exigindo que a pena seja cumprida integralmente em regime fechado; revogando o protesto por novo júri.	Alberto Fraga

PL 5016/2005	Estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências.	Senado Federal - Tasso Jereissati
PL 5272/2005	Altera a redação do inciso I do artigo 65 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal. Explicação: Excluindo da relação de circunstâncias atenuantes o fato do agente ter idade entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos.	Jair Bolsonaro
PL 5317/2005	Tipifica a fraude em concursos públicos. Explicação: Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal.	Hélio Esteves
PL 5363/2005	Inclui os art. 312-A e altera o art. 327, no Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940, Código Penal Brasileiro, incluindo o tipo penal do enriquecimento ilícito.	Eduardo Valverde
PL 5393/2005	Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, o Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e dá outras providências. Explicação: Incluindo como beneficiários do vale-transporte os servidores estaduais e municipais; proibindo ao empregador substituir o fornecimento do vale-transporte por dinheiro; tipificando como estelionato a fabricação, a venda, ou qualquer outro meio de fraude do vale-transporte.	Mário Negromonte
PL 5563/2005	Altera a pena do crime de receptação previsto no artigo 180 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Explicação: Aumentando a pena de reclusão para o crime de receptação.	Capitão Wayne
PL 5572/2005	Altera as penas dos crimes previstos nos artigos 147, 351, 352 e 354 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Explicação: Agravando a pena para os crimes de ameaça, fuga, evasão mediante violência e motim de presos.	Capitão Wayne
PL 5573/2005	Tipifica como estelionato a fraude em concurso público e vestibular. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Capitão Wayne

PL 5586/2005	Acrescenta o art. 317-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipificando o crime de enriquecimento ilícito quando o funcionário público possuir bens ou valores, incompatíveis com sua renda, ou quando deles faça uso de tal modo que permita atribuir-lhe a propriedade.	Poder Executivo
PL 5623/2005	Revoga o art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. Explicação: Revogando dispositivo sobre a prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor.	Capitão Wayne
PL 5661/2005	Altera o art. 121, § 2º, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Explicação: Tipificando como homicídio qualificado o crime cometido contra parente ascendente ou descendente.	Medeiros
PL 5784/2005	Acrescenta inciso ao art. 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos. Explicação: Tipificando como crime hediondo os Crimes contra a Administração Pública, cometidos pelos agentes da Administração Pública, em detrimento dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal e em dispositivos do Código Penal.	Júlio Delgado
PL 5843/2005	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - Parte Geral; do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990; e da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Explicação: Revogando o instituto do protesto por novo júri; estabelecendo a inaplicabilidade do benefício de crime continuado para os crimes hediondos, tortura e genocídio; fixando critérios para o livramento condicional, proibindo a apelação em liberdade para os crimes hediondos.	Paulo Lima
PL 5844/2005	Acrescenta parágrafo único ao art. 319 do Código Penal Brasileiro, para tipificar a omissão no pagamento de precatórios como crime de prevaricação. Explicação: Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Carlos Souza
PL 5925/2005	Aumenta a pena para o crime do artigo 180 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940). Explicação: Aumentando a pena de reclusão para o crime de receptação.	Antonio Carlos Mendes Thame
PL 6228/2005	Altera o inciso III do parágrafo único do art. 163 e o § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Incluindo, como Crime contra o Patrimônio, o crime de dano e receptação qualificada, do patrimônio do Distrito Federal, das autarquias, fundações e empresa públicas.	Carlos Souza
PL 6241/2005	Altera o art. 319 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aperfeiçoando a redação do tipo penal de prevaricação; fixando a pena de reclusão para esse crime, com agravamento penal quando cometido em fase de inquérito.	Sandra Rosado
PL 6284/2005	Altera o art. 61 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Definindo como circunstância agravante os crimes cometidos contra pessoa deficiente, companheiro, ex-companheiro, ex-cônjuge.	Celcita Pinheiro
PL 6314/2005	Acrescenta inciso ao art. 142 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Excluindo o crime de injúria e difamação quando for a opinião de professor ou ministro religioso.	Takayama

PL 6386/2005	Dá nova redação ao § 2º, do art. 327, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Aumentando a pena quando o agente do crime for dirigente de autarquia ou de paraestatal.	Takayama
PL 6388/2005	Acrescenta parágrafo ao art. 321, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Possibilitando ao servidor patrocinar o interesse legítimo dos seus parentes perante a Administração Pública.	Takayama
PL 6422/2005	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir os agentes políticos no § 2º do art. 327, para que tenham a pena aumentada de um terço, quando praticarem crimes contra a Administração Pública e dá outras providências.	Senado Federal - Jefferson Peres
PL 6667/2006	Inclui o artigo 22-A, que dispõe sobre o Princípio da Insignificância, no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Carlos Souza
PL 6844/2006	Altera o artigo 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal, de modo a impedir a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, em caso de crime hediondo ou a ele equiparado.	Betinho Rosado
PL 6903/2006	Altera o inciso I do § 1º ao art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. NOVA EMENTA: Altera o art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Qualifica o crime de seqüestro e cárcere privado quando for cometido contra mulher grávida, enfermo ou pessoa com a qual o agente tenha convivido.	Celso Russomanno
PL 6916/2006	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.	Senado Federal (Comissão Mista - Art 142 e 143 do Regimento Comum)
PL 6931/2006	Dispõe sobre tipificação criminal de condutas na Internet. Explicação: Tipifica o "crime informático"; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	João Batista
PL 6998/2006	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - e aumenta a competência do Tribunal do Júri. Explicação: Inclue o homicídio sem motivo ou por motivo fútil no rol dos homicídios qualificados; define como relativa a presunção de violência do artigo 224; e transfere a competência ao Tribunal do Júri para o julgamento dos crimes de lesão corporal seguida de morte e de latrocínio.	Comissão de Legislação Participativa
PL 7006/2006	Propõe alterações no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para facultar o uso de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais.	Comissão de Legislação Participativa

PL 7053/2006	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - Parte Geral; do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990; e da Lei nº 9.455, 07 de abril de 1997. Explicação: Retira o benefício relativo a fixação de pena para crime continuado quando se tratar de crime hediondo, tortura, genocídio; proíbe a apelação em liberdade para o condenado por esses crimes e por tráfico de drogas e o indulto para o crime de tortura; revoga o protesto por novo júri. Foram juntadas ao Projeto de Lei nº 7.053, de 2006, do Deputado Antônio Carlos Biscaia, as assinaturas colhidas pelo "Movimento Gabriela Sou da Paz" com o objetivo de tramitar como projeto de iniciativa popular.	Antonio Carlos Biscaia
PL 7078/2006	Altera os arts. 315 e 359 do Código Penal e introduz o art. 317-A. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, no tocante aos Crimes contra a Administração Pública e contra a Administração da Justiça.	Comissão de Legislação Participativa
PL 7080/2006	Acrescenta o art. 331-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Dispõe sobre a recusa ou falsidade no fornecimento de dados pessoais de qualificação (conduta de mentir para autoridades).	Comissão de Legislação Participativa
PL 7085/2006	Altera o art. 351 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Altera para pena de reclusão o crime de facilitação da fuga de presos, aumentando as penas mínimas para esse crime.	Celso Russomanno
PL 7094/2006	Acrescenta o inciso VI ao § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para qualificar o homicídio praticado contra agente de segurança pública no exercício da função.	Geraldo Resende
PL 7137/2006	Define nova pena para o crime de motim de presos. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Moroni Torgan
PL 7139/2006	Tipifica o crime de Evasão. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Moroni Torgan
PL 7141/2006	Aumenta a pena base dada ao art. 12, da Lei nº 6.368, de 1976, e altera o art. 33, § 2º, alínea "a", do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para estabelecer que o condenado por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins deva começar a cumprir a pena em regime fechado. Explicação: Determina o aumento da pena por tráfico de drogas que passa a ser de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos.	Betinho Rosado
PL 7220/2006	Altera o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para aumentar os prazos prescricionais. Explicação: Pacote de Segurança Pública originário do Senado Federal.	Senado Federal - Demóstenes Torres
PL 7221/2006	Acrescenta § 3º ao art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para restringir a unificação decorrente do limite máximo de pena privativa de liberdade ao cumprimento da pena. Explicação: Pacote de Segurança Pública originário do Senado Federal.	Senado Federal - Demóstenes Torres
PL 7224/2006	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para impedir a concessão de livramento condicional nos casos de reincidência em crime doloso apenado com reclusão. Explicação: Pacote de Segurança Pública originário do Senado Federal.	Senado Federal - Juvêncio da Fonseca

PL 7316/2006	Acrescenta o art. 131-A ao Código Penal e dá outras providências. Explicação: Tipifica como crime confiar a guarda de animal perigoso a pessoa inapta ou menor de 16 anos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Mário Heringer
PL 7345/2006	Dá nova redação ao art. 354 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Define e aumenta a pena para quem chefia, dirige e/ou participa de motim / rebelião em presídios.	Dimas Ramalho
PL 7349/2006	Revoga o art. 253, modifica a redação do art. 251, ambos do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940), modifica o art. 14 e introduz parágrafo único no mesmo artigo, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Explicação: Tipifica como crime a fabricação de arma de fogo e explosivos, aumentando a pena se o autor é servidor ou agente político.	Bernardo Ariston
PL 7351/2006	Dá nova redação ao art 329 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica o crime de resistência qualificada como a violência ou a ameaça sofrida por funcionário competente para executar um ato legal, exercida com o emprego de arma de fogo, munição ou explosivo.	Bernardo Ariston
PL 7400/2006	Altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena em 1/3 (um terço) se o crime - homicídio doloso - for praticado contra agente público no exercício de suas funções.	Bernardo Ariston
PL 7622/2006	Tipifica o crime de Organização Criminosa e estabelece normas para sua investigação e julgamento, inclusive o acesso de autoridades policiais a informações resguardadas por sigilo, mediante simples requerimento ou ofício. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.
PL 59/2007	Tipifica como estelionato a fraude em concurso público e vestibular. Explicação: Inclui a "cola eletrônica". Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Neilton Mulim
PL 60/2007	Altera a pena do crime de receptação previsto no artigo 180 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências. Explicação: Aumenta a pena de reclusão para de 2 (dois) a 6 (seis) anos.	Neilton Mulim
PL 67/2007	Torna crime hediondo a utilização de menor de idade em delitos. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, e a Lei nº 8.072, de 1990.	Eliene Lima
PL 74/2007	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Explicação: Proíbe a circulação de bicicleta no sentido contrário ao fluxo dos demais veículos, salvo sinalização específica ou autorização do agente de trânsito; estabelece a figura do crime doloso de lesão corporal no trânsito.	Solange Amaral
PL 86/2007	Dá nova redação ao art. 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Define como Corrupção Ativa o ato de oferecer, dar, entregar ou prometer vantagens indevidas a funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício	Neilton Mulim
PL 87/2007	Revoga o art. 71 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Explicação: Revoga o artigo sobre Crime Continuado.	Neilton Mulim

PL 94/2007	Dá nova redação ao art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Caracteriza a reunião de duas ou mais pessoas para a prática de infração penal como formação de bando ou quadrilha.	Neilton Mulim
PL 121/2007	Acrescenta parágrafo único ao art. 62 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Agrava a pena de detenção em dobro e a pena de reclusão em quádruplo para agentes maiores que se associarem a menores de idade para a prática de infração penal.	Neilton Mulim
PL 140/2007	Tipifica o crime de Organização Criminosa e estabelece normas para sua investigação e julgamento, inclusive o acesso de autoridades policiais a informações resguardadas por sigilo, mediante simples requerimento ou ofício. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Neucimar Fraga
PL 166/2007	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Agrava a pena de reclusão em dobro para bando ou quadrilha que envolve menor.	Onyx Lorenzoni
PL 233/2007	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Exclui os menores de 21 (vinte e um anos) anos dos benefícios de circunstância atenuante e redução do prazo prescricional.	José Carlos Aleluia
PL 239/2007	Altera os §§ 3º e 4º do art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o furto de energia e sinais.	Senado Federal - Aelton Freitas
PL 243/2007	Acrescenta parágrafo ao artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - de modo a aumentar da metade a pena de quem comete homicídio contra policiais, agentes penitenciários, seguranças e magistrado ou membro do Ministério Público no exercício ou em razão da função.	Paulo Maluf
PL 257/2007	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena de crimes que atentem contra a incolumidade pública e contra a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos.	Jutahy Junior
PL 344/2007	Acrescenta o § 9º-A ao art. 129 e o § 2º ao art.147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena para os crimes de ameaça e de lesão corporal em que a vítima é mulher.	Solange Amaral
PL 377/2007	Obriga a criação e manutenção de cadastro de usuários e o imediato bloqueio, pelos prestadores de serviços de telecomunicações, de aparelhos celulares, em caso de comunicação de roubo, furto ou extravio; proíbe a utilização de dispositivo que bloqueia o identificador de chamada, e dá outras providências. Explicação: Proíbe a utilização de dispositivo que oculte o número identificador de chamada (ID) dos telefones celulares; triplica a pena de quem usar identidade falsa para adquirir telefone para fins ilícitos. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Sérgio Moraes

PL 379/2007	Dá nova redação aos arts. 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ao art. 84 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", e ao art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade. Explicação: Agrava a pena para o agente que pratica crime de corrupção ativa e passiva, trazendo prejuízo a órgãos encarregados da saúde, educação, alimentação, medicamentos, saneamento básico, abastecimento de água e controle de resíduos sólidos; tipifica tais corrupções como crime hediondo; aumenta a penalidade para prática de atos de improbidade.	Paulo Rubem Santiago
PL 390/2007	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Explicação: Tipifica como homicídio qualificado o crime contra a mulher na condição de esposa ou companheira.	Nilmar Ruiz
PL 435/2007	Altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Explicação: Substitui, no dispositivo que trata da presunção de violência, se a vítima de estupro ou atentado violento ao pudor for "débil mental", para o termo "deficiência mental".	Elcione Barbalho
PL 478/2007	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990.	Luiz Bassuma
PL 489/2007	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990.	Odair Cunha
PL 588/2007	Dispõe sobre a falsa comunicação de seqüestro. Explicação: Tipifica como crime a simulação de seqüestro, para coibir a prática do golpe do seqüestro que vem sendo aplicado por telefone (disque-sequestro); Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Carlos Bezerra
PL 633/2007	Altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta para 35 (trinta e cinco) anos o prazo máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade.	Iris de Araújo
PL 779/2007	Acrescenta o §1.º-A ao art. 74 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Explicação: Amplia a competência do Tribunal do Júri para julgar crimes dolosos previstos no Código Penal e legislação especial que resultem na morte da vítima.	Celso Russomanno
PL 788/2007	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para uniformizar e ampliar as penas aplicáveis aos crimes de homicídio culposo e de lesão corporal culposa.	Hugo Leal

PL 848/2007	Dá nova redação ao art. 216-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Penaliza o igual ou o subordinado quando da prática do crime de assédio sexual.	Neilton Mulim
PL 852/2007	Dá nova redação ao art. 138 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Admite a exceção da verdade quando o ofendido for o Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro.	Neilton Mulim
PL 869/2007	Dá nova redação ao art. 122 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Estabelece a pena de reclusão para quem induz alguém a suicidar-se; aumenta a pena quando resultar em morte ou lesão corporal grave e se a vítima for menor, doente mental ou com desenvolvimento retardado.	Neilton Mulim
PL 871/2007	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tornar obrigatória a oferta de trabalho aos presos condenados e para prever a execução de atividades laborais como condição para a progressão de regime, saída temporária, livramento condicional e conversão de pena.	Aelton Freitas
PL 872/2007	Acrescenta parágrafo ao art. 71 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para que não seja considerado crime continuado a prática, mediante mais de uma ação ou omissão, de crimes contra a vida.	Aelton Freitas
PL 908/2007	Acrescenta o art. 23-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Caracteriza como atípica a conduta incapaz de ofender bem jurídico tutelado pela lei penal.	Comissão de Legislação Participativa
PL 938/2007	Altera o Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para estabelecer a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes infracionais do agente, quando da fixação da pena-base, disciplinada no art. 59 do Código Penal.	Márcio França
PL 947/2007	Altera o Decreto-Lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967, adequando-o à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.	Comissão de Legislação Participativa

PL 1182/2007	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, à Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999 e ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e dá outras providências. Explicação: Proíbe a conversão da pena privativa de liberdade para restritiva de direitos para os crimes hediondos, crime organizado, e outros; aumenta para quatro quintos da pena, o período de prisão para concessão de livramento condicional; agiliza o acesso da polícia a informações cadastrais de órgãos públicos; autoriza a recompensa por informações que levem a elucidação dos crimes; estabelece a ocultação dos dados pessoais de vítimas e testemunhas coagidas ou ameaçadas; incrimina o uso indevido de informações disponibilizadas ao investigadores.	Laerte Bessa
PL 1237/2007	Acrescenta o § 9º ao art. 129 do Código Penal brasileiro, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Aumenta a pena de um sexto a um terço, quando houver concurso de agentes, em caso de lesão corporal.	Eduardo Gomes
PL 1307/2007	Altera o parágrafo 7º do artigo 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal - dispondo sobre aumento de pena no crime de lesão corporal, quando houver pluralidade de agentes.	Vinicius Carvalho
PL 1441/2007	Acrescenta o art. 176-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a fraude em provas de concurso público, vestibular ou exame de certificação profissional. Explicação: Crime chamado de "cola eletrônica".	João Campos
PL 1443/2007	Altera dispositivos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. Explicação: Tipifica como crime a escuta telefônica, além da interceptação de toda captação de imagem e som ambiental por todos os meios, sem a anuência do Judiciário; estabelece que a divulgação das informações somente acontecerá com a autorização do Juiz que permitiu a gravação.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

PL 1519/2007	Altera a redação do caput do art. 59 e acrescenta parágrafo ao art. 68, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para considerar a escolaridade do agente como critério objetivo na fixação da pena-base.	Marcelo Itagiba
PL 1526/2007	Torna crime a omissão de comunicação de crime. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Comissão de Legislação Participativa
PL 1572/2007	Aumenta as penas privativas de liberdade cominadas para os crimes contra a incolumidade pública descritos nos arts. 250, 251, 260, 261, 262 e 265 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta as penas para crimes de incêndio, explosão, atentados contra serviços de transporte, perigo de desastre ferroviário, atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo, e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública.	Senado Federal - Eduardo Azeredo
PL 1613/2007	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências". Explicação: Qualifica o homicídio cometido contra agente público no exercício da função ou em razão dessa, bem como agrava a pena para o crime de lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, nas mesmas condições.	Bruno Araújo
PL 1655/2007	Dispõe sobre o crime de participação em organização criminosa. Explicação: Altera as Leis nºs 8.072, de 1990; 7.960, de 1989; 6.815, de 1980; 9.034, de 1995 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Geraldo Resende
PL 1704/2007	Altera o art. 151 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime de violação de correspondência a violação de correspondências e comunicações eletrônicas.	Rodovalho
PL 1710/2007	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade.	Senado Federal - Aloizio Mercadante
PL 1725/2007	Dá nova redação ao art. 359 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica o crime de desobediência à ordem judicial de particular e de funcionário público; fixa a pena de reclusão, incorrendo na mesma pena quem exercer função, direito ou múnus de que foi suspenso ou privado por decisão judicial.	Regis de Oliveira
PL 1817/2007	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 236 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Deixa de ser personalíssima a ação penal privada decorrente de crime contra o casamento - induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento, podendo a queixa ser proposta por representante legal ou curador especial.	Jovair Arantes

PL 1852/2007	Inclui inciso VI ao art. 121 e § 11 ao art. 129, ambos do Código Penal Brasileiro. Explicação: Estabelece agravação penal para os crimes de homicídio e lesão corporal contra servidor público no exercício da função ou em razão desta. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Bruno Araújo
PL 1878/2007	Dispõe sobre a competência do Juizado Especial Criminal em caso de furto de pequeno valor. Explicação: Inclui o furto de pequeno valor na Lei nº 9.099, de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que normalmente encaminham os crimes de pequeno poder ofensivo.	Carlos Bezerra
PL 1947/2007	Tipifica o crime de violação de sigilo investigatório. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Sandro Mabel
PL 1963/2007	Acrescentam-se dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta em um terço até metade a pena para homicídio cometido contra autoridade policial, juiz, membros do Ministério Público e agentes públicos que tenham a função de prevenção, combate, julgamento de crimes, bem como de fixação e execução de penas criminais.	Paulo Pimenta
PL 2024/2007	Acresce o art. 20-A à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e revoga o art. 208 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Revoga artigo do Código Penal, que tipifica o crime de escarnecer de alguém por motivo de religião, impedir ou perturbar cerimônia religiosa e vilipendiar objeto de culto religioso, transferindo-o para a Lei Anti-Racismo.	Henrique Afonso
PL 2147/2007	Altera o art. 206 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica o favorecimento da entrada clandestina em território estrangeiro de trabalhadores nacionais; troca a conduta típica de recrutar para aliciar trabalhadores; exclui a expressão "mediante fraude".	Sérgio Barradas Carneiro
PL 2360/2007	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), incluindo o art. 359-I, e a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, incluindo o art. 39-B e dá outras providências. Explicação: Tipifica como crime a omissão da autoridade que não reduzir as despesas para se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal; caracteriza como crime de responsabilidade do presidente de Tribunal de Contas que deixar de processar e julgar os prefeitos e vereadores que descuprirem dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 1967.	Eduardo Valverde
PL 2555/2007	Altera o parágrafo único do art. 71 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aplica as normas do concurso material nos crimes dolosos contra vítimas diferentes cometidos em continuidade delitiva com violência ou grave ameaça à pessoa.	Índio da Costa
PL 2592/2007	Altera os arts. 170, 291, 292, 296, 301, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e acresce dispositivo ao mesmo diploma legal. NOVA EMENTA: Altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito. Explicação: Dispõe sobre infração administrativa, crimes de trânsito e normas processuais a estes aplicáveis.	Beto Albuquerque

PL 2665/2007	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Explicação: Estabelece que a prática de discriminação ou preconceito envolve qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica, inclusive nos atos discriminatórios quanto ao sexo das pessoas.	Rodovalho
PL 2693/2007	Tipifica a conduta do responsável por animal que exponha a perigo a vida ou a integridade física de outrem. Explicação: Estabelece pena de detenção para quem deixar em liberdade, confiar a pessoa inexperiente, abandonar ou transportar animal de modo a expor a perigo a vida de outrem. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Guilherme Campos
PL 7710/2007	Altera a pena do art. 337-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena reclusão para o crime de corrupção ativa de funcionário público estrangeiro em transações comerciais internacionais.	Poder Executivo
PL 2789/2008	Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 1940, trazendo nova hipótese de crime de homicídio qualificado, ainda, modifica o inciso V do art. 302, acrescenta art. 320-A, e parágrafos ao art. 280 da Lei 9.503, de 1997, que dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Explicação: Altera o Código Penal, para incluir como homicídio qualificado a direção de veículo automotor sob efeito de substâncias tóxicas e o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a disputa automobilística ("pega ou racha") sem autorização como homicídio culposo e, ainda, exigindo a comprovação da infração flagrada por meio eletrônico ao aviso, no instante do cometimento, ao infrator; impedindo que o valor arrecadado com estas multas seja utilizada como base de cálculo para remuneração das empresas privadas responsáveis pela instalação e manutenção dos aparelhos eletrônicos.	Paulo Bornhausen
PL 2820/2008	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1941 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime de dano a conspurcação, pichação, de coisa alheia e autoriza a utilização de representação judicial para proceder a ação penal.	Renato Molling
PL 2855/2008	Altera o § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para qualificar o homicídio praticado por condutor de veículo automotor que se encontrar sob o efeito de álcool, entorpecentes ou substâncias análogas.	Alexandre Silveira
PL 2904/2008	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, instituindo a tipicidade - fraude a concursos públicos.	Bruno Rodrigues
PL 2909/2008	Altera o art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), aumentando a pena para o crime de formação de quadrilha.	Sabino Castelo Branco
PL 2972/2008	Acrescenta inciso ao art. 138 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o condutor de transporte escolar.	Henrique Afonso

PL 3063/2008	Altera a redação do art. 282, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada.	Edio Lopes
PL 3131/2008	Altera os arts. 61, 121, 129 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos, para prever como qualificadora e circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ou de o autor ser agente do Estado, no exercício de cargo ou função pública ou em decorrência da mesma.	Senado Federal - Alvaro Dias
PL 3135/2008	Acrescenta a alínea "m" ao inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro. Explicação: Estabelece que a pena seja agravada sempre que o crime ocorra no interior ou num raio de até mil metros de escolas ou hospitais.	Manuela D'ávila
PL 3191/2008	Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Agrava a pena em casos de crimes cometidos fora da área urbana.	Duarte Nogueira
PL 3268/2008	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece sobre os crimes de homicídio e de lesão corporal praticados na direção de veículo automotor, nas hipóteses em que o condutor estiver sob a influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos, ou participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística não autorizada pela autoridade competente - "racha" ou "pega".	Clodovil Hernandes
PL 3272/2008	Regulamenta a parte final do inciso XII do art. 5º da Constituição e dá outras providências. Explicação: Normatiza a quebra de sigilo das comunicações telefônicas para fins de investigação criminal e instrução processual penal. Revoga a Lei nº 9.296, de 1996; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 1940 e 3.689, de 1941. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.	Poder Executivo
PL 3364/2008	Acrescenta o inciso VI ao § 2º, do art. 121, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - e altera o inciso I, do art. 1º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, e dá outras providências. Explicação: Tipifica como crime hediondo o homicídio qualificado quando o autor exercer o pátrio poder (poder familiar) sobre vítima menor, na qualidade de padrasto, tutor ou curador.	Laerte Bessa
PL 3388/2008	Estabelece prioridade de tramitação para os processos que menciona. Explicação: Concede prioridade de tramitação para os processos relativos aos crimes de estupro, atentado violento ao pudor, violência doméstica e familiar. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 11.340, de 2006.	Dr. Talmir

PL 3423/2008	Estabelece prioridade de tramitação para os processos que menciona. Explicação: Concede prioridade de tramitação para os processos relativos aos crimes de estupro, atentado violento ao pudor, violência doméstica e familiar. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 11.340, de 2006.	José Linhares
PL 3456/2008	Dispõe sobre o agravamento da pena cominada a crime praticado através de rede mundial de computadores. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Costa Ferreira
PL 3658/2008	Altera o art. 357 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena da metade para os crimes de exploração de prestígio.	Betinho Rosado
PL 3667/2008	Acrescenta o art. 310-A ao Código Penal com vistas a punir a conduta dos chamados "testas-de-ferro". Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Comissão de Legislação Participativa
PL 3731/2008	Inclui inciso VI no § 2º do art. 121 do Código Penal Brasileiro (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e modifica a redação do § 4º do mesmo artigo. Explicação: Tipifica como homicídio qualificado o crime cometido por ascendente contra descendente ou por descendente contra ascendente; aumenta a pena de crime doloso em um terço se cometido contra maior de sessenta (60) anos e de metade nos crimes envolvendo ascendentes e descendentes.	Bruno Rodrigues
PL 3751/2008	Inclui o art. 347-A no Decreto-Lei nº 2.848 - Código Penal e dá outras providências. Explicação: Tipifica como crime contra a administração da justiça, a frustração total ou parcial, por depositário infiel, a restituição ou entrega de coisa julgada por determinação judicial; revoga dispositivo que estabelece o depositário e a entrega da coisa ou equivalente em dinheiro. Altera a Lei nº 5.869, de 1973, revogando o § 3º do art. 666 e o parágrafo único do art. 904.	Alfredo Kaefer
PL 3758/2008	Altera o artigo 122 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica a conduta dos provedores que deixarem de comunicar à autoridade policial a ocorrência da instigação ao suicídio através da Internet.	Elcione Barbalho
PL 3769/2008	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena para os crimes de lesão corporal, lesão corporal culposa, receptação qualificada; permite que o juiz troque a pena restritiva de liberdade pela pena restritiva de direitos no caso de lesão corporal que não tenha gravidade.	Comissão de Legislação Participativa
PL 3779/2008	Dá nova redação ao art. 316, do Código Penal Brasileiro, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Aumenta o limite máximo da pena de reclusão de oito para doze anos nos crimes de concussão.	Vital do Rêgo Filho
PL 3812/2008	Altera o Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Altera a pena do art. 129 "caput" do Código Penal, que trata da lesão corporal dolosa. Explicação: Aumenta a pena em caso de lesão corporal.	Cleber Verde
PL 4036/2008	Altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre sanções administrativas e penais aplicáveis em casos de interceptação de comunicações e de violação de sigilo, e dá outras providências. - Explicação: Aumenta a pena para conduta abusiva de interceptação ilegal, "grampo telefônico".	Poder Executivo

PL 4072/2008	Acrescenta o inciso III ao art. 203 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a retenção dolosa de salário. Regulamenta a Constituição Federal de 1988.	Juvenil
PL 4203/2008	Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Altera a sistemática da aplicação das penas restritivas de direito, as chamadas penas e medidas alternativas, passando a pena restritiva de direito a ser autônoma para as infrações penais de menor potencial ofensivo; define as infrações penais de médio potencial ofensivo.	Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.
PL 4218/2008	Dá nova redação ao art. 261 do Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Inclui o crime contra transporte terrestre dentre os Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte, em caso de expor a perigo veículo terrestre, próprio ou alheio, ou dificultar seu tráfego.	Emanuel Fernandes
PL 4424/2008	Dispõe sobre o Estatuto da Internet no Brasil. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 9.296, de 1996.	Nelson Goetten
PL 4498/2008	Dispõe sobre emissão de cheque sem provisão de fundos. Explicação: Caracteriza como estelionato a emissão de cheque sem fundos. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Celso Maldaner
PL 4515/2008	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Institui nova hipótese de furto qualificado.	Paulo Bornhausen
PL 4518/2008	Altera o art. 315 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, de modo a agravar a pena cominada ao emprego irregular de verbas ou rendas públicas, em especial, às destinadas à saúde e educação. Explicação: Fixa a pena de reclusão de um a três anos.	Lincoln Portela
PL 4573/2009	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 e 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre normas penais e administrativas referentes à radiodifusão e às telecomunicações, e dá outras providências.	Poder Executivo

PL 4857/2009	Cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher, garantindo as mesmas oportunidades de acesso e vencimentos, nos termos dos arts. 1º, inciso III, 3º, I e IV, bem como arts. 4º, incisos II e IX e 5º, inciso I, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, tipificando o crime de discriminação de gênero contra a mulher, com pena de detenção e multa. Projeto chamado de "Lei da Igualdade".	Valtenir Pereira
PL 5267/2009	Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, para aumentar a pena quando o crime de lesão corporal for cometido contra pessoa idosa. Explicação: A pena será aumentada de um terço quando a vítima for idoso com idade igual ou superior a sessenta anos.	Ricardo Quirino
PL 5419/2009	Acrescenta o art. 146-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, dispondo sobre o crime de perseguição "stalking". Explicação: Tipifica o crime de perseguição insidiosa.	Capitão Assunção
PL 5471/2009	Cria o § 2º do art. 147, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Explicação: Tipifica a preparação para crime que se seguir ao crime de ameaça.	Carlos Sampaio
PL 5499/2009	Acresce o art. 146-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro), definindo como crime a invasão da esfera de privacidade ou a perturbação da tranquilidade da pessoa, e revoga o art. 65 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).	Rose de Freitas
PL 5501/2009	Acresce artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a retenção dolosa de salários. Aplica a Constituição Federal de 1988.	Jovair Arantes
PL 5588/2009	Dispõe sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; revoga as Leis nºs 1.579, de 1952 e 10.001, de 2000.	Ademir Camilo
PL 5614/2009	Altera o caput do art. 342 do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como Crime contra a Administração da Justiça o falso testemunho ou falsa perícia em inquérito civil e procedimento investigatório.	Comissão de Legislação Participativa
PL 5636/2009	Altera os arts. 180 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece a perda do direito de exercer o comércio para os agentes de crimes de receptação, receptação qualificada, contrabando e descaminho.	Celso Russomanno

PL 5642/2009	Revoga o art. 176 do Código Penal. Explicação: Revoga dispositivo que tipifica como fraude o uso de hospedagem, refeição e transporte sem provimento de recursos para efetuar o pagamento. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Comissão de Legislação Participativa
PL 5655/2009	Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências. Explicação: Projeto de Lei chamado de "Lei do Estrangeiro". Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 10.683, de 2003. Revoga as Leis nºs 6.815, de 1980; 6.964, de 1981; 9.076, de 1995; o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.236, de 1985; e o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 1992.	Poder Executivo

PL 5658/2009	Altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), com a finalidade de aprimorar o combate à prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes. NOVA EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.072, de 25 de julho de 1990 - Lei de Crimes Hediondos, e 11.771, de 17 de setembro de 2008 - Política Nacional de Turismo, com a finalidade de aprimorar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Explicação: Considera-se crime hediondo os previstos nos arts. 241 e 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, na forma tentada ou consumada, incluindo aí os crimes de exploração sexual ou prostituição infantil e pedofilia, com venda ou exposição de fotografia e vídeo que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.	Senado Federal - CPI Pedofilia
PL 5685/2009	Cria o Estatuto de Saúde e Segurança Doméstica e Familiar do Homem e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 7.210, de 1984.	Gonzaga Patriota
PL 5716/2009	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para tipificar novo crime de perigo aquela conduta que, causadora de vícios em construções, colocam em risco a vida de pessoas.	Maurício Rands
PL 5813/2009	Cria agravante para os crimes praticados contra funcionário público no exercício da função, ou em razão dela. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	João Dado
PL 5838/2009	Acrescenta inciso ao art. 83 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para determinar que o reincidente específico nos crimes hediondos, de tortura, de tráfico de entorpecentes e terrorismo deve cumprir ao menos quatro quintos da pena para fins de livramento condicional.	Dimas Ramalho
PL 6041/2009	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para tipificar como crime o atentado contra repartição pública, bem como inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterado pelas Leis nº 8.930, de 06 de setembro de 1964, e 9.695 de 20 de agosto de 1998, para incluir o referido atentado entre crimes hediondos.	Carlos Bezerra
PL 6042/2009	Tipifica o crime de difusão de violência. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Carlos Bezerra

PL 6043/2009	Altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Garante a Ação Penal Pública Incondicionada em casos de crimes sexuais contra vulnerável. Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009.	Sérgio Barradas Carneiro
PL 6109/2009	Altera o caput do art. 342 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que prevê o crime de falso testemunho ou falsa perícia, para incluir o inquérito civil entre os procedimentos sujeitos à prática da infração.	Senado Federal - Demóstenes Torres
PL 6123/2009	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para tipificar novo crime de perigo. Explicação: Tipifica o crime de Comunicação de Presos, na ocorrência de utilização ou tentativa de uso de Internet, aparelho telefônico de comunicação móvel (telefone celular), de rádio ou similar.	Manoel Junior
PL 6126/2009	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tornar crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária.	Senado Federal - Romero Jucá
PL 6147/2009	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os benefícios da Previdência Social, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural.	Senado Federal - Marcelo Crivella
PL 6286/2009	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de cópia de dados bancários.	Carlos Bezerra
PL 6337/2009	Tipifica o crime de uso clandestino de aparelho telefônico ou similar em presídio. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	José Otávio Germano
PL 6374/2009	Altera a redação do art. 225 do Código Penal Brasileiro. Explicação: Estabelece que nos crimes definidos nos Capítulos I e II do Título "Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual", procede-se mediante ação penal pública incondicionada". Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Vieira da Cunha
PL 6430/2009	Altera a redação do art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Explicação: Aumenta a pena para o crime de maus tratos praticados contra crianças, idosos ou pessoas indefesas, agravando quando o crime é praticado por quem assumiu a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância por meio da prestação remunerada de serviço.	José Aírton Cirilo
PL 6480/2009	Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, visando coibir a invasão de imóveis rurais e a disponibilização do cadastro da Reforma Agrária na Rede Mundial de Computadores - Internet, altera o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, para equiparar ao crime de falsificação de documento público, a falsificação do cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, e dá outras providências.	Moreira Mendes
PL 6561/2009	Acresce artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Carlos Bezerra

PL 6580/2009	Acrescenta novo inciso ao § 2º do art. 231 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para majorar a pena aplicada a estrangeiros condenados pelo crime de tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual e dá outras providências.	Moreira Mendes
PL 6616/2009	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, e 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para adicionar os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária.	Poder Executivo
PL 6630/2009	Acrescenta parágrafo ao art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro. Explicação: Proíbe a utilização da unificação da pena para concessão de benefícios na fase de execução penal.	Antonio Carlos Biscaia
PL 6645/2009	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Dobra a pena do homicídio doloso caso o crime seja cometido contra policial.	Eliene Lima
PL 6713/2009	Altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punível com reclusão.	Senado Federal - CPI da Pedofilia
PL 6715/2009	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para excluir de ilicitude a ortotanásia.	Senado Federal - Gerson Camata
PL 6758/2010	Altera o Código Penal, para tipificar o esbulho possessório praticado em área de reserva legal, unidade de conservação e área de preservação permanente. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Senado Federal - Gilberto Goellner
PL 6814/2010	Altera o parágrafo único do art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para ampliar as hipóteses de ação pública incondicionada para o processamento dos crimes contra a dignidade sexual.	Senado Federal - Antônio Carlos Júnior
PL 6831/2010	Altera os arts. 213, 217-A e 225 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, dispõe sobre o crime de estupro e dá outras providências. Explicação: Fixa pena de reclusão para o crime de estupro em que ocorrer a prática de outro ato libidinoso.	Paes de Lira
PL 6920/2010	Dispõe sobre estelionato cometido contra idosos. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940, agravando a pena para o crime de estelionato quando cometido contra pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.	Márcio Marinho
PL 6936/2010	Aumenta a pena do crime de ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	William Woo

PL 6972/2010	Majora a pena do crime de calúnia. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940, prevendo que a pena para o crime de calúnia será a mesma do crime falsamente imputado.	Milton Monti
PL 7118/2010	Altera a o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o Código Penal Brasileiro. Explicação: Aumenta a pena do homicídio qualificado em crime cometido no período em que a vítima estiver sob as medidas protetivas estabelecidas na Lei Maria da Penha.	Marcos Montes
PL 7177/2010	Tipifica o crime de simulação processual. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de dezembro de 1940.	Carlos Bezerra
PL 7189/2010	Altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre a aplicação da lei penal mais grave ao crime permanente. Explicação: Consagra o "entendimento de que a lei penal mais grave se aplica ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da permanência".	Antonio Bulhões
PL 7321/2010	Dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária e contra a Previdência Social e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 8.137, de 1990, o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 9.613, de 1998.	Luciana Genro
PL 7390/2010	Cria o art. 117-A, do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, regulamentando a prescrição para agentes com direito a foro privilegiado.	Carlos Sampaio
PL 7688/2010	Altera e cria artigos no Título VI, da Parte Especial, do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, que trata dos Crimes contra a Dignidade Sexual. Explicação: Tipifica o crime de atentado violento ao pudor e atentado violento ao pudor de vulnerável.	Carlos Sampaio
PL 7731/2010	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. Explicação: Permite ao juiz, diante das circunstâncias do caso concreto, e especial gravidade do delito ou periculosidade do agente, fixar um tempo mínimo necessário para a progressão de regime.	Carlos Alberto Canuto
PL 7738/2010	Dispõe sobre a fraude em concursos. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Felipe Maia
PL 7823/2010	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para elevar o período mínimo de cumprimento da pena na concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos. Explicação: Aumenta para quatro quintos da pena.	Senado Federal - Hélio Costa
PL 7878/2010	Altera o art. 349-A do Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica como crime a entrada de acessórios ou partes de componentes dos aparelhos de comunicação.	Hugo Leal
PL 7911/2010	Dobra a pena de quem utilizar-se de menor em delitos. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Ricardo Barros

PL 7959/2010	Altera o § 2º do art. 155 do Código Penal para atribuir aos juizados especiais a competência para o julgamento do furto privilegiado. Explicação: Define coisa de pequeno valor a coisa furtada que não ultrapasse dois salários mínimos.	Gilmar Machado
PL 7987/2010	Institui o Código de Processo Penal. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; as Leis nºs 8.038, de 28 de maio de 1990 e 9.099, de 26 de setembro de 1995. Revoga o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e as Leis nºs 9.296, de 24 de julho de 1996 e 10.054, de 7 de dezembro de 2000.	Miro Teixeira
PL 8006/2010	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execuções Penais) e da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, relativamente aos crimes de quadrilha, associação para o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e contra o patrimônio praticados com grave ameaça ou violência à pessoa.	Jair Bolsonaro
PL 8015/2010	Dispõe sobre o perdimento de bens que tenham sido utilizados na prática do crime de redução a condição análoga à de escravo. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Arnaldo Faria de Sá
PL 8042/2010	Dispõe sobre a autoria do crime de abandono intelectual. Explicação: Estende a autoria do crime de abandono intelectual a todos aqueles que tenham crianças ou adolescentes sob guarda ou tutela e que sem justa causa deixam de prover sua instrução. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Jovair Arantes

PL 8045/2010	Código de Processo Penal. Explicação: Revoga o Decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965, 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006.	Senado Federal - José Sarney
PL 21/2011	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências	Delegado Protógenes
PL 109/2011	Altera o Código Penal, tipificando caso de receptação presumida. Explicação: Altera o art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Sandes Júnior
PL 222/2011	Altera os arts. 180 e 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Sandes Júnior
PL 269/2011	Dobra a pena de quem utilizar-se de menor em delitos. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Cida Borghetti
PL 308/2011	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que trata dos crimes hediondos e dá outras providências Explicação: Aumenta a pena e tipifica como crime hediondo os crimes cometidos contra agente público encarregado da segurança pública ou da administração da Justiça ou contra seus parentes.	Marcio Bittar
PL 310/2011	Altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para determinar 60(sessenta) anos como limite de cumprimento da pena privativa de liberdade. Explicação: Aumenta para 60 (sessenta) anos o prazo máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade.	Sandes Júnior

PL 327/2011	Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a fraude em concurso público ou em exame vestibular. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Hugo Leal
PL 340/2011	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre a confissão premiada. Explicação: Reduz a pena de um terço do agente que confessar o crime declarando-se culpado.	Hugo Leal
PL 341/2011	Dá nova redação ao art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para aumentar o tempo de cumprimento da pena para concessão de livramento condicional. Explicação: O condenado deverá cumprir mais da metade da pena se não for reincidente em crime doloso e mais de três quartos se reincidente.	Hugo Leal
PL 377/2011	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências. Explicação: Tipifica o crime de contratação de serviço sexual, inclui na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito à remuneração.	João Campos
PL 420/2011	Tipifica a litigância de má-fé em juizados especiais. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Carlos Bezerra
PL 473/2011	Dispõe sobre a fraude em concursos públicos	Roberto de Lucena
PL 582/2011	Acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965. Explicação: Institui como circunstância que agrava a pena e qualifica o crime de homicídio a de ter o agente cometido o crime em função da orientação sexual do ofendido. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado à livre orientação sexual da pessoa.	Dalva Figueiredo
PL 587/2011	Dispõe sobre a tipificação criminal de condutas na Internet e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Sandro Alex
PL 643/2011	Dá nova redação ao art. 334 do Código Penal e acrescenta o art. 334-A, também no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. NOVA EMENTA: Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A. Explicação: Aumenta a pena para os crimes de contrabando e descaminho.	Efraim Filho
PL 732/2011	Dispõe sobre o Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores (PNAVE) e dá outras providências. Explicação: Alteração, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, Código Penal, art. 331-A, desacatar educador público.	Audifax
PL 795/2011	Altera o art. 75 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Explicação: Aumenta para 50 (cinquenta) anos o prazo máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade.	Andre Moura
PL 857/2011	Dispõe sobre a proteção do exercício da advocacia. Explicação: Altera a Lei nº 8.906, de 1994 e o Decreto-lei nº 2.848, de 1940. Fixa pena de detenção para quem desrespeitar advogado no exercício da profissão e estabelece como circunstância agravante crime contra advogado no exercício da advocacia.	Junji Abe
PL 905/2011	Altera o art. 133 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940.	Márcio Marinho

PL 1011/2011	Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências. Explicação: Tipifica o "bullying" como crime contra a honra.	Fábio Faria
PL 1019/2011	Acrescenta o art. 128-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para criminalizar a recusa dos genitores a submeter-se a tratamento médico que possa evitar a transmissão de doença infecciosa ao feto.	Mandetta
PL 1035/2011	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para estabelecer a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes infracionais do agente, quando da fixação da pena-base, disciplinada no art. 59 do Código Penal.	Dr. Ubiali
PL 1069/2011	Altera os arts. 41, 66 e 68 da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, e acrescenta o art. 319-B ao Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de assegurar a concessão dos benefícios da progressão de regime, da detração, da remição e do livramento condicional, e a imediata colocação em liberdade do preso que haja cumprido integralmente a pena.	Ricardo Izar
PL 1125/2011	Dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária e contra a Previdência Social e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 8.137, de 1990, o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 9.613, de 1998.	Chico Alencar
PL 1154/2011	Altera a redação do art. 244 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940. Explicação: Prevê como crime de omissão de assistência à família, deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do companheiro ou daquele pelo qual é legalmente responsável.	Davi Alcolumbre
PL 1174/2011	Altera o art. 249 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e acresce parágrafos ao art. 237 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Explicação: Caracteriza como crime permanente o crime de subtração de incapaz fixando o início do prazo prescricional na data da restituição ou retomada da guarda do menor.	Luiz Otavio
PL 1213/2011	Altera o § 1º do art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Considera estupro de vulnerável o crime cometido contra pessoa que está impossibilitada de manifestar sua vontade ou de oferecer resistência.	Carlos Bezerra
PL 1244/2011	Altera o § 2º, do art. 155, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, diminuindo a pena e transformando a ação penal do crime de furto de pequeno valor em pública condicionada à representação. Explicação: Fixa pena de detenção de seis meses a dois anos (furto privilegiado); define furto de pequeno valor a subtração que não ultrapassa o valor de um salário mínimo.	João Campos
PL 1329/2011	Altera o Código Penal, para tipificar o esbulho possessório praticado em área de reserva legal, unidade de conservação e área de preservação permanente. Explicação: Alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Wellington Fagundes
PL 1416/2011	Altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Reestabelece a prescrição retroativa.	Carlos Bezerra
PL 1420/2011	Aumenta as penas previstas nos arts. 133 e 134 do Código Penal. Explicação: Crimes de abandono de incapaz e abandono de recém-nascido.	Washington Reis

PL 1494/2011	Dispõe sobre o crime de intimidação vexatória. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Junji Abe
PL 1502/2011	Altera o caput do art. 342 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Comissão de Legislação Participativa
PL 1545/2011	Inclui art. 128-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica o crime de aborto praticado por médico quando não for os tipos admitidos no Código Penal: necessário ou quando a gravidez resultante de estupro (sentimental).	Eduardo Cunha
PL 1547/2011	Acresce parágrafo ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Explicação: Estabelece a pena de reclusão de quatro a dez anos quando o furto for de moedas e dinheiro de caixas eletrônicos e terminais de autoatendimento de instituições financeiras.	Geraldo Resende
PL 1559/2011	Acresce parágrafo ao art. 155 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece a pena de reclusão de quatro a nove anos quando o furto for de moedas e dinheiro de caixas eletrônicos e terminais de autoatendimento de instituições financeiras.	Romero Rodrigues
PL 1572/2011	Institui o Código Comercial. Explicação: Disciplina, no âmbito do direito privado, a organização e a exploração da empresa. Altera: Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.101, de 2005; Decreto-lei nº 2.848, de 1940. Revoga: a Lei nº 556, de 1850; o Decreto nº 1.102, de 1903; os arts. 59 a 73 do Decreto-lei nº 2.627, de 1940; a Lei nº 5.474, de 1968; os arts. 226, 693 a 721, 887 a 926, 966 a 980, 984, 986 a 996, 1.039 a 1.092, 1.097 a 1.101, 1.113 a 1.122, 1.142 a 1.149, 1.151 a 1.158, 1.160 a 1.195 e os incisos IV e V do § 1º e os incisos VI, VII, VIII do § 3º do art. 206 da Lei nº 10.406, de 2002; o parágrafo único do art. 55, o § 4º do art. 56, o inciso III do art. 73 e o art. 81 da Lei nº 11.101, de 2005.	Vicente Candido
PL 1573/2011	Acrescenta o art. 140-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 117-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de tipificar o crime de "bullying".	Arthur Lira
PL 1674/2011	Altera o art. 155 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Aumenta a pena aplicada para o furto ocorrido em estabelecimento portuário.	Carlos Bezerra
PL 1681/2011	Acrescenta parágrafo único ao Art. 307 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar conduta de falsa identidade realizada mediante uso da rede mundial de computadores - Internet.	César Halum
PL 1707/2011	Revoga o §3º do art. 180 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de suprimir o crime de receptação em sua forma culposa.	Luiz Nishimori
PL 1743/2011	Altera a redação dos arts. 339 e 340 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Majora as penas dos crimes de denunciação caluniosa e comunicação falsa de crime ou de contravenção.	Marllos Sampaio

PL 1746/2011	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece a exclusividade de punição do autor de crime de coação irresistível tanto no âmbito público como privado; aplica a pena de prestação de serviço à comunidade a toda e qualquer condenação à privação de liberdade; fixa pena de detenção e multa para o réu primário no crime de furto de pequeno valor; revoga a multa substitutiva do artigo 60.	Comissão de Legislação Participativa
PL 1768/2011	Acrescenta parágrafo único ao art. 331, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, aumentando a pena do crime de desacato quando praticado contra policiais civis e militares e guardas civis.	Eli Correa Filho
PL 1792/2011	Acrescenta o artigo 340 - A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal dispondo sobre o crime de Comunicação falsa "trote".	Sueli Vidigal
PL 1861/2011	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Dobra a pena aplicada para o crime de homicídio doloso praticado contra os agentes públicos encarregados da segurança pública ou da administração da Justiça,	Pastor Marco Feliciano
PL 1904/2011	Acrescenta a alínea c ao inciso II do art. 91 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o Capítulo IV-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 10 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. Explicação: Dispõe sobre a apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado utilizados na prática de crimes contra o patrimônio.	Roberto Balestra
PL 1947/2011	Altera a redação dos arts. 16 e 65 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Comissão de Legislação Participativa
PL 1978/2011	Altera a redação do art. 339 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral.	Félix Mendonça Júnior
PL 1982/2011	Acrescenta o art. 266-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a realização de chamada telefônica para serviço de emergência com finalidade ilícita e estabelece penalidade para essa conduta.	Junji Abe
PL 2034/2011	Acrescenta o artigo 310-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Fixa pena para quem se utilizar de terceiras pessoas para ocultar a verdadeira identidade do proprietário de empresas, bens móveis e imóveis, contas bancárias ou qualquer outro ativo financeiro.	Carlos Sampaio
PL 2053/2011	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a pena de recolhimento domiciliar, extinguir o regime de albergamento, modificar o sistema progressivo de cumprimento de pena e os requisitos à obtenção do livramento condicional, e dá outras providências.	Hugo Leal
PL 2184/2011	Altera o art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever formas qualificadas do crime de formação de quadrilha ou bando, nas hipóteses que especifica. Explicação: Para cometer crime contra funcionário público ou formada por funcionário.	Senado Federal - Pedro Taques
PL 2234/2011	Acresce parágrafos aos arts. 146, 147 e 148 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece penas de interdição temporária de direitos específicos destinadas a agentes dos crimes de constrangimento ilegal, ameaça, sequestro e cárcere privado.	Luiz Couto

PL 2255/2011	Torna hediondo o crime cometido na condução de veículo automotor quando o responsável pelo ato estiver sob efeito de bebida alcoólica ou sob influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência e da ação resultar morte ou lesão grave à vítima; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Explicação: Altera a Lei nº 8.072, de 1990.	Edivaldo Holanda Junior
PL 2283/2011	Dispõe sobre a confissão premiada. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940. Reduz a pena do denunciado que confessar o delito em audiência.	Nelson Bornier
PL 2297/2011	Altera o inciso I do § 2º do art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena de crimes de roubo praticados com violência ou grave ameaça, mesmo quando a arma utilizada seja de brinquedo.	Bonifácio de Andrada
PL 2304/2011	Estende a aplicação do art. 13 do Código Penal às infrações eleitorais e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.	Bonifácio de Andrada
PL 2350/2011	Altera o Código Penal para criar figuras penais de proteção a dados informáticos, a redes de computadores e a sistemas informatizados, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Jilmar Tatto
PL 2415/2011	Tipifica a conduta do responsável por cão perigoso que exponha a perigo a vida ou a integridade física de outrem. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Osmar Júnior
PL 2423/2011	Dispõe sobre a prática, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa, de crime doloso contra a vida na direção de veículo automotor. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990.	Audifax
PL 2425/2011	Altera a redação da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do idoso e o art. 136 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena estabelecida no caso de maus-tratos a idosos.	Davi Alcolumbre
PL 2446/2011	Altera o art. 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a utilização de cerol em pipas ou papagaios, assim como elaboração, produção fornecimento, comercialização das linhas mencionadas.	Ricardo Berzoini
PL 2500/2011	Altera o art. 83 do Decreto- lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o art. 594 do Decreto- lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e o art. 112, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal. Explicação: Proíbe a progressão de regime, a concessão de liberdade condicional e a apelação em liberdade para os crimes de homicídio simples e qualificado.	Chico D'Angelo
PL 2506/2011	Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena prevista para os crimes de corrupção passiva e de corrupção ativa.	Erika Kokay
PL 2510/2011	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para incluir um inciso § 6º ao art. 121 para tipificar como simples o homicídio praticado na direção de veículo automotor quando o agente estiver sob influência de álcool ou substância tóxica.	Jutahy Junior

PL 2515/2011	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.	Romário
PL 2518/2011	Altera dispositivos do Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estipular pena mais grave para os crimes de peculato, concussão, emprego irregular de verbas e rendas públicas, corrupção ativa e passiva quando referir-se a ações destinadas à saúde e educação. Explicação: A pena será aplicada em dobro.	Duarte Nogueira
PL 2594/2011	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena dos crimes de abandono de incapaz e exposição e abandono de recém-nascido.	João Pizzolatti
PL 2642/2011	Acrescenta dispositivos ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências" Explicação: Tipifica como dolosos e hediondos os crimes de homicídio e de lesão corporal praticados na direção de veículo automotor sob influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente. Revoga o art. 306 da Lei nº 9.503, de 1997.	Otoniel Lima
PL 2674/2011	Institui outros meios de prova para a tipificação do crime de embriaguez ao volante e tipifica o crime de direção homicida-suicida. Explicação: Altera a Lei nº 9.503, de 1997.	Edmar Arruda
PL 2701/2011	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica a conduta de constranger, solicitar ou exigir dinheiro ou qualquer vantagem para explorar a permissão de estacionamento de veículo alheio ou impor serviço contra a vontade do condutor.	Fabio Trad
PL 2706/2011	Dispõe sobre o crime de ameaça praticado contra agente público. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Félix Mendonça Júnior
PL 2773/2011	Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências. Explicação: Revoga a Lei nº 4.898, de 1965, altera as Leis nºs 8.069, de 1990; 9.296, de 1996; 7.960, de 1989 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Eliseu Padilha
PL 2849/2011	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar como infração penal a omissão no dever de prestar contas da aplicação dos valores recebidos com base em convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como o retardamento ou a omissão na sua análise por parte do funcionário público responsável.	Duarte Nogueira

PL 2902/2011	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Explicação: Estabelece normas para medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores de proveniência ilícita, e procedimentos de destruição de drogas, destinação e perdimento de bens apreendidos.	Poder Executivo
PL 2994/2011	Altera dispositivos das Leis nº 8.072, de 25 de julho de 1990 que dispõe sobre crimes hediondos, bem como inclui parágrafo único no art. 39 da Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Torna insuscetível a fixação de penas substitutivas e a concessão de quaisquer favorecimentos e benefícios ao transgressor, autor de um crime hediondo. O valor auferido em razão do trabalho prestado pelo autor de um crime hediondo deverá ser partilhado em igualdade de condições com a vítima e/ou família do crime que praticou.	Aguinaldo Ribeiro
PL 3025/2011	Revoga o art. 234 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece a abolição do crime relativo a escrito ou objeto obsceno.	Carlos Bezerra
PL 3033/2011	Modifica os arts. 138 a 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Altera as penas dos crimes contra a honra.	Aguinaldo Ribeiro
PL 3175/2012	Dispõe sobre o Estatuto da Internet no Brasil. Explicação: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 9.296, de 1996.	Edson Pimenta
PL 3189/2012	Modifica os arts. 121, 129, 146 e 147 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena e qualifica o crime cometido contra professores, em ambiente escolar.	Junji Abe
PL 3193/2012	Acrescenta § 4º ao art. 168-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre perda de cargo, função ou emprego público em caso de condenação por apropriação indébita previdenciária.	Davi Alcolumbre
PL 3346/2012	Acrescenta o art. 135-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a recusa ou protelação de atendimento médico.	Erika Kokay
PL 3358/2012	Acrescenta o art. 207-A no Código Penal, a fim de tipificar o crime de exploração de mão de obra infanto-juvenil. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Arnaldo Jordy
PL 3375/2012	Acrescenta o art. 132-A ao Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Realizar tatuagem em criança ou adolescente. Pena - detenção de (1) um a 2 (dois) anos e multa.	Márcio Marinho
PL 3481/2012	Dispõe sobre uso de explosivos na destruição ou rompimento de obstáculo para o crime de Furto e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Alexandre Leite
PL 3557/2012	Acrescenta uma alínea "g" ao art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece a agravação penal para os crimes cometidos contra policial, juiz, membro do Ministério Público ou defensor público.	Cabo Juliano Rabelo
PL 3565/2012	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena mínima aplicada ao crime de homicídio simples para dez anos e substitui a pena de reclusão por prisão.	Keiko Ota

PL 3573/2012	Altera o caput e o § 1º do art. 75 e os incisos I, II e V do art. 83, do Código Penal; altera o caput e o § 1º do art. 112, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e altera o § 2º, do art. 2º, da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, aumentando o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade, o prazo para a concessão de livramento condicional e o prazo para progressão de regime de cumprimento de pena.	João Campos
PL 3708/2012	Altera a redação do art. 155 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece que o furto de arma de fogo é considerado furto qualificado.	Carlos Bezerra
PL 3722/2012	Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e revoga a Lei nº 10.826, de 2003.	Rogério Peninha Mendonça
PL 3832/2012	Altera o art. 18 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece nova definição para dolo e culpa.	Gonzaga Patriota
PL 3842/2012	Dispõe sobre o conceito de trabalho análogo ao de escravo. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Moreira Mendes
PL 3892/2012	Altera o § 3º do art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta a pena para o sequestro relâmpago.	Geraldo Thadeu
PL 3898/2012	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer sanções mais severas para aqueles que fraudarem licitações públicas.	Ângelo Agnolin
PL 3901/2012	Dispõe sobre a incidência de causa aumento de pena para o crime de roubo. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Pastor Eurico
PL 3902/2012	Dispõe sobre a prescrição penal virtual. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Pastor Eurico
PL 3962/2012	Altera e inclui dispositivos na Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, e dá outras providências. Explicação: Define as atividades privativas de advocacia e tipifica o exercício ilegal da profissão de advogado.	Ronaldo Benedet

PL 4017/2012	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), alterado pela Lei 10.803/2003, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Explicação: Pena - reclusão, de três a quinze anos, e multa, além da pena correspondente à violência.	Arnaldo Jordy
PL 4028/2012	Altera o parágrafo único do art. 116 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece que a prescrição não corre enquanto não houver ressarcimento ao erário nos casos de sentença que tenha apurado crime que implique malversação de recursos públicos,	Fabio Trad
PL 4046/2012	Acrescenta parágrafo ao art. 155 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Torna crime mais grave o furto de obra do patrimônio histórico, artístico ou cultural.	Carlos Bezerra
PL 4090/2012	Acrescenta o art. 160-A ao Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica a conduta de exigir, de forma habitual, dinheiro ou qualquer vantagem, para explorar a permissão de estacionamento de veículo alheio em via pública.	Severino Ninho
PL 4093/2012	Altera os artigos arts. 65 e 115 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Reduz para sessenta anos a idade a ser considerada como circunstância atenuante da pena, bem como para a redução do prazo de prescrição.	Carlos Bezerra
PL 4105/2012	Estabelece que os crimes contra o patrimônio são crimes permanentes.	Roberto de Lucena
PL 4151/2012	Altera o Código Penal e o Código de Processo Penal, para antecipar a interrupção da prescrição ao oferecimento da denúncia ou queixa, e prever que, antes de seu recebimento, o acusado possa manifestar sua defesa. Explicação: Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 1940 e 3.689, de 3 de 1941.	Rodrigo Garcia
PL 4207/2012	Altera o art. 217-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para dispor sobre a prisão temporária e agravar a pena para quem tiver conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com pessoa com deficiência física, mental ou intelectual.	Romário
PL 4211/2012	Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.	Jean Wyllys
PL 4214/2012	Altera o art. 151 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a gravação de conversa através de aparelho eletrônico de gravação, sem consentimento dos interlocutores.	Leonardo Gadelha
PL 4228/2012	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para dispor sobre a falsa comunicação para os serviços de emergência.	Otoniel Lima
PL 4347/2012	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para ampliar os tipos penais presentes no Título VI "Dos Crimes contra a Dignidade Sexual" e da outras providências.	Ricardo Izar
PL 4463/2012	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências". Explicação: Qualifica crime de homicídio contra agentes públicos e os tipifica como hediondos.	William Dib

PL 4478/2012	Acrescenta o art. 288-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para criar e definir o tipo penal Organizações Criminosas.	Leonardo Gadelha
PL 4500/2012	Acresce inciso IV ao art. 142 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e garante a liberdade de expressão religiosa.	Professor Victório Galli
PL 4523/2012	Altera o art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7.12.1940 (Código Penal) para tipificar como crime o estelionato eleitoral.	Nilson Leitão
PL 4612/2012	Altera o art. 61 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Torna agravante genérica o crime praticado contra funcionário público no exercício da função ou a utilização de arma, artefato ou acessório de uso proibido ou restrito.	Keiko Ota
PL 4613/2012	Altera o art. 148 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta as penas aplicadas ao crime de privação de liberdade mediante sequestro ou cárcere privado.	Keiko Ota
PL 4623/2012	Acrescenta o art. 249-A ao Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para dispor sobre crimes cometidos com a utilização de menores de 18 anos.	Ricardo Izar
PL 4629/2012	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para tipificar como crime o atentado contra qualquer autoridade da Segurança Pública, bem como inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, alterado pelas Leis nº 8.930, de 06 de setembro de 1994, e nº 9.695 de 20 de agosto de 1998, para incluir o referido atentado entre crimes hediondos.	Alexandre Leite
PL 4642/2012	Altera o art. 61 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. Explicação: Estabelece como circunstância agravante o crime cometido contra policial.	Bruna Furlan
PL 4661/2012	Altera o art. 182 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Criminaliza as lesões patrimoniais praticadas sem violência ou grave ameaça entre cônjuges ou entre ascendentes e descendentes.	Rosane Ferreira
PL 4665/2012	Acrescenta o § 5º ao art. 217-A do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: O consentimento e a ocorrência de relações sexuais anteriores não descaracteriza e não abranda a pena do crime de estupro em que a vítima seja menor de quatorze anos.	Erika Kokay
PL 4722/2012	Altera o art. 44 do Código Penal. Explicação: O juiz poderá fixar a pena restritiva de direitos como condição especial para a progressão ao regime aberto.	Antônio Roberto
PL 4727/2012	Acrescenta o § 2º e renumera o atual "Parágrafo Único" do art. 71, do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940, Código Penal brasileiro, para excluir o reconhecimento de crime continuado nos crimes contra a vida.	Ricardo Izar
PL 4735/2012	Altera a redação do art. 61, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para agravar as penas, e do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Lei dos Crimes Hediondos, para prever como circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ou de o autor ser agente do Estado, no exercício de cargo ou função pública ou em deles decorrentes.	Mendonça Prado
PL 4804/2012	Tipifica a conduta de deixar de repassar as contribuições ao FGTS recolhidas dos contribuintes à Caixa Econômica Federal, no prazo e forma legal ou convencional como crime de apropriação indébita do depósito de FGTS e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 8.036, de 1990 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Paulo Rubem Santiago

PL 4874/2012	Altera o art. 115 do Código Penal para aumentar para 75 anos a idade de obtenção do benefício de contagem de prazo prescricional pela metade. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Paulo Rubem Santiago
PL 4893/2012	Altera os arts. 121, 122, 129 e 136 e revoga o § 1º do art. 121 e os arts. 123 e 134 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Aumenta as penas e inclui formas qualificadas para os crimes de homicídio simples, homicídio culposo, homicídio doloso, induzimento ao suicídio, lesão corporal, lesão corporal culposa, maus tratos.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
PL 4894/2012	Altera os arts. 7º, 44, 75, 100, 145, 155, 157, 163, 168, 168-A, 171, 180, 181 e 182 e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
PL 4895/2012	Altera o Capítulo I do Título XI do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Altera as penas dos Crimes contra a Administração Pública em geral.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
PL 4897/2012	Altera a redação do art. 288 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e dá outras providências. Explicação: Aumenta a pena dos crimes praticados por quadrilha ou bando miliciano.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
PL 4898/2012	Altera o art. 273 do Capítulo III (Crimes Contra a Saúde Pública) do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Reduz a pena de crimes contra a saúde pública.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
PL 4950/2013	Dispõe sobre as regras de segurança em casas de entretenimento, impondo restrições ao uso de fogos de artifício e a realização de shows de pirotecnia em locais fechados em todo o território nacional, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, 1940.	Ricardo Izar
PL 4954/2013	Reduz os prazos de prescrição penal ao menor de vinte e um anos de idade. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Wellington Fagundes
PL 5019/2013	Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA), acrescenta § 3º ao art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e dá outras providências.	Senado Federal - Jayme Campos
PL 5069/2013	Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.	Eduardo Cunha
PL 5074/2013	Dispõe sobre a tipificação criminal da difusão do vírus de computador. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Major Fábio
PL 5097/2013	Altera os arts. 129 e 145 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Eleva a pena mínima do crime de lesão corporal em situação de violência doméstica e estabelece que a ação penal de crime de violência contra a mulher é ação pública incondicionada.	Aline Corrêa

PL 5110/2013	Altera o art. 133, § 2º, II do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.	Sandra Rosado
PL 5114/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para aperfeiçoar a legislação no que tange à violência doméstica contra a mulher.	Manuela D'ávila
PL 5209/2013	Altera o Código Penal, para estabelecer a vedação ao aproveitamento de incentivos fiscais como efeito da condenação por crime de redução a condição análoga à de escravo. Explicação: Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Major Fábio
PL 5248/2013	Proíbe o uso de fogos de artifício em qualquer evento que contenha aglomeração pública em ambientes fechados e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.948, de 1940.	Francisco Escórcio
PL 5398/2013	Altera as redações do parágrafo único do art. 83, dos arts. 213, caput e §§ 1º e 2º e 217-A, caput e §§ 3º e 4º, todos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e a do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Explicação: Aumenta a pena para os crimes de estupro e estupro de vulnerável, exige que o condenado por esses crimes conclua tratamento químico voluntário para inibição do desejo sexual como requisito para obtenção de livramento condicional e progressão de regime.	Jair Bolsonaro
PL 5412/2013	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o crime de divulgação pública de imagens de vídeos de segurança.	Rosane Ferreira
PL 5446/2013	Altera o art. 225 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Estabelece a ação penal incondicionada para os crimes contra liberdade sexual e os crimes sexuais contra vulnerável (Capítulos I e II do Título VI do Código Penal).	Guilherme Mussi
PL 5454/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (SINASE). Explicação: Estabelece como circunstância agravante a participação de menor na realização de crime; aplica o Estatuto do Menor e do Adolescente em casos excepcionais aos maiores até 26 anos de idade; fixa normas para a internação em Regime Especial de Atendimento em estabelecimento educacional com maior contenção com prazo máximo de oito anos.	Andreia Zito
PL 5464/2013	Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica penalmente o exercício ilegal da atividade de guarda de veículos estacionados em áreas de uso comum do povo.	Laercio Oliveira
PL 5475/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; para tipificar como crime a criação de perfis falsos em rede sociais, fóruns de discussão, blogs, ou páginas da Internet em geral.	Lilium Sá
PL 5485/2013	Dispõe sobre a tipificação criminal do estelionato informático. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Eduardo Azeredo
PL 5490/2013	Inclui parágrafo no art. 59 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aplicação de pena no caso em que o crime cometido com concursos de pessoas tenha participação de menor.	Jair Bolsonaro

PL 5524/2013	Altera a redação o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aumentar o tempo de internação e prever a reincidência em caso de ato infracional equivalente a crime hediondo e elevar a pena para o crime de corrupção de menor. Explicação: Altera a Lei nº 8.069, de 1990 e o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Eduardo da Fonte
PL 5527/2013	Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Explicação: Enquadra na Lei dos Crimes Hediondos, os casos de depredação de bem público e altera a espécie de pena aplicável, aumentando, também, o seu período mínimo e máximo de incidência. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Laercio Oliveira
PL 5537/2013	Institui a obrigatoriedade da adoção de padrões de inflamabilidade de materiais nas situações em que especifica. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Walter Feldman
PL 5576/2013	Acrescenta dispositivo ao art. 61, do Código Penal para considerar agravante o cometimento do crime em razão da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou deficiência física que são considerados crimes de ódio. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Aline Corrêa
PL 5625/2013	Acrescenta o art. 132-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Considera crime a queima de fogos de artifício em via pública ou lugar habitado.	Sérgio Brito
PL 5626/2013	Acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Tipifica como crime a conduta de exigir ou solicitar dinheiro, ou qualquer outra vantagem econômica, sem autorização legal ou regulamentar, em contrapartida à vigilância de veículos estacionados em vias e locais públicos.	Sérgio Brito
PL 5667/2013	Dispõe sobre circunstância agravante da pena em caso de crime cometido contra turista, nacional ou estrangeiro. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Osmar Serraglio
PL 5683/2013	Dispõe sobre o aumento de pena para a receptação de produto de crime obtido por usuário de drogas. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Newton Cardoso
PL 5703/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Altera o Código Penal para punir os atos preparatórios, o planejamento da ação delituosa.	William Dib
PL 5759/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para atribuir pena maior ao agente nos casos de reincidência.	Colbert Martins
PL 5773/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, acrescentando o art. 288 - B, tipificando o crime de terrorismo, e dá outras disposições.	Onyx Lorenzoni
PL 5900/2013	Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para prever os delitos de peculato, concussão, excesso de exação, corrupção passiva e corrupção ativa, além de homicídio simples e suas formas qualificadas, como crimes hediondos; e altera os arts. 312, 316, 317 e 333 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena dos delitos neles previstos.	Senado Federal - Pedro Taques

PL 5970/2013	Regulamenta o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, para instituir normas gerais voltadas à realização de licitações e à celebração de contratos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.666, de 1993.	José Guimarães
PL 5995/2013	Estabelece como pena a perda do imóvel em cujo interior sejam habitualmente estocados ou comercializados bens obtidos mediante a prática do crime de receptação qualificada. Explicação: Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Costa Ferreira
PL 6032/2013	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nºs 10.028, de 19 de outubro de 2000 (Lei dos Crimes Contra as Finanças Públicas) e 12.527, de 28 de novembro de 2011 (Lei de Acesso às Informações).	Ruy Carneiro
PL 6072/2013	Inclui o parágrafo único ao art. 360 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Explicação: Proíbe o sigilo em processos de crimes contra o erário.	Rose de Freitas
PL 6074/2013	Dá nova redação ao art. 136 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que tipifica a conduta de maus-tratos, agravando as penas cominadas, dentre outras providências.	Mendonça Filho
PL 6115/2013	Acrescenta-se o parágrafo único ao art. 128, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Explicação: Exige o exame de corpo de delito comprovando estupro para que o médico possa realizar aborto.	Salvador Zimbaldi
PL 6240/2013	Acrescenta art. 149-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoa, e acrescenta inciso VIII ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar esse crime hediondo.	Senado Federal - Vital do Rêgo
PL 6246/2013	Acrescenta o art. 132 - A, ao Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 .	Leonardo Gadelha
PLP 177/2012	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de parcerias e convênios entre órgãos públicos e organizações não governamentais. Explicação: Altera a Lei Complementar nº 101, de 2000; a Lei Complementar nº 64, de 1990; a Lei nº 8.429, de 1992 e o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Esperidião Amin

Total de Registros: 516

Partido	UF	Apresentacao	Situação na CD
PSB	RJ	24/05/1989	PLEN - Pronta para Pauta
PSB	BA	07/03/1991	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3943/1989
PSDB	DF	25/04/1991	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2423/1989
PMDB	ES	07/05/1991	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3943/1989
PT	SP	11/03/1991	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2423/1989
PMDB	RR	26/08/1993	PLEN - Pronta para Pauta
PSD	RJ	28/09/1993	PLEN - Pronta para Pauta
-	-	16/12/1993	PLEN - Pronta para Pauta

PTB	SP	22/02/1995	PLEN - Pronta para Pauta
PFL	SP	09/08/1995	PLEN - Pronta para Pauta
-	-	31/10/1995	PLEN - Pronta para Pauta

-	-	21/03/1996	PLEN - Pronta para Pauta
PFL	SP	02/06/1997	PLEN - Pronta para Pauta
PT	PA	22/10/1997	MESA - Aguardando Retorno
PSDB	SP	24/03/1998	PLEN - Pronta para Pauta

PSDB	CE	13/08/1998	PLEN - Pronta para Pauta
PT	PA	03/02/1999	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PT	PA	03/02/1999	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2423/1989
PDT	RS	16/03/1999	CCJC - Aguardando Deliberação
PDT	RS	16/03/1999	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 130/1999
PDT	RS	16/03/1999	CCJC - Pronta para Pauta
PDT	RS	16/03/1999	PLEN - Pronta para Pauta
PDT	RS	17/03/1999	CCP - Aguardando Encaminhamento
PDT	RS	17/03/1999	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PDT	RS	17/03/1999	CCJC - Aguardando Parecer
PDT	RS	17/03/1999	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 304/1999
PDT	RS	23/03/1999	CCJC - Aguardando Parecer

PDT	RS	23/03/1999	CCJC - Aguardando Parecer
PMDB	DF	05/05/1999	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 403/2007
PTB	SP	02/06/1999	CCJC - Pronta para Pauta
PSDB	ES	10/06/1999	SERCO(SGM) - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6869/2010
PTB	SP	17/06/1999	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PTB	SP	17/06/1999	PLEN - Pronta para Pauta
PPB	SP	30/06/1999	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3187/1997
PSDB	MT	17/08/1999	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 20/1999
PT	RS	18/08/1999	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2930/2008
PPB	SP	15/09/1999	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1070/1995
PT	RJ	29/09/1999	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 20/1999

PMDB	DF	24/11/1999	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	DF	30/03/2000	MESA - Aguardando Retorno
PMDB	DF	04/04/2000	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
PPB	RJ	06/04/2000	PLEN - Pronta para Pauta
-	-	13/04/2000	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
PFL	SP	18/04/2000	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7291/2006
PMDB	SP	03/05/2000	PLEN - Pronta para Pauta
PFL	SP	10/05/2000	PLEN - Pronta para Pauta
PMDB	RS	16/05/2000	PLEN - Pronta para Pauta

-	-	18/08/2000	PLEN - Pronta para Pauta
PDT	SP	20/03/2001	PLEN - Pronta para Pauta
-	-	04/04/2001	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	SP	08/05/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4313/1998
PMDB	MG	09/05/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4313/1998

PL	PE	23/05/2001	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	MG	04/06/2001	PLEN - Pronta para Pauta
PT	BA	12/06/2001	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PMDB	DF	18/06/2001	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	ES	20/06/2001	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 130/1999
PSB	AL	26/06/2001	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4703/1998
PSDB	ES	01/08/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4742/2001
-	-	13/08/2001	CCJC - Aguardando Parecer - Ag. devolução Relator não-membro
PFL	RJ	14/08/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3187/1997

PFL	RJ	15/08/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2982/2000
PL	RS	26/09/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7699/2006
PFL	RJ	23/10/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PDT	SC	25/10/2001	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PT	RS	30/10/2001	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
-	-	31/10/2001	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PMDB	PR	11/12/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4742/2001
PCdoB	CE	13/12/2001	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4742/2001
PSDB	MT	20/12/2001	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2143/1999
PDT	AP	13/12/2001	CCJC - Aguardando Parecer

-	ES	20/02/2002	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6109/2009
-	MG	26/02/2002	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PFL	RJ	04/04/2002	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4106/1993
PT	PA	11/04/2002	PLEN - Pronta para Pauta
PSL	MG	17/04/2002	CCJC - Aguardando Parecer
PFL	RJ	07/05/2002	PLEN - Pronta para Pauta
PFL	RJ	08/05/2002	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PMDB	GO	08/05/2002	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
-	-	09/05/2002	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2462/1991
PFL	BA	16/05/2002	PLEN - Pronta para Pauta

PFL	SC	16/05/2002	CCJC - Aguardando Parecer
PFL	RJ	04/06/2002	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6822/2002
PFL	RJ	11/06/2002	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3187/1997
-	-	21/08/2002	PLEN - Pronta para Pauta
-	-	21/08/2002	PLEN - Pronta para Pauta

PSDB	PR	15/10/2002	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
PFL	RJ	12/11/2002	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2143/1999
PFL	RJ	26/11/2002	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 704/1995
PSB	RJ	04/12/2002	MESA - Aguardando Retorno
PL	RO	09/12/2002	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PT	SP	18/02/2003	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7291/2006
PT	RJ	20/02/2003	PLEN - Pronta para Pauta
PMDB	DF	24/02/2003	CCP - Aguardando Apensação - Proposição raiz : PL 2462/1991
PFL	SP	19/03/2003	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	MG	26/03/2003	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003

PSDB	MG	26/03/2003	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PRONA	SP	28/03/2003	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PMDB	DF	01/04/2003	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PL	AP	01/04/2003	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PT	ES	16/04/2003	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3011/2000
PMDB	RJ	23/04/2003	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 704/1995
-	-	18/06/2003	PLEN - Pronta para Pauta
PDT	RS	25/06/2003	PLEN - Pronta para Pauta
PP	PE	09/07/2003	CSSF - Pronta para Pauta
PL	AM	12/08/2003	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PFL	RJ	03/09/2003	-

PT	GO	04/09/2003	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
-	-	15/10/2003	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PMDB	RJ	22/10/2003	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
PP	GO	23/10/2003	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
PT	MG	29/10/2003	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7101/2006
PP	RS	18/11/2003	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PL	AM	19/11/2003	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
PFL	GO	28/11/2003	PLEN - Pronta para Pauta
PL	MA	03/12/2003	CAPADR - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5016/2005

PMDB	RJ	10/12/2003	MESA - Aguardando Retorno
PFL	BA	11/12/2003	PLEN - Pronta para Pauta
PFL	RJ	17/12/2003	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PT	BA	18/12/2003	MESA - Aguardando constituição de Comissão Temporária
PT	SP	20/01/2004	PLEN - Pronta para Pauta
PTB	DF	02/03/2004	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PMDB	BA	10/03/2004	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2862/2004
PT	RJ	18/03/2004	PLEN - Pronta para Pauta

PFL	RJ	13/04/2004	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2955/2000
PPS	SC	05/05/2004	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PMDB	AP	10/05/2004	CCJC - Aguardando Parecer
PTB	RS	12/05/2004	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PP	BA	03/06/2004	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PL	AP	08/06/2004	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PL	AP	09/06/2004	CCJC - Pronta para Pauta
PL	AP	09/06/2004	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	SP	23/06/2004	CCJC - Aguardando Designação de Relator

PT	ES	07/07/2004	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PMDB	PR	07/07/2004	CCJC - Aguardando Parecer
PFL	MA	11/08/2004	CCJC - Pronta para Pauta
PFL	SP	15/09/2004	PL540301 - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5403/2001
PP	AM	07/10/2004	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7224/2006
PDT	RS	10/11/2004	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 536/2003
PCdoB	RJ	10/11/2004	CCJC - Aguardando Parecer
PT	PA	17/11/2004	MESA - Aguardando Resposta

PDT	RS	17/11/2004	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PDT	RS	17/11/2004	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PDT	RS	17/11/2004	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PMDB	RJ	18/11/2004	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PMDB	RJ	30/11/2004	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4549/1998
-	-	02/03/2005	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PSDB	SP	09/03/2005	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2862/2004
PFL	AP	10/03/2005	CCJC - Pronta para Pauta
PTB	DF	16/03/2005	CCJC - Aguardando Parecer

PSDB	CE	05/04/2005	CAPADR - Aguardando Deliberação
PP	RJ	18/05/2005	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2862/2004
PT	AP	25/05/2005	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PT	RO	02/06/2005	PLEN - Pronta para Pauta
PP	BA	08/06/2005	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	GO	30/06/2005	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PSDB	GO	30/06/2005	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PSDB	GO	30/06/2005	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999

-	-	04/07/2005	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5363/2005
PSDB	GO	07/07/2005	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 968/2003
PL	SP	20/07/2005	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
PSB	MG	22/08/2005	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5900/2013
PMDB	SP	31/08/2005	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4911/2005
PP	AM	31/08/2005	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PSDB	SP	20/09/2005	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PP	AM	23/11/2005	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3763/2004
PSB	RN	23/11/2005	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2746/2003
PFL	MT	30/11/2005	PLEN - Pronta para Pauta
PMDB	PR	01/12/2005	CCJC - Pronta para Pauta

PMDB	PR	14/12/2005	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6422/2005
PMDB	PR	14/12/2005	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3743/2004
PDT	AM	14/12/2005	PLEN - Pronta para Pauta
PP	AM	22/02/2006	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PFL	RN	04/04/2006	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 20/1999
PP	SP	11/04/2006	MESA - Aguardando Retorno
-	-	18/04/2006	PLEN - Pronta para Pauta
PP	SP	20/04/2006	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6024/2005
-	-	05/05/2006	CCJC - Pronta para Pauta
-	-	10/05/2006	CCJC - Aguardando Parecer

PT	RJ	17/05/2006	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4911/2005
-	-	18/05/2006	CCJC - Pronta para Pauta
-	-	18/05/2006	CCJC - Pronta para Pauta
PP	SP	18/05/2006	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PPS	MS	23/05/2006	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PFL	CE	31/05/2006	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PFL	CE	31/05/2006	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PFL	RN	31/05/2006	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
PFL	GO	20/06/2006	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PFL	GO	20/06/2006	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	MS	20/06/2006	CCJC - Aguardando Parecer

PDT	MG	11/07/2006	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2143/1999
PPS	SP	12/07/2006	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4862/2001
PMDB	RJ	12/07/2006	PLEN - Pronta para Pauta
PMDB	RJ	12/07/2006	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7133/2002
PMDB	RJ	02/08/2006	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
-	-	06/12/2006	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
PR	RJ	06/02/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PR	RJ	06/02/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PP	MT	07/02/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 789/2007
PFL	RJ	07/02/2007	PLEN - Pronta para Pauta
PR	RJ	08/02/2007	PLEN - Pronta para Pauta
PR	RJ	08/02/2007	PLEN - Pronta para Pauta

PR	RJ	08/02/2007	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PR	RJ	13/02/2007	CCJC - Pronta para Pauta
PR	ES	13/02/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
PFL	RS	14/02/2007	MESA - Aguardando Retorno
PFL	BA	27/02/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2862/2004
PL	MG	27/02/2007	CCJC - Pronta para Pauta
PP	SP	28/02/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PSDB	BA	28/02/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1572/2007
PFL	RJ	07/03/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
PTB	RS	13/03/2007	CCTCI - Aguardando Parecer

PT	PE	13/03/2007	CCJC - Aguardando Parecer
PFL	TO	13/03/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
PMDB	PA	14/03/2007	CCJC - Aguardando Parecer
PT	BA	19/03/2007	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PT	MG	20/03/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 478/2007
PMDB	MT	27/03/2007	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PMDB	GO	03/04/2007	CCJC - Pronta para Pauta
PP	SP	18/04/2007	CCJC - Pronta para Pauta
PSC	RJ	19/04/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 968/2003

PR	RJ	25/04/2007	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PR	RJ	25/04/2007	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PR	RJ	25/04/2007	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PR	MG	25/04/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 704/1995
PR	MG	25/04/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 87/2007
-	-	26/04/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6667/2006
PSB	SP	02/05/2007	MESA - Aguardando Retorno
-	-	03/05/2007	CCJC - Pronta para Pauta

PMDB	DF	29/05/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 94/2007
PSDB	TO	31/05/2007	PLEN - Pronta para Pauta
PTdoB	RJ	12/06/2007	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1237/2007
PSDB	GO	27/06/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
-	-	28/06/2007	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1258/1995

PMDB	RJ	05/07/2007	PLEN - Pronta para Pauta
-	-	05/07/2007	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	MG	11/07/2007	CCJC - Aguardando Parecer
PSDB	PE	12/07/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PPS	MS	01/08/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
DEM	DF	07/08/2007	PLEN - Pronta para Pauta
PT	SP	08/08/2007	PLEN - Pronta para Pauta
PSC	SP	08/08/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7078/2006
PTB	GO	21/08/2007	PLEN - Pronta para Pauta

PSDB	PE	22/08/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PMDB	MT	28/08/2007	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PR	GO	04/09/2007	PLEN - Pronta para Pauta
PT	RS	05/09/2007	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PT	AC	12/09/2007	CDHM - Aguardando Parecer
PT	BA	02/10/2007	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PT	RO	06/11/2007	PLEN - Pronta para Pauta
DEM	RJ	05/12/2007	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 87/2007
PSB	RS	11/12/2007	MESA - Aguardando Retorno

DEM	DF	18/12/2007	CDHM - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6418/2005
DEM	SP	19/12/2007	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2143/1999
-	-	29/01/2007	PLEN - Pronta para Pauta
DEM	SC	13/02/2008	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2788/2011
PP	RS	14/02/2008	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3187/1997
PPS	MG	19/02/2008	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2788/2011
PSDB	PE	27/02/2008	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PTB	AM	28/02/2008	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
PT	AC	06/03/2008	CCJC - Aguardando Designação de Relator

PMDB	RR	19/03/2008	CCJC - Pronta para Pauta
PSDB	PR	27/03/2008	CCJC - Aguardando Parecer
PCdoB	RS	01/04/2008	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	SP	08/04/2008	CCJC - Pronta para Pauta
PR	SP	16/04/2008	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2788/2011
-	-	16/04/2008	MESA - Aguardando constituição de Comissão Temporária - Proposição raiz : PL 1258/1995
PMDB	DF	06/05/2008	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
PV	SP	13/05/2008	CCJC - Aguardando Parecer

PP	CE	15/05/2008	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3388/2008
PSC	MA	27/05/2008	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6024/2005
DEM	RN	03/07/2008	CCJC - Pronta para Pauta
-	-	03/07/2008	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PSDB	PE	15/07/2008	-
PSDB	PR	16/07/2008	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6025/2005
PMDB	PA	16/07/2008	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6024/2005
-	-	17/07/2008	CCJC - Pronta para Pauta
PMDB	PB	04/08/2008	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4800/2001
PRB	MA	06/08/2008	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3769/2008
-	-	19/09/2008	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1258/1995

PRTB	MG	07/10/2008	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3943/1989
-	-	30/10/2008	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 20/1999
PSDB	SP	04/11/2008	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1572/2007
PR	SC	02/12/2008	PL540301 - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5403/2001
PMDB	SC	16/12/2008	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 359/1999
DEM	SC	16/12/2008	CCJC - Pronta para Pauta
PR	MG	17/12/2008	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3011/2000
-	-	16/01/2009	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4549/1998

PSB	MT	12/03/2009	PLEN - Pronta para Pauta
PR	DF	21/05/2009	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2632/2003
PSB	ES	16/06/2009	PLEN - Pronta para Pauta
PSDB	SP	24/06/2009	CCJC - Aguardando Parecer
PMDB	ES	30/06/2009	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5419/2009
PTB	GO	30/06/2009	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3943/1989
PDT	MG	08/07/2009	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5074/1990
-	-	09/07/2009	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6109/2009
PP	SP	16/07/2009	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995

-	-	16/07/2009	CCJC - Pronta para Pauta
-	-	20/07/2009	CREDN - Aguardando Parecer

DOM	PA	21/07/2009	MESA - Aguardando Retorno
PSB	PE	05/08/2009	CTASP - Aguardando Parecer
PT	PE	05/08/2009	CCJC - Pronta para Pauta
PDT	SP	18/08/2009	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PPS	SP	20/08/2009	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7224/2006
PMDB	MT	15/09/2009	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PMDB	MT	15/09/2009	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1070/1995

PT	BA	15/09/2009	CSSF - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6814/2010
DEM	GO	25/09/2009	PLEN - Pronta para Pauta
PSB	PB	29/09/2009	-
PMDB	RR	29/09/2009	PLEN - Pronta para Pauta
PRB	RJ	01/10/2009	PLEN - Pronta para Pauta
PMDB	MT	27/10/2009	CCJC - Aguardando Parecer
PP	RS	04/11/2009	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7223/2006
PDT	RS	10/11/2009	CSSF - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6814/2010
PT	CE	18/11/2009	CSSF - Aguardando Parecer
PPS	RO	24/11/2009	CCJC - Pronta para Pauta
PMDB	MT	08/12/2009	CCJC - Aguardando Deliberação

PPS	RO	09/12/2009	CCJC - Aguardando Parecer
-	-	14/12/2009	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5900/2013
PT	RJ	15/12/2009	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7221/2006
PP	MT	16/12/2009	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
NI	NI	23/12/2009	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PMDB	ES	23/12/2009	CCJC - Aguardando Parecer
DEM	MT	05/02/2010	CCJC - Pronta para Pauta
DEM	BA	11/02/2010	CSSF - Pronta para Pauta
PTC	SP	23/02/2010	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PRB	BA	09/03/2010	CCJC - Pronta para Pauta
PPS	SP	10/03/2010	CDHM - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2024/2007

PR	SP	16/03/2010	CCJC - Pronta para Pauta
DEM	MG	13/04/2010	CSSF - Pronta para Pauta
PMDB	MT	27/04/2010	CCJC - Pronta para Pauta
PRB	SP	27/04/2010	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PSOL	RS	12/05/2010	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3670/2004
PSDB	SP	25/05/2010	CCJC - Aguardando Parecer
PSDB	SP	03/08/2010	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6831/2010
PSC	AL	04/08/2010	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4500/2001
DEM	RN	04/08/2010	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PMDB	MG	07/10/2010	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7224/2006
PSC	RJ	10/11/2010	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7223/2006
PP	PR	17/11/2010	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 789/2007

PT	MG	30/11/2010	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1878/2007
PDT	RJ	07/12/2010	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 8045/2010
PP	RJ	14/12/2010	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PTB	SP	15/12/2010	CAPADR - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5016/2005
PTB	GO	21/12/2010	PL742006 - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7420/2006

PMDB	AP	22/12/2010	-
PCdoB	SP	03/02/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5363/2005
PP	GO	03/02/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PP	GO	08/02/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PP	PR	08/02/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 789/2007
PSDB	AC	09/02/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PP	GO	09/02/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 633/2007

PSC	RJ	09/02/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PSC	RJ	09/02/2011	CCJC - Aguardando Parecer
PSC	RJ	09/02/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7224/2006
PSDB	GO	10/02/2011	CCJC - Pronta para Pauta
PMDB	MT	16/02/2011	CCJC - Pronta para Pauta
PV	SP	17/02/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1086/1999
PT	AP	23/02/2011	CCJC - Pronta para Pauta
PPS	PR	23/02/2011	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6024/2005
DEM	PB	02/03/2011	MESA - Aguardando Retorno
PSB	ES	16/03/2011	CE - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 604/2011
PSC	SE	22/03/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 633/2007
DEM	SP	29/03/2011	CCJC - Pronta para Pauta
PRB	BA	05/04/2011	CCJC - Pronta para Pauta

PMN	RN	12/04/2011	CSPCCO - Aguardando Parecer
DEM	MS	13/04/2011	CCJC - Aguardando Parecer
PSB	SP	13/04/2011	PL719702 - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7197/2002
PV	SP	13/04/2011	CSPCCO - Aguardando Deliberação
PSOL	RJ	19/04/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3670/2004
DEM	AP	26/04/2011	CSSF - Pronta para Pauta
PMDB	PA	27/04/2011	CSSF - Pronta para Pauta
PMDB	MT	03/05/2011	CSSF - Aguardando Parecer
PSDB	GO	04/05/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1878/2007
PR	MT	11/05/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6758/2010
PMDB	MT	24/05/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7220/2006
PMDB	RJ	24/05/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1235/2011

DEM	SP	01/06/2011	CSPCCO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1011/2011
-	-	02/06/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6109/2009
PMDB	RJ	08/06/2011	CCJC - Aguardando Parecer
PMDB	MS	08/06/2011	CCJC - Aguardando Parecer
PSDB	PB	09/06/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1547/2011
PT	SP	14/06/2011	PL157211 - Aguardando Parecer
PP	AL	14/06/2011	CSPCCO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1011/2011
PMDB	MT	28/06/2011	CCJC - Pronta para Pauta
PPS	TO	28/06/2011	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6024/2005
PSDB	PR	29/06/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PMDB	PI	30/06/2011	CCJC - Aguardando Parecer

-	-	30/06/2011	CCJC - Aguardando Parecer
DEM	SP	05/07/2011	CCJC - Aguardando Parecer
PDT	ES	07/07/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1743/2011
PSC	SP	14/07/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PP	GO	03/08/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1889/2011
-	-	04/08/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 340/2011
PDT	BA	10/08/2011	CCP - Aguardando Encaminhamento
DEM	SP	10/08/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1743/2011
PSDB	SP	16/08/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3667/2008
PSC	RJ	17/08/2011	CCJC - Aguardando Parecer
PDT	MT	31/08/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PT	PB	05/09/2011	CCJC - Pronta para Pauta

PTC	MA	13/09/2011	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2788/2011
PMDB	RJ	14/09/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 340/2011
PSDB	MG	14/09/2011	CCJC - Aguardando Parecer
PSDB	MG	14/09/2011	CCJC - Pronta para Pauta
PT	SP	20/09/2011	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6024/2005
PCdoB	PI	28/09/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2143/1999
PSB	ES	28/09/2011	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2788/2011
DEM	AP	28/09/2011	CSSF - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6430/2009
PT	SP	04/10/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 402/2011
PT	RJ	06/10/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4911/2005
PT	DF	10/10/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 379/2007
PSDB	BA	11/10/2011	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2788/2011

PSB	RJ	11/10/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7699/2006
PSDB	SP	11/10/2011	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3011/2000
PP	SC	26/10/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1235/2011
PRB	SP	08/11/2011	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2788/2011
PSC	PR	09/11/2011	ARQUIVO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2788/2011
PMDB	MS	10/11/2011	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PDT	BA	16/11/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PMDB	RS	24/11/2011	CSPCCO - Aguardando Parecer
PSDB	SP	06/12/2011	CCJC - Pronta para Pauta

-	-	09/12/2011	CCJC - Aguardando Parecer
PP	PB	15/12/2011	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 704/1995
PMDB	MT	21/12/2011	CCJC - Pronta para Pauta
PP	PB	21/12/2011	PL540301 - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5403/2001
PSD	BA	08/02/2012	PL540301 - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5403/2001
PSD	SP	09/02/2012	CE - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 604/2011
DEM	AP	09/02/2012	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PT	DF	06/03/2012	CFT - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7419/2006
PPS	PA	07/03/2012	CCJC - Pronta para Pauta
PRB	BA	07/03/2012	CSSF - Pronta para Pauta
DEM	SP	20/03/2012	CCJC - Aguardando Parecer
PSB	MT	28/03/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PSB	SP	28/03/2012	CCJC - Aguardando Deliberação

PSDB	GO	29/03/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4500/2001
PMDB	MT	18/04/2012	CCJC - Pronta para Pauta
PMDB	SC	19/04/2012	CREDN - Pronta para Pauta
PSB	PE	09/05/2012	CCJC - Aguardando Parecer
PSD	RO	09/05/2012	CAPADR - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5016/2005
PSD	MG	18/05/2012	CSPCCO - Aguardando Parecer
PDT	TO	22/05/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1292/1995
PSB	PE	22/05/2012	CCJC - Aguardando Parecer
PSB	PE	22/05/2012	CCJC - Aguardando Parecer
PMDB	SC	29/05/2012	CCJC - Pronta para Pauta

PPS	PA	05/06/2012	CAPADR - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5016/2005
PMDB	MS	06/06/2012	CCJC - Pronta para Pauta
PMDB	MT	12/06/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7101/2006
PSB	PE	20/06/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2701/2011
PMDB	MT	20/06/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2862/2004
PV	SP	26/06/2012	CCJC - Aguardando Parecer
DEM	SP	03/07/2012	CCJC - Aguardando Parecer
PSB	RJ	11/07/2012	CSSF - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1213/2011
PSOL	RJ	12/07/2012	MESA - Aguardando constituição de Comissão Temporária
PSC	PB	13/07/2012	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1258/1995
PRB	SP	16/07/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1743/2011
PSD	SP	22/08/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6831/2010
PSDB	SP	19/09/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008

PSC	PB	21/09/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
PMDB	MT	09/10/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6314/2005
PSDB	MT	10/10/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3453/2004
PSB	SP	31/10/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PSB	SP	31/10/2012	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PSD	SP	31/10/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 789/2007
DEM	SP	31/10/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PSDB	SP	31/10/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PV	PR	06/11/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3764/2004
PT	DF	06/11/2012	CCJC - Pronta para Pauta
PV	MG	14/11/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 20/1999
PSD	SP	14/11/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 87/2007
DEM	SE	20/11/2012	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3131/2008
PDT	PE	05/12/2012	CTASP - Pronta para Pauta

PDT	PE	18/12/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2862/2004
-	-	19/12/2012	CCP - Aguardando Encaminhamento
-	-	19/12/2012	CCP - Aguardando Encaminhamento
-	-	19/12/2012	CTASP - Aguardando Parecer
-	-	19/12/2012	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1353/1999
-	-	19/12/2012	PLEN - Pronta para Pauta
PSD	SP	05/02/2013	CSPCCO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3271/2012
PR	MT	05/02/2013	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2862/2004
DEM	MT	20/02/2013	CSSF - Aguardando Parecer
PMDB	RJ	27/02/2013	CCJC - Aguardando Parecer
DEM	PB	28/02/2013	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1070/1995
PP	SP	06/03/2013	CSSF - Aguardando Parecer

PSB	RN	07/03/2013	CCP - Aguardando Encaminhamento
PCdoB	RS	07/03/2013	CSSF - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5097/2013
DEM	PB	21/03/2013	CAPADR - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5016/2005
PMDB	MA	27/03/2013	CSPCCO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3271/2012
PP	RJ	17/04/2013	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PV	PR	18/04/2013	CSPCCO - Aguardando Parecer
PSD	SP	24/04/2013	CSSF - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 6814/2010
PSDB	RJ	24/04/2013	PL719702 - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7197/2002
PR	SE	25/04/2013	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2701/2011
PSD	RJ	26/04/2013	CCP - Aguardando Encaminhamento - Proposição raiz : PL 5403/2001
PSDB	MG	30/04/2013	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2186/2003
PP	RJ	30/04/2013	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 789/2007

PP	PE	07/05/2013	PL719702 - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 7197/2002
PR	SE	08/05/2013	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3187/1997
PSDB	SP	08/05/2013	CDEIC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4923/2013
PP	SP	14/05/2013	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 582/2011
PSD	BA	22/05/2013	CSPCCO - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 3271/2012
PSD	BA	22/05/2013	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2701/2011
PMDB	PR	28/05/2013	CCJC - Aguardando Parecer
PMDB	MG	03/06/2013	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PSDB	SP	05/06/2013	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PMDB	BA	12/06/2013	CCJC - Aguardando Designação de Relator
DEM	RS	17/06/2013	CCP - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 2462/1991
PDT	MT	05/07/2013	PLEN - Pronta para Pauta

PT	CE	16/07/2013	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 1292/1995
PSC	MA	17/07/2013	PLEN - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 779/1995
PSDB	PB	06/08/2013	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 5317/2009
PMDB	ES	08/08/2013	CCJC - Tramitando em Conjunto - Proposição raiz : PL 4784/2009
DEM	PE	08/08/2013	CSSF - Aguardando Apensação - Proposição raiz : PL 6430/2009
PDT	SP	15/08/2013	CCP - Aguardando Encaminhamento - Proposição raiz : PL 1545/2011
PMDB	PB	30/08/2013	SECAP(SGM) - Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
PSC	PB	02/09/2013	SECAP(SGM) - Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
PP	SC	16/05/2012	CFT - Aguardando Parecer

Tema	Indexação
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, definição, crime, tortura, crime contra a pessoa, crime contra a liberdade individual, terrorismo, tráfico, de entorpecente, drogas, tóxico, psicotrópico, dano estético, danos morais, confissão, informações, assalto, seqüestro, incêndio, depredação, atentado, sabotagem, perigo, divergência, modelo político, ordem política e social, ideologia, coação, poder, União Federal, controle, ato ilícito, aeronave, embarcação, navio, fixação, pena de reclusão, agravante, funcionário público, médico, enfermeiro, paramédico, participação, aceleração, parto, lesão corporal grave, incapacidade mental, incapacidade moral, incapacidade física, aborto, morte, crime de responsabilidade, omissão, militar, servidor, funcionário público, empregado, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, violência, organização, colaboração, crime inafiançável, proibição, liberdade provisória, livramento condicional, indulto, graça, anistia, réu, acusado. _ Proibição, utilização, circunstâncias, caráter excepcional, estado de sítio, estado de defesa, estado de emergência, justificação, crime, tortura, definição, efeito, condenação, funcionário público, perda, cargo público, função pública, emprego público, inabilitação, nomeação, exercício profissional, serviço público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, regulamentação, Constituição Federal, agravação penal, pena de reclusão, ato doloso, retenção, salário, trabalhador.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, definição, crime contra a pessoa, ofensa, pessoa física, tortura, detento, prisão, processo cautelar, pena de reclusão, circunstância agravante, autor, servidor, funcionário civil, funcionario militar.
Trabalho e Emprego	Alteração, Código Penal, regulamentação, dispositivos, direitos sociais, Constituição Federal, definição, crime, apropriação indebita, retenção, ato doloso, salário, empregado, atraso, pagamento.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, definição, crime, tortura, pena de reclusão, circunstância agravante, lesão corporal grave, morte, funcionário público, exercício profissional, omissão, autoridade. _ Alteração, denominação, capítulo, lesão corporal, integridade física.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, pena de reclusão, multa, crime, ocultação de cadáver, destruição, aumento, pena, comercialização.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, crime contra a saúde pública, fabricante, laboratório farmacêutico, corrupção, falsificação, adulteração, produto alimentício, produto farmacêutico, medicamentos.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei Anti-Racismo, inclusão, sexo, origem, nacionalidade, idade, estado civil, pena de reclusão, impedimento, apresentação, dificuldade, aquisição, venda, locação, imóvel residencial, imóvel comercial, recusa, atendimento, hospital, maternidade, pronto socorro, agravação penal, lesão corporal grave, morte. _ Definição, crime inafiançável, crime imprescritível, pena, discriminação racial, cor. _ Alteração, Código Penal, aumento, pena, crime, discriminação racial, promessa, pagamento, recompensa, penalidade, prazo em dobro.

Direito Civil e Processual Civil	Alteração, Código Penal, descaracterização, crime, cirurgia, troca, sexo, transexual, exigência, paciente, maioridade, capacidade civil, consentimento, exame médico, parecer, unanimidade, junta médica. _ Autorização, alteração, prenome, transexual, lei federal, registro público, necessidade, autorização judicial, exigência, averbação, documento, identidade, registro de nascimento.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, receptação, receptação culposa, objeto, roubo, furto.
Direito Penal e Processual Penal	Normas, investigação criminal, garantia, informante, comunicação, ocorrência, roubo, extorsão, sequestro, notificação, polícia, Ministério Público, direitos, sigilo, exceção, testemunha, irretroatividade, promessa, recompensa, localização, vítima, vida, proibição, divulgação, nome, pagamento, policial, agente de polícia, civil, militar, concessão, isenção, pena, pessoas, co-autoria, participação, crime, auxílio, libertação, alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos. _ Ocorrência, desaparecimento, pessoas, indício, sequestro, extorsão, competência, autoridade policial, instauração, inquérito policial, prazo, relatório, juiz, identificação, colaboração, família, vítima, negação, indisponibilidade, bens, autorização, interceptação, rede telefônica, possibilidade, decretação, quebra de sigilo, sigilo telefonico, comunicações, residência, trabalho, instalação, equipamentos, parecer, Ministério Público. _ Crime, extorsão, sequestro, juiz, decretação, indisponibilidade, bens, prazo, restrição, agente, bancos, instituição financeira, liberação, quantia, dinheiro, pagamento, resgate, pena, crime de responsabilidade, crime de desobediência, limitação, valor, saque, retirada, exceção, autorização, despesa, família, proibição, alienação, ônus, ato nulo, competência, (Bacen), execução, decisão, negociação, liberdade, vítima, vigilância, pessoas, prejuízo, investigação.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de reclusão, servidor, crime, excesso, exação, aumento, penalidade, facilitação, contrabando, descaminho, introdução, território nacional, arma de fogo armamento, munição, denominação, crime contra a administração pública, advocacia administrativa, patrocínio, aplicação, pena, violência arbitrária, funcionário público, processo civil, penalidade administrativa, gravidade, fato, reiteração, juiz, decretação, perda de função pública, cargo público, emprego público, violação, sigilo, reponsabilidade funcional, divulgação, facilitação, circunstâncias, informação privilegiada, competência, Presidência da Republica, Ministério, (BACEN), prejuízo, mercado financeiro, preço, mercadoria, bens, serviço, pessoas, uso próprio, notícia, obtenção, vantagens, ausência, autorização, tipicidade, crime, improbidade administrativa, utilização, ato, programa, obra pública, serviço, campanha, custeio, cofre, poder público, promoção, pessoal, terceiros, equipamentos, material, propriedade, repartição pública, guarda, funcionários, desvio, leis, danos, administração pública, pena de detenção, responsabilidade penal, abuso, coação no curso do processo, realização, constrangimento ilegal, ameaça, testemunha, perito, juiz, jurado, membros, Ministério Público, advogado, processo judicial, inquérito, violência, direito de defesa, confissão, declaração, desobediência, mandado judicial, decisão judicial, perda, suspensão, direitos. _ Alteração, Código de Processo Penal, processo, julgamento, servidor, funcionário público, posterioridade, juiz, recebimento, denúncia, possibilidade, afastamento, réu, exercício profissional, cargo público, função pública, ausência, prejuízo, remuneração.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, tipicidade, crime de dano, destruição, inutilização, deterioração, pichação, coisa alheia, monumento, patrimonio arqueologico, patrimonio historico, patrimonio artistico, penalidade, prestação de serviço à comunidade.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, pena de reclusão, crime, trabalho escravo, contratação, menor, adolescente, criança, exceção, auxilio, familia, economia familiar, pais, responsavel, inexistencia, prejuízo, educação, agravação penal, atividade perigosa, atividade penosa.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, prazo, prescrição, sentença judicial, crime de falsificação, uso de documento falso, fixação, data, inicio, utilização, indebito, exigencia, cumprimento, normas, ausencia, danos, terceiros.

Direito Civil e Processual Civil	Alteração, Código Civil, Código Penal, isenção, responsabilidade civil, responsabilidade penal, pessoa jurídica, pessoa física, morte, pessoa carente, entidade beneficente, associações, instituição assistencial, obra filantrópica, entidade de fins filantrópicos, doação, alimentos.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, período, pena privativa de liberdade, substituição, pena restritiva de direitos, crime culposo, pena alternativa, prestação de serviço à comunidade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, definição, crime, tortura, fixação, pena de reclusão, circunstância agravante, lesão corporal grave, morte, funcionário público, exercício profissional, omissão, autoridade. - alteração, denominação, capítulo, código penal, lesão corporal, crime, integridade física.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, penalidade, crime, omissão de socorro, criança, menor abandonado, pessoa portadora de deficiência, ausência, solicitação, auxílio, autoridade pública, agravação penal, lesão corporal grave, morte.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, transmissão, doença, (AIDS), aumento, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, redução, penalidade, lesão corporal culposa, morte.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inaplicabilidade, penalidade, homicídio culposo, vítima, parente, ascendente, cônjuge, irmão, pai, mãe, filho, condenado, circunstância atenuante, penosidade, família.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, autorização, condenado, regime aberto, cumprimento, pena, prisão albergue, domicílio, inexistência, possibilidade, substituição, prisão domiciliar, trabalho externo, recolhimento, período noturno.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, autorização, condenado, regime semi-aberto, início, pena, cumprimento, trabalho diurno, curso profissionalizante, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, dispensa, exame criminológico, ressalva, comportamento.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, homicídio qualificado, crime, grupo de extermínio, qualificação, crime hediondo, crime contra a pessoa, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, normas, realização, trabalho externo, condenado, preso, regime semi aberto, exigência, cumprimento, parte, pena, posterioridade, progressão, regime fechado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, estelionato, emissão, cheque sem fundos, julgamento, competência, foro, local, domicílio, vítima.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, normas, suspensão, ação penal, pagamento, cheque sem fundos, exigência, autorização, credor, anterioridade, sentença judicial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime hediondo, retirada, pele, tecido, órgão humano, pessoa viva, inexistência, autorização, pena de reclusão, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, estelionato, fraude, concurso público, exame vestibular, penalidade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, armazenagem, venda, oferta, bebida alcoólica, posto de gasolina, estabelecimento, proximidade, local, penalidade, prestação de serviço à comunidade, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, multa, crime, receptação, conhecimento, origem, roubo, crime qualificado, violência, ameaça grave.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, quadrilha, facilitação, tentativa, fuga, preso, invasão, presídio, prisão, utilização, violência, ameaça grave, arma.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, proibição, pichação, bens moveis, bens imoveis, inexistência, consentimento, proprietário, pena de detenção, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, critérios, substituição, pena privativa de liberdade, pena restritiva de direitos, limitação, prazo, crime, inexistência, violência, crime culposos, condenado reincidente, descumprimento, imposição, observação, cumprimento, pena de detenção, pena de reclusão, juiz, decisão, pena alternativa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, desconto, salário, empregado, recebimento, cheque sem fundos, exceção, realização, negociação coletiva de trabalho, inclusão, trabalhador, bancos, transporte rodoviário, posto de gasolina, estabelecimento comercial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, violação, comunicações, informática, proteção, sistema de segurança, destruição, dados, programa, computador, software, ausência, autorização, supressão, informação, pirataria, prejuízo, danos, direitos, criação, agravação penal, pena de detenção, vítima, órgão público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, proibição, substituição, pena privativa de liberdade, condenado, crime culposos, tráfico, entorpecente, drogas, crime organizado, crime inafiançável, crime hediondo.

Direito Penal e Processual Penal	Crítérios, criação, cão, animal feroz, exigência, registro, cadastro, identificação, animal, utilização, aparelho eletrônico, vacina anti-rábica, equipamentos, proteção, pessoas, responsabilidade civil, responsabilidade penal, proprietário, danos, colocação, advertência, placa, perigo, adestramento, avaliação, morte. _Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, penalidade, multa, criador, proprietário, cão, animal feroz, descumprimento, normas, proibição, propaganda, divulgação, violência, animal doméstico.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, vítima, servidor, policial civil, policial militar, membros, Ministério Público, magistrado, juiz, exercício funcional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime hediondo, tipicidade, crime hediondo, crime organizado, agravação penal, atuação, tráfico, agente, servidor público civil, militar, destinação, mercadoria apreendida, patrimônio público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, segurança de voo, aeronave, embarcação, usuário, descumprimento, normas, tripulação, danos, saúde, integridade, passageiro, pena de detenção.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei do Crime Organizado, Lei da Prisão Temporária, inclusão, crime contra a paz pública, agravação penal, criação, financiamento, colaboração, participante, facilitação, apuração, delito, investigação policial, redução, pena, prisão temporária.
Arte e Cultura	Alteração, Código Penal, pena de detenção, proibição, proprietário, administrador, circo, exposição, animal feroz.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, termo, custódia, valores, aumento, pena de reclusão, infrator, roubo, bancos.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra a fé pública, moeda falsa, acréscimo, crime de falsificação, fabricação, moeda, material plástico, território nacional, país estrangeiro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, aumento, pena de detenção, crime contra a administração pública, crime do colarinho branco, crime contra o sistema financeiro nacional, irregularidade, aplicação, recursos públicos, crime inafiançável, desvio, recursos, educação, merenda escolar, assistência social, saúde.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aplicação, normas, lei especial, agravação penal, crime organizado, coação, pagamento, recompensa, participação, adolescente, menor, inimputabilidade, concurso de pessoas, pena de prisão, regime fechado, regime semi-aberto, livramento condicional, progressividade, aumento, prazo, fixação, regime, condenado, proibição, trabalho externo, preso, mulher presidiária, amamentação, filho, Lei de Execução Penal, deveres, réu preso, critérios, transferência, regressão, regime penitenciário, infração disciplinar, preenchimento, vaga, penitenciária, superveniência, doença mental, tratamento médico, internação, cumprimento, prazo, sentença judicial, pena restritiva de direitos, pena alternativa, prestação de serviço à comunidade, interdição temporária, interdição de direito, exercício, pátrio poder, poder familiar, tutela, guarda, suspensão, porte de arma, direção, veículos, exercício profissional, limitação, fim de semana, obrigatoriedade, frequência, atividade educativa, atividade cultural, atividade artística, substituição, pena mínima, crime culposo, necessidade, individualização da pena, remição, jornada de trabalho, pena pecuniária, multa, conversão, condenação, perda, bens, devedor solvente, critérios, cominação, penalidade, requisitos, antecedentes, reincidência, circunstância agravante, redução, limite de idade, circunstância atenuante, concurso material, crime continuado, pena máxima, pena unificada, medida de segurança, internação coletiva, hospital psiquiátrico, perícia médica, paciente, tratamento, ambulatório, suspensão, ação penal, extinção da punibilidade, prescrição, apuração, procedimento judicial, processo, julgamento, crime, rito ordinário, rito sumário, rito sumaríssimo, revogação, dispositivos, extinção, suspensão condicional da pena, regime aberto, pena de reclusão, pena de detenção.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, tipicidade, crime, injúria, difamação, discussão, juízo, causa judicial, juiz de direito, promotor de justiça, partes processuais, serventuário.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Crime Contra a Administração da Justiça, denúncia caluniosa, instauração, investigação, natureza administrativa, inquérito civil, ação judicial, improbidade administrativa, conhecimento, inocência, acusado, redução, pena, inexistência crime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, termo inicial, contagem, prazo, prescrição, efetivação, uso de documento falso, documento público, documento particular, selo, sinal, público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, prazo, prescrição, ação penal, trânsito em julgado, sentença judicial, crime contra a administração pública, peculato, concussão, corrupção passiva, facilitação, contrabando, descaminho, prevaricação, condescendência criminoso.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime, assédio moral, trabalho, danos morais, empregador, chefe, abuso de poder, hostilização, pessoal subalterno, servidor, empregado, pena de detenção, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime contra a administração pública, servidor público civil, condenado, crime, peculato, erro, terceiros, concussão, corrupção passiva, redução, co réu, participante, quadrilha, co-autoria, confissão espontânea, delito, ampliação, prazo, prescrição, pena.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra a honra, inclusão, direitos, ofendido, representação, ação pública, Ministério Público, assistência judiciária gratuita, injúria, ofensa, discriminação racial, religião, grupo étnico, origem, nacionalidade.
Direito Penal e Processual Penal	Obrigatoriedade, presença, juiz, presídio, rebelião, preso, responsável, coordenação, ordem, disciplinamento, negociação, proibição, autoridade pública, concessão, benefício, inexistência, Lei de Execução Penal, restabelecimento, disciplina. _Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, preso, danos, patrimônio público, violência, revolta, estabelecimento penal, presídio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Saúde Pública, doente, contaminação, pessoas, doença incurável, conhecimento, portador, vírus, (HIV), (AIDS), pena de reclusão, agravação penal, morte, pena de detenção.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, Código Penal, tipicidade, aborto, aumento, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, assédio moral, depreciação, hostilização, pessoal subalterno, habitualidade, exigência, encargo, ausência, competência, cargo, emprego, função, posto, exclusão, sonegação, informações, calúnia, difamação, apropriação, negação, autoria, projeto, pena de detenção, infrator, agravação penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, crime, prestação de serviço, serviços públicos, ocupação, prédio, imóvel, patrimônio da União, Estados, (DF), Municípios, empresa estatal, pena de reclusão, agravação penal, impedimento, entrada, saída, repartição pública, incitamento, liderança, danos, patrimônio, crime qualificado, porte de arma, violência, atentado, atividade essencial, segurança pública, proibição, paralisação, policiamento ostensivo, prisão em flagrante, mandado de prisão, alvará de soltura, polícia judiciária, perícia, remoção, cadáver, proteção, criança, adolescente, guarda vigilância, custódia, preso, infrator, servidor público civil, militar, juiz, determinação, afastamento.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime de dano, dano qualificado, pichação, agravação penal, pena de detenção, danos, demolição, contaminação, prédio, bens particulares, bens comuns, bens públicos, tombamento, patrimônio histórico, patrimônio artístico.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime de falsificação, moeda, material plástico.
Direito Penal e Processual Penal	Criação, Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, garantia, proteção, integração social, direitos, acessibilidade, serviços públicos, via pública, transporte gratuito, estacionamento, sinalização, alimentos, medicamentos, saúde, hospital, (SUS), educação especial, atividade cultural, lazer, atividade esportiva, exercício profissional, proibição, discriminação, trabalho, reserva, vaga, habilitação profissional, Previdência Social, assistência social, benefício previdenciário, salário mínimo, habitação, entidade de fins filantrópicos, instituição beneficente, fiscalização, Conselho Municipal, prioridade, acesso, Justiça, Ministério Público, defesa, interesse, pessoa portadora de deficiência, deficiente físico, deficiente mental, penalidade, infrator, revogação, lei federal. _ Autorização, dedução, imposto de renda, pessoa física, despesa, educação, saúde, aquisição, medicamentos, equipamentos, prótese ortopédica, isenção fiscal, (IPI), imposto de importação, veículo automotor, computador, informática, utilização, pessoa portadora de deficiência. _ Alteração, Lei do Anti-Racismo, inclusão, pessoa portadora de deficiência. _ Alteração, Código Penal, Lei das Contravenções Penais, agravação penal, infrator, crime, vítima, pessoa portadora de deficiência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, pena de detenção, crime, receptação, receptação qualificada.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de detenção, multa, crime, ameaça, simulação, terrorismo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, simulação, anúncio, terrorismo, atentado, desastre, perigo, pena de reclusão, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, simulação, anúncio, terrorismo, tumulto, pena de reclusão, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, assédio moral, danos morais, desrespeito, depreciação, hostilização, obrigatoriedade, realização, trabalho, critérios, superioridade, função, cargo, emprego, trabalhador, servidor, pena de detenção, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime contra a organização do trabalho, coação danos morais, empregado, local de trabalho, prejuízo, dignidade, hostilização, condições de trabalho, abuso de autoridade, pena de detenção, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, responsabilidade penal, proprietário, animal feroz, agressão, lesão corporal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, definição, crime, coação, atividade, natureza administrativa, chefia, aliciamento, coerção, subordinado, oferecimento, vantagens, ato ilícito, ilegalidade, pena de reclusão, multa.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, penalidade, testemunha, inquérito civil, depoimento, declaração falsa, negação, verdade, falso testemunho.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, homicídio qualificado, vítima, servidor, trabalhador, estudante, autoridade religiosa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de prisão, crime, destruição, subtração, ocultação de cadáver.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, proibição, divulgação, comercialização, endereço, dados pessoais, usuário, inexistência, autorização, pena de detenção, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Administração Pública, fornecimento, réu, preso, condenado, arma, transporte, meios de comunicação, telefone celular, apoio, facilitação, rebelião, fuga, infrator, pena de prisão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Saúde Pública, exercício ilegal da profissão, Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo, pena de detenção, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravamento penal, pena de prisão, crime, receptação, aquisição, recebimento, ocultação, produto, roubo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravamento penal, crime, lesão corporal, vítima, cônjuge, companheiro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, estado democrático, atentado, soberania nacional, domínio, País Estrangeiro, traição, negociação, governo estrangeiro, realização, guerra, violação, Território Nacional, exploração, recursos naturais, desmembramento, território, espionagem, revolução, utilização, violência, ameaça grave, impedimento, exercício, legitimidade, poder, Constituição Federal, golpe de estado, crime contra a pessoa, sequestro, cárcere privado, Presidente da República, Vice Presidente da República, Presidente, Senado, Câmara dos Deputados, (STF), Procurador Geral da República, incitamento, guerra civil, terrorismo, controle, ato ilícito, aeronave, embarcação, ônibus, transporte coletivo, sabotagem, serviços públicos, coação, autoridade, funcionário estrangeiro, manifestação coletiva, discriminação racial, discriminação sexual, revogação, Lei de Segurança Nacional, fixação, pena de prisão, agravamento penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, responsabilidade penal, administrador, entidade fechada, previdência complementar, obtenção, vantagens, ato ilícito, inclusão, pena de prisão, procurador, membros, conselho, interventor, liquidante, atuário, auditor, independente, categoria profissional, serviço técnico, realização, crime.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Penal, autorização, ascendente, avós, adoção, menor, acesso, permanência, estabelecimento de ensino, desnecessidade, apresentação, registro de nascimento, matrícula, rede escolar, competência, Justiça da Infância e da Juventude, homologação, acordo, Ministério Público, decretação, prisão provisória, pais, responsável. _ Competência, Ministério Público, encaminhamento, autoridade judiciária, acordo, adolescente, infrator, aplicação, prisão provisória, descumprimento, deveres, pátrio poder, poder familiar, pena de reclusão, prostituição, exploração sexual, criança, proposta, ação penal pública, vítima, estupro, menor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, abuso, administrador, entidade fechada, previdência complementar, obtenção, lucro, ato doloso, prejuízo, pena de reclusão, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime de dano, pichação, utilização, representação judicial, ação penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, crime, homicídio, homicídio qualificado, vítima, militar, policial, bombeiro militar, agente penitenciário, membros, Ministério Público, Judiciário, menor, idoso, pessoa portadora de deficiência, agente, grupo de extermínio, organização criminosa, estrangeiro, homicídio culposo, reincidência, lesão corporal culposa, lesão corporal grave, agravação penal, exercício, profissão, médico, dentista, farmacêutico, enfermeiro, furto, roubo, transporte de carga, transporte de passageiros, ônibus, estelionato, fraude, concessionária, serviços públicos, entidade, Previdência Social, falsificação, habilitação, bilhete, cartão magnético, telefonia, televisão via cabo, crime contra a liberdade sexual, posse, atentado ao pudor, rapto, qualificação, reincidência genérica, circunstância agravante, crime culposo, adaptação, Lei do Crime Hediondo, revogação, dispositivos, Código de Processo Penal, protesto por novo juri.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, pena restritiva de direitos, educação, frequência escolar, curso profissionalizante, atividade social, reintegração social, réu preso, inaplicabilidade, juiz, substituição, pena privativa de liberdade, condenado, crime hediondo, tráfico, drogas, tortura, contrabando, arma de fogo, conversão, pena alternativa, prestação de serviço à comunidade, prisão, regime semi-aberto, condenação, crime, prazo determinado, descumprimento, sentença condenatória, reincidência, interdição temporária, interdição de direito, exercício profissional, pátrio poder, poder familiar, porte de arma, suspensão, habilitação, veículos, fixação, pagamento, multa, perda, bens, agravação penal, roubo, extorsão, utilização, arma de brinquedo, Crime Contra a Administração Pública, resistência, descaminho, pena de reclusão. _ Alteração, Lei Juizados Especiais, inexistência, pagamento, multa, pena, conversão, pena alternativa, prestação de serviço à comunidade, frequência escolar, substituição, pena restritiva de direitos, pena privativa de liberdade, existência, descumprimento, pena mínima.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei do Crime Organizado, Código Penal, critérios, definição, associação criminosa, quadrilha, participação ilícita, fixação, pena de reclusão, criminoso.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, responsabilidade penal, agente, proprietário, responsável, animal feroz, cão, agressão, lesão corporal, vítima.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei de Execução Penal, Código Penal, normas, trabalho, condenado, pena privativa de liberdade, obrigatoriedade, realização, jornada de trabalho, subordinação, (CLT), base de cálculo, remuneração, hora, obrigatoriedade, preso, regime, semi aberto, execução, obra pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, herança, herdeiro, autor, crime, homicídio, vítima, pais.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, receptação qualificada, comerciante, industrial, utilização, mercadoria, roubo, pena de reclusão, multa.
Direito Penal e Processual Penal	_ Alteração, Código Penal, pena de detenção, proprietário, administrador, circo, exposição, perigo, riscos, vida humana, falta, segurança, utilização, animal, espetáculo público. _ Proibição, utilização, animal feroz, circo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, proibição, substituição, pena privativa de liberdade, pena restritiva de direitos, condenado, restrição, liberdade provisória, tráfico, drogas, participação, organização criminosa, crime organizado, quadrilha.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Crime contra a Paz Pública, tipicidade, crime, alarme, perigo, desastre, simulação, terrorismo, criação, associações, terrorista, interferência, manipulação, dados, sistema de informação, programa, informática, pena de reclusão, infrator, agravação penal, ocorrência, morte, agente, servidor público civil, militar.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Execução Penal, critérios, suspensão condicional da pena, exclusão, condenado, crime doloso, proibição, mudança de domicílio, ausência, autorização judicial, aumento, prazo, suspensão, pena privativa de liberdade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, homicídio qualificado, vítima, ascendente, pais, avós, descendente, filho, irmão, cônjuge, companheiro, companheira, menor, criança, idoso, doente, mulher, gestante, testemunha, ofendido, proteção, autoridade policial, aumento, penalidade, lesão corporal, agravação penal.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, fixação, período, pena-base, reincidência, criminoso habitual, agravação penal, pena de reclusão, facilitação, fuga, preso, terceiros, inclusão, agente penitenciário.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Administração Pública, fraude, concurso público, troca, dados pessoais, fornecimento, aquisição, informações, prova, utilização, equipamento eletrônico, proibição, edital, falsificação, identificação, pena de detenção, agravação penal, condenado, interesse, lucro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de detenção, pena de reclusão, crime, ameaça, facilitação, fuga, preso, utilização, arma de fogo, condenado, crime hediondo, motim, presídio, vítima, servidor, atividade policial, segurança pública, agente penitenciário.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, receptação, produto, roubo, furto.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, irregularidade, aplicação de recursos, utilização, verba, recursos públicos.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, Código Penal, normas, trabalho, preso, penitenciária, regime fechado, garantia, remuneração, benefício previdenciário, desconto, valor, indenização, danos, crime, assistência familiar, vítima, ressarcimento, Estado, despesa, manutenção, condenado, prisão, proibição, trabalho externo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, revogação, dispositivos, extinção da punibilidade, crime, exposição, abandono, criança, recém - nascido, posse, atentado ao pudor, sedução, rapto, adultério, transformação, denominação, Capítulo, exploração sexual, tráfico, pessoas, prostituição, exterior, País Estrangeiro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, adulteração, combustível, gasolina, agravação penal, concurso de pessoas, utilização, dissimulação, ato ilícito, lucro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, pena de reclusão, infrator, provocação, aborto, deficiência, feto.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, fraude, concurso público, exame vestibular, transmissão, recebimento, informação, período, prova, utilização, aparelho eletrônico, pena de detenção, multa, infrator, agravação penal, obtenção, lucro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Execução Penal, aumento, prazo, suspensão, execução, pena privativa de liberdade, exclusão, condenado, crime doloso, proibição, transferência, domicílio.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, crime, lesão corporal, vítima, idoso, pessoa portadora de deficiência, deficiente mental, criança, adolescente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, fraude, concurso público, exame vestibular, falsificação, dados, aquisição, fornecimento, informações, prova, pena de reclusão, perda de função pública, agente, servidor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, pena de reclusão, crime, lesão corporal, vítima, idoso, cônjuge, companheira, menor, criança, agravação penal, reincidência, inexistência, benefício, substituição, pena alternativa, multa, suspensão condicional da pena, prestação de serviço à comunidade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, crime, lesão corporal, vítima, idoso, pessoa portadora de deficiência, deficiente físico, deficiente mental, criança, adolescente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de detenção, pena de reclusão, furto qualificado, roubo, danos, receptação, bens, Patrimônio Histórico, Patrimônio Artístico, tipicidade, crime inafiançável.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, furto qualificado, animal, semovente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, crime, lesão corporal, vítima, menor, idoso, pessoa portadora de deficiência, deficiente físico, deficiente mental.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, homicídio qualificado, vítima, parente, ascendente, descendente, irmão, cônjuge, companheiro, companheira, lesão corporal grave, violência doméstica, agravação penal, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de reclusão, crime, aliciamento, trabalhador, trabalho escravo.

Ciência, Tecnologia e Informática (utilizado até a legislatura 53)	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, Nova Lei de Patentes, Lei dos Direitos Autorais, Lei de Programa de Computador, aumento, pena de reclusão, pena de detenção, violação, direito autoral, reprodução, obra intelectual, produção audiovisual, fonograma, videofonograma, inclusão, infrator, publicação, divulgação, oferta, serviço, publicidade, matéria prima, fabricação, mercadoria, anúncio, compra e venda, produto industrializado, disco, falsificação, pirataria, agravação penal, reincidência, autor, crime, violação de direito de marca, propaganda, título, nome, estabelecimento, patente, modelo, desenho industrial, programa, computador, equipamentos, informática, competência, Ministério Público, ação penal pública incondicionada, processo, julgamento, Crime contra a Propriedade Imaterial, autoridade policial, apreensão, bens, lavratura, auto de busca e apreensão, identificação, local, pessoas, realização, laudo pericial, autorização, Judiciário, destruição, produto, nocividade, consumo, ser humano, reaproveitamento, remessa, mercadoria apreendida, entidade de fins filantrópicos, assistência social, abrigo, menor, idoso.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de detenção, crime, prevaricação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, receptação qualificada, receptor, comerciante, industrial, utilização, mercadoria, roubo, pena de reclusão, multa.
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	Normas, prevenção, combate, tráfico, pessoas, mulher, criança, trabalhos forçados, trabalho escravo, remoção, órgão humano, realização, organização criminosa, proteção, vítima, assistência jurídica, assistência psicológica, sigilo, identidade, criação, número, telefone, disque - denúncia, página, (INTERNET), recebimento, denúncia, realização, campanha educativa. _ Criação, Sistema Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, composição, competência, Comitê, Centro de Referência. _ Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, tráfico, pessoas, Estatuto da Criança e do Adolescente, rapto, criança, adolescente, retirada, órgão humano, transplante de órgão, Estatuto dos Estrangeiros, proibição, concessão, visto permanente, estrangeiro, condenado, Código de Processo Penal, inclusão, dados, cadastro, elaboração, estatística, lei federal, lavagem de dinheiro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, revogação, redução, prazo, prescrição, crime, criminoso, menor, idoso.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, estelionato, fraude, concurso público, exame vestibular, obtenção, prova, resposta.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, idoso, benefício, extinção da punibilidade, redução, prazo, prescrição, crime, criminoso, condenado, inclusão, crime contra a administração pública, crime contra a economia popular.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Administração da Justiça, obstrução, impedimento, atraso, cumprimento, ordem judicial, investigação criminal, pena de detenção, infrator.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de reclusão, vítima, crime, roubo, empregado, empresa de segurança e vigilância, custódia, guarda de valores.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, crime, trote, comunicação falsa, terrorismo, cumulatividade, pena de detenção, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Regulamentação, Constituição Federal, direitos, vítima, crime, violência, criminoso, informações, inquérito policial, processo judicial, direito de queixa, direito de petição, intervenção, ação penal pública, Ministério Público, proteção, colaboração, investigação, assistência financeira, crime doloso, homicídio, lesão corporal grave, estupro, atentado violento ao pudor, extensão, valor, benefício, herdeiro, dependente, critérios, exclusão, beneficiário, sub-rogação, indenização, União Federal, exigência, restituição, falsidade, simulação, informações, uso de documento falso, normas, assistência. _ Criação, Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos, arrecadação, recursos públicos, assistência financeira, alteração, Código Penal, destinação, pena, multa, fundo nacional, Código de Processo Penal, obrigatoriedade, ofendido, declaração, infração, fixação, dia, hora, comparecimento, ausência, réu, revogação, dispositivos, lei complementar, (FUNPEN).
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, fraude, concurso público, exame vestibular, conhecimento, resposta, prova, adulteração, nota, candidato, pena de reclusão, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, homicídio qualificado, vítima, servidor, exercício funcional, policial, promotor, magistrado, juiz, fiscal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, tipicidade, Crime contra a Administração Pública, patrocínio, advocacia administrativa, servidor, representante, pais, ascendente, filho, descendente, cônjuge, irmão, interesse, benefício previdenciário, programa assistencial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, previsão, crime, dano qualificado, crime contra o patrimônio, (DF).
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, revogação, isenção, penalidade, Crime contra o Patrimônio, receptação, representação, vítima, ação penal pública condicionada, autor, família, cônjuge, pais, ascendente, filho, descendente, irmão, enteado, parente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, efeito, condenação, crime, seqüestro, extorsão, cárcere privado, perda, imóvel, local, cativo, proprietário, participação, co-autoria, proibição, reintegração, ocorrência, reabilitação.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, ameaça grave, Crime contra a Liberdade Individual, utilização, violência, intimidação, investigação, apuração, ato ilícito, magistrado, juiz, membros, Ministério Público, Promotor, servidor, exercício funcional, pessoas, defesa, direitos e garantias fundamentais, direitos humanos, pena de reclusão, infrator, procedimento, ação penal pública incondicionada.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, Crime contra o Patrimônio, instituição religiosa, furto qualificado, roubo, igreja, usurpação, participante, cerimônia religiosa, crime de dano, dano qualificado, pena de reclusão, multa, infrator, ação penal pública incondicionada, aumento, pena, apropriação indébita, abuso, exercício, autoridade religiosa, estelionato, fraude, receptação, objeto, perturbação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, combate, crime, corrupção de menores, lenocínio, ato libidinoso, prostituição, tráfico, mulher, exploração sexual, criança, adolescente, ação penal pública, agente, infrator, inclusão, madrasta, cunhado, companheiro, ascendente, parente. _ Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, obrigatoriedade, autorização judicial, viagem, adolescente, ausência, pais, aumento, valor, multa, período, encerramento, atividade, hotel, motel, hospedagem, criança, menor, ausência, responsável.
Ciência, Tecnologia e Informática (utilizado até a legislatura 53)	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, informática, sabotagem, falsidade, fraude, programa, rede de computador, pena de detenção, obrigatoriedade, cadastro, assinante, acesso, provedor, (Internet), identificação, usuário, registro, acesso, dados, conteúdo, prazo, fornecimento, informações, autoridade, investigação criminal, instrução processual, autorização, Executivo, criação, órgão público, assistência, âmbito internacional, normas, remessa, solicitação, investigação policial, país estrangeiro. _ Alteração, Lei da Escuta Telefônica, autorização, autoridade policial, solicitação, serviço, técnico, interceptação, dados, provedor, acesso, (Internet). _ Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, pena de reclusão, armazenagem, posse, guarda, meio eletrônico, fotografia, imagem, pornografia, sexo, criança, adolescente, menor, pedofilia.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, revogação, concessão, livramento condicional, proibição, extensão, benefício, condenado, crime hediondo, tortura, tráfico, drogas, entorpecente, terrorismo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exigência, vítima, ofendido, lesão corporal leve, crime contra a honra, pedido, queixa, transformação, ação penal pública condicionada, ação privada.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, descriminalização, realização, aborto, gestante, doença, Anencefalia, doença grave, impossibilidade, vida, feto, nascituro, exigência, comprovação, diagnóstico, laudo médico.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, impedimento, prescrição, prazo, período, julgamento, processo, pedido, extradição, solicitação, Justiça Estrangeira.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, penalidade, condenado, crime, danos pessoais, lesão corporal, vítima.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, contagem, prazo judicial, expedição, mandado, citação, edital, intimação, indiciado, justiça, juízo criminal, determinação, juiz, remessa, publicação oficial, Diário da Justiça.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, obrigatoriedade, juiz de direito, decisão judicial, ex officio, expedição, declaração, reabilitação, condenado, pena, extinção da punibilidade, cumprimento, requisitos, conclusão, prazo legal, necessidade, revisão, arquivo, sentença condenatória, trânsito em julgado, extinção, execução penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, homicídio qualificado, vítima, policial, exercício funcional, serviço.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, interrupção, perturbação, funcionamento, emissora, radiodifusão, agravação penal, infrator, atividade clandestina, rádio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, retenção, apropriação indébita, recursos financeiros, bens móveis, destinação, associações, fundação, pena de reclusão, multa, infrator.
Direito Civil e Processual Civil	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, fixação, limite de idade, menoridade, exercício, representante legal, direito de queixa, ofendido, exclusividade, idoso, aceitação, idade, circunstância atenuante, redução, prazo, prescrição.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, utilização, critérios, situação econômica, agente, réu, acusado, individualização da pena, circunstância agravante, circunstância atenuante.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, Lei dos Crimes Hediondos, tortura, crime continuado, exclusão, limite máximo, cumprimento, pena privativa de liberdade, critérios, concessão, réu preso, progressão, livramento condicional, requisitos, exercício, trabalho, prisão, ausência, reincidência, crime doloso, proibição, apelação em liberdade, condenado, crime hediondo. _ Proibição, concessão, indulto, crime, tortura, exigência, condenado, cumprimento, tempo integral, pena de reclusão, regime fechado, revogação, dispositivos, Código Penal, protesto por novo júri.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, penalidade, crime, trabalho escravo, agravação penal, pena de reclusão, infrator, empregador, tomador de serviço, preposto, utilização, fraude, violência, ameaça, coação, danos físicos, danos morais, trabalhador, vítima, menor, idoso, gestante, índio, pessoa portadora de deficiência, deficiente físico, deficiente mental, família, infração, recrutamento, transporte, trabalhador rural, apreensão, bens, equipamentos, notificação, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, perda, direitos, condenado. _ Alteração, Lei do Trabalho Rural, penalidade, empregador rural, preposto, comprovação, trabalho escravo, (DRT), aplicação, multa, rescisão, contrato de trabalho, pagamento, verba rescisória, normas, (CLT), redução, valor, cumprimento, prazo, inclusão, obrigação trabalhista, (FGTS), Previdência Social, encaminhamento, cópia, auto de infração, Procuradoria da República, Procuradoria Regional do Trabalho, empregador, responsabilidade, despesa, fornecimento, transporte, local de trabalho, origem, hospedagem, saúde, alimentação, prazo determinado, quitação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, circunstância atenuante, idade, infrator, agente, jovem.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, fraude, concurso público, pena de reclusão, agravação penal, autoria, agente, servidor público civil.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, inclusão, Crime contra a Administração Pública, agravação penal, enriquecimento ilícito, servidor, mandato eletivo, cargo público, emprego público, cargo em comissão, aquisição, bens, valores, incompatibilidade, declaração de rendimento, declaração de ajuste anual, imposto de renda, pena de reclusão, multa, infrator.
Administração Pública	Alteração, Lei do Vale-Transporte, inclusão, servidor público estadual, servidor público municipal, empresa pública, proibição, Poder Público, concessão, subsídios, transporte coletivo, isenção, servidor público, pagamento, tarifas. _ Proibição, empregador, substituição, vale-transporte, dinheiro, responsabilidade, ajuda de custo, percentual, salário integral, penalidade, infrator. _ Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, estelionato, fabricação, comercialização, venda, distribuição, permuta, fraude, vale-transporte.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, receptação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, pena de detenção, agravação penal, crime, ameaça, promoção, fuga, detento, medida de segurança, vítima, servidor, atividade, Segurança Pública, Policial, Agente Penitenciário, Juiz, Magistrado, prestação jurisdicional, fixação, pena de reclusão, violência, motim, preso.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, estelionato, fraude, obtenção, resposta, prova, concurso público, exame vestibular, meio eletrônico.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Administração Pública, enriquecimento ilícito, servidor, posse, aquisição, manutenção, bens, valores, incompatibilidade, rendimento, remuneração, evolução, patrimônio, pena de reclusão, infrator.
Desenvolvimento Urbano e Trânsito	Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, revogação, crime, lesão corporal culposa, direção, veículo automotor, possibilidade, aplicação, Código Penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, homicídio qualificado, agente, vítima, parente, ascendente, pais, descendente, filho, filha, inclusão, crime hediondo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, tipicidade, Crime contra a Administração Pública, Presidente da República, Vice-Presidente, Ministro, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador, descumprimento, direitos sociais, Constituição Federal, dispositivos, Código Penal, crime, peculato, corrupção.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, revogação, protesto por novo júri, inaplicabilidade, benefício, crime continuado, tentativa, crime consumado, crime hediondo, tortura, genocídio, invalidação, prazo máximo, pena privativa de liberdade, concessão, progressão, regime penitenciário, livramento condicional. _ Critérios, concessão, livramento condicional, trabalho, inexistência, reincidência, crime doloso, pena de reclusão. _ Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, proibição, apelação em liberdade, sentença condenatória, crime, tortura, inexistência, indulto, obrigatoriedade, cumprimento, pena, tempo integral, regime fechado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, prevaricação, omissão, administrador, entidade, direito público, falta, inclusão, orçamento, verba, pagamento, precatório, sentença judicial, trânsito em julgado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, receptação, produto, mercadoria.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Crime contra o Patrimônio, tipicidade, crime de dano, receptação qualificada, patrimônio, (DF), autarquia, fundação, empresa pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, fixação, pena de reclusão, Crime contra a Administração Pública, prevaricação, servidor, descumprimento, deveres, agravação penal, inquérito policial, inquérito judicial, inquérito administrativo, inquérito civil, Parlamentar.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, crime, vítima, ex-cônjuge, ex-companheiro, deficiente físico, deficiente mental, pessoa portadora de deficiência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, crime, injúria, difamação, opinião, professor, autoridade religiosa, exercício, magistério, padre, pastor.

Administração Pública	Alteração, Código Penal, Crime contra a Administração Pública, aumento, pena, servidor público civil, ocupante, cargo público, (DAS), autarquia, instituição paraestatal, dirigente, Agência Reguladora.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inaplicabilidade, dispositivos, Crime contra a Administração Pública, servidor público estadual, servidor público municipal, advogado, patrocínio, advocacia administrativa, defesa, parente, avós, neto, neta, parentesco por afinidade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Crime contra a Administração Pública, aumento, penalidade, autor, agente político, autoridade, membros, Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Chefe, Mssão Diplomática Permanente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, Princípio da Insignificância.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, proibição, substituição, pena privativa de liberdade, pena restritiva de direitos, crime hediondo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime qualificado, seqüestro, cárcere privado, vítima, companheiro, companheira, pessoas, convivência, gestante, doente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, intermediação, facilitação, financiamento, irregularidade, emigração, entrada, pessoas, país estrangeiro, penalidade, infrator, aumento, pena, existência, fraude, quadrilha, servidor, agente público, risco de morte, lesão corporal, morte. _ Alteração, Lei de Lavagem de Dinheiro, inclusão, tráfico internacional, pessoas, emigração, exterior, país estrangeiro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, informática, (INTERNET), ilegitimidade, interceptação, correspondência eletrônica, manipulação, informações, meio eletrônico, interferência, dados, programa, computador, software, utilização, nome, domínio, falsidade, acesso, usuário, conteúdo, imagem, pornografia, prejuízo, menor, pena de detenção, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, homicídio qualificado, homicídio, ausência, motivo, presunção, violência, transferência, competência, Tribunal do Júri, crime, lesão corporal, roubo, resultado, morte.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, Lei dos Juizados Especiais, autorização, Juiz, assentimento prévio, Ministério Público, remessa, autos, termo circunstanciado, inquérito policial, processo penal, crime, contravenção penal, consulta, entrevista, encontro, tentativa, acordo, mediação, vítima, infrator, criação, núcleo, Justiça Restaurativa, equipe interdisciplinar, Psicologia, Assistência Social, observação, princípio da razoabilidade, imparcialidade, respeito, cooperação, sigilo, viabilização, reintegração social, solução, conflito, anterioridade, homologação, possibilidade, desistência, intermediação.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inaplicabilidade, benefício, unificação, penalidade, crime continuado, crime consumado, tentativa, genocídio, crime hediondo, homicídio, grupo extermínio, homicídio qualificado, latrocínio, extorsão, tortura, lesão corporal grave, desconsideração, prazo, pena privativa de liberdade, concessão, progressão, pena, regime penitenciário, requisitos, livramento condicional, associação, tráfico, drogas, entorpecente. _ Aleração, Lei dos Crimes Hediondos, tortura, tráfico, drogas, entorpecente, proibição, condenado, apelação em liberdade. _ Alteração, Lei dos Crimes de Tortura, proibição, indulto, cumprimento, total, pena, regime fechado. _ Alteração, Código de Processo Penal, revogação, dispositivos, benefício, protesto por novo júri.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Crime contra a Administração Pública, pena de reclusão, irregularidade, utilização, verba, recursos públicos, admissão, pessoal, cargo público, emprego público, desobediência, cumprimento, decisão judicial, requisição, Ministério Público, processo administrativo, Ministério, (CPI), aumento, penalidade, crime culposo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, recusa, fornecimento, falsidade, dados pessoais, documentação falsa, qualificação, autoridade, Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, autoridade policial, pena de detenção, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, pena de reclusão, agente, carcereiro, facilitação, fuga, preso, estabelecimento penal, presídio, aumento, pena mínima.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, homicídio qualificado, vítima, policial, polícia civil, polícia militar, bombeiro militar, agente penitenciário, carcereiro, exercício funcional, serviço.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, motim, preso, estabelecimento penal, presídio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, tentativa, fuga, preso, estabelecimento penal, presídio, pena de reclusão, pena de detenção, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Tóxicos, obrigatoriedade, traficante, condenado, início, cumprimento, pena, regime fechado, aumento, prazo, penalidade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, prazo, prescrição, crime, anterioridade, trânsito em julgado, sentença judicial, pena privativa de liberdade, pena restritiva de direitos.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, limitação, aplicação, unificação, limite máximo, pena privativa de liberdade, condenado, prazo, cumprimento, pena de reclusão, permanência, prisão, exclusão, contagem, utilização, benefício, comutação de pena, remição, pena , livramento condicional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, concessão, livramento condicional, condenado reincidente, crime doloso, pena de detenção, obrigatoriedade, cumprimento, metade, penalidade, proibição, benefício, reincidência, pena de reclusão.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, designação, pessoa incapaz, menor, guarda, transporte, cão, animal feroz, via pública, pena de detenção, multa, infrator, agravação penal, propaganda, incentivo, violência, rinha.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, motim, preso, estabelecimento penal, presídio, penitenciária, chefe, responsável, rebelião, agravação penal, utilização, refém.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Estatuto do Desarmamento, tipicidade, crime, fabricação, arma de fogo, explosivos, agravação penal, pena de reclusão, autor, servidor, agente público, agente político.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de reclusão, crime, resistência, servidor, execução judicial, ato legal, exercício funcional, fiscalização, utilização, violência, ameaça, arma de fogo, munição, explosivos,
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, crime, homicídio doloso, vítima, agente público, servidor, inclusão, policial, bombeiro militar, guarda civil, agente penitenciário, exercício funcional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, participação, divulgação, organização criminosa, pena de reclusão, agravação penal, utilização, terrorismo, prioridade, investigação, julgamento, prazo, autorização, escuta telefônica, presunção, ilicitude, patrimônio, membros, confisco, seqüestro, bens, réu, quebra de sigilo, acesso, autoridade policial, cadastro, conta bancária, informações, comércio, (INTERNET), telefone, localização, telefone celular, solicitação, requerimento, ofício, exigência, sigilo, apuração, plantão, caráter, permanentemente, juiz, varas judiciárias.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, estelionato, fraude, exame vestibular, prova, concurso público, utilização, comunicação eletrônica.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, receptação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, indução, crime, agente inimputável, menor, criança, adolescente, pessoa incapaz, responsabilidade, pena, autor intelectual.
Viação e Transportes	Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, circulação, bicicleta, via pública, penalidade, infração, crime, trânsito, motorista, vítima, ciclista, aplicação, Código Penal, Código de Processo Penal, caracterização, crime doloso, lesão corporal, homicídio culposo, prisão em flagrante, fiança, condutor, veículos, penalidade, infrator, aumento, pena.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, corrupção ativa, entrega, vantagens, ato ilícito, servidor público civil, funcionário público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, revogação, dispositivos, inaplicabilidade, benefício, unificação, cumprimento, pena, penalidade, crime continuado.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, redução, número, pessoas, caracterização, quadrilha, execução, infração penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de detenção, pena de reclusão, concurso de pessoas, utilização, menor, adolescente, infrator, crime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, organização criminosa, agravação penal, aumento, pena, terrorismo, autoridade policial, prioridade, investigação, requerimento, autorização judicial, escuta telefônica, confisco de bens, patrimônio, membros, quadrilha, quebra de sigilo, sigilo bancário, (Internet), telefone celular, processo, julgamento, vara criminal, especialização, crime organizado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena, quadrilha, participação, menor, adolescente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, circunstância atenuante, pena, prazo, prescrição, agente, menor, adolescente, limite de idade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, furto, desvio, irregularidade, captação, reprodução, utilização, atividade clandestina, energia elétrica, rede eletrônica, radiação eletromagnética, fibra ótica, pirataria, sinal, radiodifusão, televisão, televisão por assinatura, furto qualificado, destruição, rompimento, obstáculo, obtenção, vantagens.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, metade, pena, Crime contra a Vida, homicídio, homicídio qualificado, vítima, Policial, Agente Penitenciário, Vigilante, particular, Magistrado, Juiz, membros, Ministério Público, Procurador, Promotor de Justiça, morte, exercício funcional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena, Crime contra a Incolumidade Pública, incêndio, crime, atentado, segurança, meios de comunicação, meios de transporte, transporte aéreo, transporte marítimo, transporte fluvial, transporte rodoviário, ônibus, transporte ferroviário, trem, metrô, telefonia, telegrafia, energia elétrica, água, luz, interrupção, prestação de serviço, destruição, serviços públicos, equipamentos.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena, vítima, mulher, Crime contra a Vida, lesão corporal, Crime contra a Liberdade Individual, ameaça, violência.
Comunicações	Obrigatoriedade, concessionária, empresa operadora, telefonia, bloqueio, telefone celular, roubo, furto, extravio, criação, atualização, cadastro, usuário, telefone celular pré-pago, telefone celular pós-pago, serviço telefônico fixo comutado, proibição, utilização, bloqueador, identificação, chamada, ligação telefônica, serviço móvel. _ Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de detenção, utilização, falsa identidade, contratação, serviço, telefonia, ato ilícito.

Administração Pública

	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, agravação penal, agente público, agente político, crime, corrupção passiva, corrupção ativa, fraude, prejuízo, órgãos, saúde, instituição hospitalar, educação, alimentação, medicamentos, saneamento básico, abastecimento de água, controle, resíduos sólidos, tipicidade, crime hediondo. _ Alteração, Lei da Improbidade Administrativa, aumento, prazo, penalidade, suspensão, direitos políticos, contratação, Poder Público, pagamento em dobro, multa, crime, improbidade administrativa, competência, prerrogativa de função, foro especial, exercício funcional, cargo público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, agravação penal, condenado, tipicidade, homicídio qualificado, crime, vítima, mulher, cônjuge, companheira.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, substituição, termo, deficiência mental, deficiente mental, dispositivos, presunção, violência, vítima, pessoa portadora de deficiência, delito, estupro, atentado violento ao pudor.
Direito Penal e Processual Penal	Criação, Estatuto do Nascituro, proteção, nascituro, clonagem, fertilização in vitro, direito à vida, direitos fundamentais, atendimento, (SUS), prioridade, mãe, gestante, exame pré-natal, legitimidade, sucessão, crime, ação penal pública incondicionada, penalidade, discriminação, feto, gravidez, vítima, violência, estupro, garantia, pensão alimentícia, prioridade, adoção. _ Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, agravação penal, aumento, pena de reclusão, autor, aborto.
Direito Penal e Processual Penal	Criação, Estatuto do Nascituro, proteção, nascituro, clonagem, fertilização in vitro, direito à vida, direitos fundamentais, atendimento, (SUS), prioridade, mãe, gestante, exame pré-natal, legitimidade, sucessão, crime, ação penal pública incondicionada, penalidade, discriminação, feto, gravidez, vítima, violência, estupro, garantia, pensão alimentícia, prioridade, adoção. _ Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, agravação penal, aumento, pena de reclusão, autor, aborto.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, falsidade, comunicação falsa de delito, simulação, sequestro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, tempo, pena máxima, cumprimento, pena privativa de liberdade, condenado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código de Processo Penal, ampliação, competência, Tribunal do Júri, julgamento, crime doloso, Código Penal, legislação especial, morte, vítima.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, Código Penal, uniformização, aumento, pena de detenção, homicídio culposo, lesão corporal culposa, direção, veículo automotor, agravação penal, lesão corporal grave.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, fixação, pena de detenção, crime, assédio sexual, inclusão, agente, inexistência, hierarquia.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, admissibilidade, exceção da verdade, crime, calúnia, imputação, ofendido, Presidente da República, Chefe, Governo Estrangeiro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, auxílio, incitamento, indução, suicídio, agravação penal, aumento, pena de reclusão, vítima, menor, deficiente mental, transtorno mental, pessoa portadora de deficiência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei de Execução Penal, Código Penal, obrigatoriedade, Estado, oferta, trabalho, preso, pena privativa de liberdade, requisitos, progressão, regime penitenciário, autorização, saída temporária, conversão, pena restritiva de direitos, livramento condicional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, crime continuado, execução, tentativa, Crime contra a Vida, homicídio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, tipicidade, caracterização, conduta atípica, destituição, importância, agente, incapacidade, ofensa, lesão, circunstâncias, fato, valor, objeto, produto, crime, antecedentes, reincidência, ofensor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, obrigatoriedade, inclusão, antecedentes, ato infracional, informações, menor, adolescente, infrator, execução, crime, maioridade, responsabilidade penal, fixação, pena-base.
Organização Político-Administrativa do Estado (utilizado até a legislatura 53)	Alteração, decreto-lei federal, crime de responsabilidade, Prefeito, Vereador, desvio, bens públicos, verba, recursos públicos, descumprimento, requisição, Ministério Público, inexistência, implantação, funcionamento, Conselho Municipal, infração, Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica, definição, crime, ação penal pública incondicionada, aumento, penalidade, infrator, suspensão, prescrição, contagem, início, processo penal, normas, Código Penal, redução, pena, crime culposos, combate, corrupção.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, proibição, conversão, pena privativa de liberdade, crime hediondo, organização criminosa, tortura, tráfico, drogas, terrorismo, aumento, prazo, cumprimento, penalidade, obtenção, livramento condicional, autorização, fixação, recompensa, fornecimento, informações, pena de reclusão, quadrilha, associação criminosa, definição, redução, pena, participante, colaboração, autoridade policial, inclusão, violação de sigilo profissional, divulgação, informações, identificação, vítima, testemunha, agravação penal, lesão corporal, morte. _ Alteração, Lei do Crime Organizado, requisição, acesso, dados, cadastro, Administração Pública, sinal, telefone, teleinformática, localização, suspeito, investigação criminal. _ Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, inclusão, crime, quadrilha, organização criminosa, proibição, concessão, anistia, graça, indulto, fiança. _ Alteração, Lei de Proteção a Vítimas e a Testemunhas, ocultação, informações, vítima, testemunha, supressão, dados pessoais, registro, ocorrência policial, intimação, depoimento, autos apartados. _ Alteração, Código de Processo Penal, remessa, autoridade policial, informação, crime, origem, prova ilícita.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, agravação penal, lesão corporal, existência, concurso de pessoas.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena, crime, lesão corporal, existência, concurso de pessoas, agente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, fraude, concurso público, exame vestibular, exame de ordem, certificação, atividade profissional, aprovação, candidato, transmissão, recebimento, informações, dados, prova, pena de reclusão, multa, infrator, agravação penal, obtenção, lucro.
Segurança Pública	Alteração, Lei da Escuta Telefônica, critérios, interceptação, captação, comunicação, ligação telefônica, som, imagem, requerimento, autoridade policial, Ministério Público, Delegado de Polícia, cópia, Portaria, instauração, inquérito policial, prova, investigação criminal, instrução processual, processo penal, indício, crime, terrorismo, tráfico, drogas, pessoas, subtração, pessoa incapaz, quadrilha, organização criminosa, Crime contra a Administração Pública, Crime contra a Ordem Econômica, falsificação, moeda, extorsão, sequestro, contrabando, homicídio qualificado, roubo, morte, estupro, atentado violento ao pudor, exigência, autorização judicial, prazo, decisão judicial, aplicação, subsidiariedade, prova judicial, acesso, cadastro, assinante, empresa operadora, telefonia, especificação, pessoas, nome, número, telefone, aumento, prazo, realização, diligência, transcrição, gravação, segredo de justiça, normas, divulgação, informações, meios de comunicação, Tribunal de Justiça, banco de dados, pedido. _ Proibição, escuta telefônica, acusado, suspeito, defensor, advogado, tipicidade, crime, atividade clandestina, interceptação, divulgação, comunicação, ligação telefônica, informática, captação, imagem, som, inexistência, autorização judicial, omissão, empregado, concessionária, telefonia, impedimento, atraso, solicitação, penalidade, pena de reclusão, multa, agravação penal, autor, policial, servidor, membros, Ministério Público, Judiciário, crime por preconceito, garantia, direito de resposta, ofendido, quebra de sigilo, aplicação, Código Penal.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, critérios, juiz, fixação, pena base, inclusão, circunstâncias judiciais, escolaridade, agente, aumento, pena, agravação penal, condenado, portador, diploma, curso superior.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Administração Pública, omissão, agente público, comunicação, autoridade, existência, crime, ação pública, penalidade, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, Crime contra a Incolumidade Pública, atentado, incêndio, explosão, desastre, meios de transporte, inclusão, ônibus, trem, segurança, serviços públicos, agravação penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, agravação penal, tipicidade, homicídio qualificado, lesão corporal grave, crime, vítima, agente público, servidor, vítima, policial, bombeiro militar, agente penitenciário, juiz, exercício funcional, caracterização, agente, organização criminosa, homicídio, grupo de extermínio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, Lei da Prisão Temporária, Estatuto do Estrangeiro, tipicidade, crime hediondo, participação, organização criminosa, pena de reclusão, critérios, redução, pena, prestação de serviço, população, substituição, Estado, Poder Público, delação, colaboração, investigação criminal, agravação penal, crime qualificado, decretação, prisão temporária, aumento, período, atorização, expulsão, estrangeiro, participante, associação criminosa, revogação, dispositivos, Lei do Crime Organizado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, violação de correspondência, invasão, correspondência eletrônica, comunicação eletrônica, mensagem eletrônica, (Internet), pena de detenção, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Execução Penal, critérios, decisão judicial, juiz, aplicação, pena restritiva de direitos, obrigatoriedade, substituição, pena restritiva de liberdade, limite de prazo, prestação de serviço à comunidade, condenado, cadastramento, entidade de fins filantrópicos, prestação de serviço, prestação pecuniária, indenização, vítima, pena alternativa, frequência escolar, estabelecimento de ensino, educação profissional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, desobediência, ordem judicial, particular, servidor, exercício funcional, autoridade, atividade, suspensão, decisão judicial, pena de reclusão, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, possibilidade jurídica, ação penal privada, proposta, representante legal, curador especial, ausência, cônjuge, vítima, fraude, motivo, indução, erro essencial, ocultação de impedimento, má fé, anterioridade, existência, casamento, anulação.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena, regime fechado, crime, homicídio, lesão corporal, vítima, servidor, exercício funcional, cargo público, função.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, determinação, competência, Juizado Especial Criminal, julgamento, furto de pequeno valor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, violação, sigilo, vazamento, informações, investigação, pena de reclusão, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena, crime, homicídio, vítima, autoridade policial, membros, Ministério Público, magistratura, juiz, magistrado, agente público, exercício funcional, investigação, prevenção, combate, julgamento, tentativa, execução, critérios, autoridade judiciária, aplicação, penalidade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei Anti-Racismo, Código Penal, tipicidade, crime, impedimento, perturbação, cerimônia religiosa, danos, objeto, imagem religiosa, agravação penal, utilização, violência, discriminação, pena de reclusão, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, tipicidade, crime, favorecimento, clandestinidade, entrada, território, país estrangeiro, trabalhador, crime, aliciamento, emigração.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra as Finanças Públicas, agente público, omissão, execução, redução, despesa pública, pessoal, adaptação, responsabilidade fiscal, pena de reclusão, autoridade, infrator. _ Alteração, Lei dos Crimes de Responsabilidade, inclusão, crime de responsabilidade, Presidente, Tribunal de Contas, omissão, processo, julgamento, prefeito, vereador, autoridade, descumprimento, decreto-lei federal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, unificação, cumprimento, pena, penalidade, crime continuado, crime contra a vida, utilização, violência, ameaça grave, aplicação, normas, concurso material. . Alteração, Código Penal, exclusão, crime continuado, execução, tentativa,
Desenvolvimento Urbano e Trânsito	Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, inclusão, infração gravíssima, motorista, direção perigosa, ameaça, ciclista, exclusão, normas, Lei dos Juizados Especiais, crime, trânsito, aplicação, Código Penal, crime doloso, homicídio, lesão corporal, prisão em flagrante, fiança, embriaguez, utilização, drogas, tóxico, entorpecente, participação, disputa, corrida, via pública, excesso, velocidade, acostamento, perigo, ultrapassagem, homicídio culposo, aumento, pena privativa de liberdade, inexistência, motorista, habilitação, utilização, faixa, pedestre, calçada, recusa, socorro, vítima, acidente de trânsito, crime inafiançável.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei Anti-Racismo, inclusão, discriminação, etnia, religião, sexo, procedência, estados, pena de reclusão, empregador, dispensa, suspensão, funcionamento, estabelecimento, apuração, processo administrativo, processo penal, reclamação, ofendido, autoridade, Ministério Público, informações, cadastro, empresa, aplicação de recursos, multa, campanha educativa. _ Alteração, Código Penal, pena de reclusão, infrator, injúria, discriminação, sexo, procedência, estados. _ Alteração, CLT, proibição, restrição, acesso, emprego, discriminação, raça, etnia, sexo, cor, religião, estado civil, idade, família.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, abandono, transporte, animal feroz, riscos, perigo, integridade física, terceiros, pena de detenção, responsável, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, corrupção ativa, funcionário estrangeiro, atividade comercial, âmbito internacional.
Direito Penal e Processual Penal	_ Alteração, Código Penal, inclusão, homicídio qualificado, direção, veículo automotor, utilização, álcool, bebida, tóxico, entorpecente. _ Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, inclusão, homicídio culposo, competição, veículo automotor, inexistência, autorização, comprovação, infração, limite de velocidade, flagrante, radar eletrônico, sinal sonoro, sinal luminoso, registro, aviso, condutor, instalação, aparelho eletrônico, periculosidade, via pública, quantidade, acidente de trânsito, proibição, utilização, receita, arrecadação, multa de trânsito, base de cálculo, remuneração, empresa privada, responsabilidade, equipamento eletrônico.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, tipicidade, crime de dano, pichação, bens particulares, bens públicos, patrimônio histórico, patrimônio artístico, patrimônio arqueológico, utilização, representação judicial, ação penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, homicídio qualificado, autor, crime, condutor, motorista, utilização, bebida alcoólica, drogas, entorpecente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, obtenção, vantagem ilícita, indução a erro, estelionato, fraude, concurso público, processo seletivo, participante, candidato, membros, comissão, servidor público, terceiros, agravação penal, utilização, equipamentos, tecnologia, pena de reclusão, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena de reclusão, formação, quadrilha, agravação penal, crime continuado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, exigência, condutor, motorista, veículo automotor, transporte escolar, inexistência, condenação, agressor, abuso sexual, estupro, atentado violento ao pudor, tipicidade, Crime contra os Costumes, Código Penal.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, exercício ilegal da profissão, médico, dentista, farmacêutico, falta, habilitação profissional, aumento, penalidade, pena de reclusão, inclusão, empregador, responsável, contratação, inexistência, qualificação profissional, agravação penal, ocorrência, lucro, prescrição, medicamento de uso controlado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, fixação, circunstância agravante, crime, homicídio, lesão corporal, ameaça, agravação penal, crime hediondo, tortura, tráfico, drogas, entorpecente, terrorismo, autor, vítima, agente público, servidor público, policial, exercício funcional, cargo público, função pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, circunstância agravante, agravação penal, crime, ocorrência, interior, área, vizinhança, estabelecimento de ensino, hospital.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, penalidade, crime, ocorrência, local, ausência, zona urbana.
Desenvolvimento Urbano e Trânsito	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, homicídio qualificado, acidente de trânsito, motorista alcoolizado, direção, veículo automotor, drogas, entorpecente, participação, corrida, disputa, velocidade, via pública, aumento, pena, agravação penal, lesão corporal, morte.
Direito Penal e Processual Penal	Regulamentação, Constituição Federal, Direitos e Garantias Fundamentais, normas, quebra de sigilo, sigilo telefônico, telefone, autorização, escuta telefônica, interceptação, gravação, ligação telefônica, investigação criminal, instrução criminal, processo penal, exigência, ordem judicial, procedimentos, requerimento, representação, limitação, prazo, operação, decisão judicial, prorrogação, remessa, material, juiz, Ministério Público, conservação, fita magnética, segredo de justiça, inquérito, processo judicial, sistema de informação, estatística. Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, tipicidade, crime, violação, quebra de sigilo, sigilo telefônico, telefone, comunicações, ausência, autorização, lei federal, pena de reclusão, cabimento, recurso em sentido estrito, indeferimento, pedido, escuta telefônica, revogação, Lei da Escuta Telefônica, aplicação, Código de Processo Penal, Código de Processo Penal Militar.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, tipicidade, homicídio qualificado, crime hediondo, vítima, menor, autor, pai, padrasto, tutor, curador, exercício, poder familiar.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei Maria da Penha, prioridade, tramitação, processo judicial, crime, crime qualificado, estupro, atentado violento ao pudor, violência doméstica, violência familiar.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei Maria da Penha, prioridade, tramitação, processo judicial, crime, crime qualificado, estupro, atentado violento ao pudor, violência doméstica, violência familiar.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, circunstância agravante, pena, realização, crime, utilização, (Internet), meio eletrônico.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de reclusão, crime, exploração, prestígio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, utilização, pessoa, falsa identidade, abertura, movimentação, conta bancária, empresa, ocultação, dinheiro, bens, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, homicídio qualificado, autor, crime, ascendente, descendente. _ Aumento, pena, homicídio doloso, vítima, idoso, ascendente, descendente.
Direito Civil e Processual Civil	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime contra a administração da justiça, punição, depositário infiel, alienação, deterioração, ocultação, prejuízo, restituição, entrega, coisa depositada, bens penhorados, pena de reclusão. _Alteração, Código de Processo Civil, revogação, determinação, depositário, decisão judicial, entrega, coisa, dinheiro.
Ciência, Tecnologia e Informática (utilizado até a legislatura 53)	Alteração, Código Penal, responsabilidade, provedor, rede de computador, informação, autoridade policial, sítio, (Internet), instigação, suicídio, penalidade, infrator, tipicidade, crime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, lesão corporal, lesão corporal culposa, receptação qualificada, possibilidade, juiz, substituição, pena restritiva de direitos, aplicação, ação penal pública condicionada, crime contra a honra.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, limite máximo, pena de reclusão, crime, concussão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de detenção, lesão corporal leve.
Comunicações	Alteração, Regime Jurídico Único, Código Penal, Regime Jurídico Peculiar dos Policiais Cíveis da União e do DF, aplicação, sanção administrativa, demissão, pena de reclusão, multa, responsável, realização, interceptação, impedimento, comunicação eletrônica, telefone, conversação, correspondência, rádio, fabricação, importação, comercialização, equipamento, programa, informática, utilização, escuta telefônica, ausência, autorização judicial.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, regulamentação, Constituição Federal, tipicidade, crime, frustração de direito assegurado por lei trabalhista, ato doloso, retenção, salário, trabalhador, pena de detenção, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aplicação, pena restritiva de direitos, infração penal de menor potencial ofensivo, definição, infração média, limite máximo, inexistência, violência, grave ameaça, crime culposos, proibição, substituição, pena, réu reincidente, crime doloso, culpabilidade, personalidade, antecedentes criminais, condenado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Crime contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte, inclusão, tipicidade, execução, ato, exposição, perigo, transporte terrestre, veículo automotor.
Ciência, Tecnologia e Informática (utilizado até a legislatura 53)	Estatuto, Internet, regulamentação, inclusão digital, usuário, cooperação, âmbito internacional, crime, informática, meio eletrônico, alteração, Código Penal, Lei da Escuta Telefônica.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, enquadramento, crime, estelionato, sustação, má-fé, pagamento, cheque pré-datado, cheque sem fundos.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, qualificação, crime contra o patrimônio, furto qualificado, furto, vestuário, calçado, alimentação, gênero de primeira necessidade, destinação, vítima, desastre.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, agravamento penal, pena de reclusão, irregularidade, aplicação de recursos, utilização, recursos públicos, verba, destinação, saúde, educação.
Comunicações	Alteração, Código Penal, Lei Geral das Telecomunicações, Lei das Rádios Comunitárias, Código Brasileiro de Telecomunicações, revogação, dispositivos, violação, comunicações, telefonia, radiodifusão, telegrafia, penalidade, utilização, telecomunicações, observância, dispositivo, legislação, crime, segurança, meios de comunicação, utilização, serviço, radiodifusão, exposição, perigo, segurança pública, emergência, militar, equipamento médico-hospitalar, proteção, interferência, meios de comunicação, transporte aéreo, transporte fluvial, transporte marítimo, penalidade, atividade clandestina, telecomunicação, criação, infração grave, infração gravíssima, emissora, radiodifusão comunitária, inexistência, autorização, funcionamento, utilização, equipamento, adaptação, apreensão, multa, suspensão, autorização, funcionamento, especificação, transferência, concessão, prática abusiva, proselitismo, interrupção, programação, permanência, atividade.

Direito Penal e Processual Penal	Normas, restrição, prevenção, discriminação, gênero, mulher, adolescente, idoso, garantia, acesso, equiparação, remuneração, salário, exercício profissional, condições de vida, direitos fundamentais, responsabilidade, agente público, empresa privada. _Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, discriminação, gênero, mulher, pena de detenção, multa, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravamento penal, aumento, pena de detenção, violência doméstica, crime, lesão corporal, vítima, idoso, descendente, filho, irmão, cônjuge, companheiro, companheira.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, perseguição, danos, integridade moral, danos psicológicos, restrição, locomoção, constrangimento, vítima, pena de reclusão, multa, infrator, proibição, aproximação, manutenção, distância, ofendido.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, preparação, crime, posterioridade, ameaça, pena de detenção, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei das Contravenções Penais, tipicidade, Crime contra a Liberdade Pessoal, invasão, privacidade, perturbação da tranquilidade, pena de detenção, multa, agravamento penal, vítima, criança, adolescente, idoso, discriminação racial, cor, discriminação religiosa, sexo, gênero, origem.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aplicação, Constituição Federal, tipicidade, crime, dolo, retenção, salário, remuneração, trabalhador, pena de reclusão, multa.
Organização Político-Administrativa do Estado (utilizado até a legislatura 53)	Normas, funcionamento, (CPI), (CPMI), iniciativa, inquérito, Congresso Nacional, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa, (CLDF), Câmara Municipal, requisitos, proposição, instalação, competência, composição, limitação, número, simultaneidade, criação, proibição, repetição, objeto, autorização, reunião, recesso parlamentar, prazo máximo, requerimento, prorrogação, membros, poder, autoridade judicial, investigação, cooperação, órgãos, polícia judiciária, solicitação, informações, documento, contratação, especialista, requisição, servidor, abertura, público, publicidade, notificação, comparecimento, inquirição, depoente, sigilo, identidade, elaboração, relatório. _Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, impedimento, funcionamento, (CPI), liberdade, exercício, atribuição, membros, pena de detenção, falso testemunho, inquérito, parlamentar, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Administração da Justiça, falso testemunho, perícia, perito, contador, tradutor, inquérito civil, investigação, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, fixação, pena restritiva de direitos, pena de reclusão, multa, perda, direitos, exercício, comércio, agente, crime, receptação, receptação qualificada, contrabando, descaminho, combate, pirataria.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, revogação, dispositivo, tipicidade, fraude, pena de detenção, infrator, utilização, hospedagem, refeição, transporte, falta, pagamento, serviço.
Administração Pública	Lei do Estrangeiro, ingresso, permanência, saída, território nacional, Política Nacional de Migração, garantia, direitos humanos, direitos, deveres, estrangeiro, imigrante, documento de viagem, passaporte, laissez-passer, autorização, retorno, salvo-conduto, asilado, documento estrangeiro, identificação, aceitação, acordo internacional, membro, tripulação, transporte aéreo, transporte marítimo, matrícula, consulado, visto, visto de turista, negócio, visto temporário, estudo, trabalho, artista, esportista, atletas, tratamento de saúde, imprensa, ministro de confissão religiosa, pastor, sacerdote, visto permanente, visto diplomático, visto oficial, visto de cortesia, residência, asilo, critérios, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, fiscalização, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abatecimento, Ministério da Fazenda, cancelamento, restabelecimento, registro de estrangeiros, exigência, naturalização, prazo, residência, país, Brasil, observação, Ato Internacional, Tratado de Amizade, (Mercosul), competência, Ministro de Estado, repatriação, deportação, expulsão de estrangeiro, extradição, prisão, extraditando, proibição, crime político, opinião, interesse militar, apreciação, (STF), acompanhamento, responsabilidade, Polícia Federal, critérios, impedimento, entrada, necessidade, autorização prévia, área estratégica, pessoa, país estrangeiro, pessoa jurídica estrangeira, Amazônia Legal, terras indígenas, quilombola, comunidade tradicional, análise, caráter especial, Ministério da Defesa, Conselho de Defesa Nacional, penalidade, infração administrativa, multa. _Alteração, Lei da Nova Organização da Presidência da República e Ministérios, transformação, Conselho Nacional de Imigração, Conselho Nacional de Migração, vinculação, composição, estrutura organizacional, Ministério do Trabalho e Emprego, proteção, emigrante, brasileiros, país estrangeiro, coordenação, Política Nacional de Migração, regimento interno, secretaria executiva, valor, taxas, ressalva, princípio da reciprocidade, autorização, Executivo, participação, acordo internacional, concessão, gratuidade, dispensa, isenção, visto, interesse nacional, reciprocidade, favorecimento, (Mercosul), associado, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, revogação, Estatuto dos Estrangeiros, lei federal, dispositivos, decreto-lei federal. _Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, promoção, intermediação, facilitação, entrada, situação irregular, permanência irregular, estrangeiro, território nacional, obtenção, vantagem indevida, pena, multa.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Prisão Temporária, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei dos Crimes Hediondos, caracterização, crime hediondo, exploração sexual, prostituição infantil, conjunção carnal, ato libidinoso, pedofilia, exposição, registro, fotografia, imagem visual, sexo explícito, material erótico, pornografia infantil, vítima, menor, aumento, pena de reclusão, agravamento penal, aliciamento, agenciamento, indução, facilitação, impedimento, abandono, lucro, cabimento, prisão temporária, agente, crime, cassação, licença, funcionamento, estabelecimento, perda, bens móveis, bens imóveis, destinação, valor, Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Direito Penal e Processual Penal	Criação, Estatuto de Saúde e Segurança Doméstica e Familiar do Homem, prevenção, violência doméstica, violência familiar, vítima, homem, proteção, garantia, assistência à saúde, direitos, sexo masculino, prioridade, (SUS), atendimento, exame médico, próstata, tratamento médico, ejaculação precoce, gratuidade, fornecimento, medicamento, cirurgia, punição, violência física, violência psicológica, natureza patrimonial, impedimento, relacionamento, pai, filho, retenção, destruição, bens, calúnia, difamação, obrigatoriedade, Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde, estados, (DF), municípios, manutenção, banco de dados, informações, Poder Público, divulgação, campanha educativa, meios de comunicação. _ Alteração, Código Penal, Lei de Execução Penal, agravamento penal, crime, vítima, homem, especificação, gênero, obrigatoriedade, comparecimento, agressor, programa, recuperação, reeducação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipificação, crime contra a incolumidade pública, crime de perigo comum, crime culposo, exposição, perigo, integridade física, patrimônio, erro, projeto arquitetônico, execução, construção civil.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, circunstância agravante, crime contra funcionário público em razão da função.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, fixação, prazo, preso, reincidência, crime hediondo, tortura, tráfico, drogas, entorpecente, terrorismo, cumprimento, pena, obtenção, livramento condicional.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, tipicidade, crime, atentado, repartição pública, órgão público, aumento, pena, agravamento penal, resultado, morte.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, Crime contra a Paz Pública, difusão, violência, importação, fabricação, comercialização, transmissão, distribuição, divulgação, jogo eletrônico, incentivo, realização, crime, pena de reclusão, multa.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, procedimento, ação penal pública incondicionada, crime sexual, estupro, vítima, vulnerável, agente, abuso, pátrio poder, padrasto, tutor, curador.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, inquérito civil, caracterização, crime, falso testemunho, falsa perícia, falsidade, declaração, negação, omissão, verdade, testemunha, Perito, Contador, Tradutor, Intérprete, processo judicial, processo administrativo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, comunicação, preso, tentativa, utilização, acesso, telefone celular, (Internet), meios de comunicação, rádio, pena de reclusão, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, fabricação, adulteração, falsificação, cigarro, charuto, tabaco, omissão, informação, expressão, advertência, rótulo, embalagem, publicidade, propaganda, produto, fumo, vigilância sanitária, descumprimento, legislação sanitária.
Política Fundiária	Alteração, Lei de Benefícios da Previdência Social, Código Penal, comprovação, tempo de serviço, segurado, atividade rural, autorização, prova testemunhal, identificação, declarante, inspeção, (INSS), aumento, penalidade, infrator, falso testemunho, falsa perícia, fraude, Regime Geral de Previdência Social, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, enquadramento, crime, estelionato, fraude, obtenção, vantagem ilícita, uso próprio, terceiros, utilização, espionagem, fornecimento, cópia, impressão, meio eletrônico, dados, documento, instituição financeira, bancos, transação, operação bancária, atividade comercial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, utilização, manutenção, posse, aparelho, telefone celular, telefone fixo, rádio, radiocomunicação, estabelecimento penal, presídio, penitenciária, pena de detenção, infrator, atividade clandestina.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aplicação, ação penal pública incondicionada, Crime contra a Liberdade Sexual, Crime Sexual contra a Vulnerável, estupro, representação, Ministério Público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, maus tratos, vítima, idoso, criança, Cuidador, agente, prestação de serviço.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei da Reforma Agrária, responsabilidade criminal, agente público, conduta comissiva, conduta omissiva, descumprimento, exclusão, vistoria, imóvel rural, ocorrência, esbulho possessório, invasão, conflito fundiário, atribuição, (Incra), atualização, (Internet), cadastro, inscrição, interessado, trabalhador rural, projeto, reforma agrária, assentado, titular, assentamento rural. _Alteração, Código Penal, tipicidade, falsificação, inserção, cadastro, imóvel rural, desapropriação, beneficiário, reforma agrária, interessado, inscrição, assentamento rural, crime, falsificação de documento público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, falsificação, currículo, obtenção, vantagem ilícita, cargo, emprego, bolsa de estudo, pena de detenção, infrator.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, metade, agente, estrangeiro, tráfico, pessoas, prostituição, exploração sexual, exterior, país estrangeiro.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra a administração pública, servidor público, subtração, fundos públicos, aumento, pena de reclusão, qualificação, peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, membros, Judiciário, Ministério Público, Congresso Nacional, Assembléia Legislativa, Estado, Câmara Legislativa, (DF), Câmara Municipal, Ministro, Conselheiro, Tribunal de Contas, Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito, Ministro de Estado, Secretário Executivo, Secretário Nacional, Secretário Estadual, Secretário Distrital, Secretário Municipal, dirigente, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista, Comandante, Forças Armadas. Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, Lei da Prisão Temporária, inclusão, crime hediondo, possibilidade, prisão temporária, crime contra a administração pública, peculato, concussão, corrupção passiva, corrupção ativa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, proibição, utilização, unificação de penas, concessão, benefício, execução penal, livramento condicional, progressão de regime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra a pessoa, crime contra a vida, homicídio doloso, aumento, pena, vítima, policial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, agente, incitação, apologia ao crime, Crime contra a Paz Pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, crime, ortotanásia, interrupção, procedimento médico, doente terminal, morte, consentimento, paciente, família.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, esbulho possessório, terreno, edifício, imóvel, Unidade de Conservação da Natureza, Área de Preservação Permanente, aumento, pena.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, inclusão, procedimento, ação penal pública incondicionada, crime sexual, vítima, criança, adolescente, menor de dezoito anos, vulnerável, morte, lesão corporal grave, abuso, ascendente, padrasto, madrasta, parentesco em terceiro grau, tutor, curador, convivente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, fixação, ação penal pública incondicionada, pena de reclusão, crime, estupro, ocorrência, ato libidinoso, aumento, penalidade, vítima, menor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravamento penal, crime, estelionato, vítima, idoso.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, crime contra o sentimento religioso, impedimento, ultraje a culto, discriminação religiosa, liberdade de crença.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, crime, calúnia.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, homicídio qualificado, crime, período, vítima, proteção, Lei Maria da Penha.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, simulação, lide, ato processual, obtenção, vantagem indevida, pena, detenção, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aplicação da lei, favorecimento, agente do crime, anterioridade, sentença condenatória, decisão definitiva, aplicação da pena, crime permanente, cessação, permanência.
Previdência e Assistência Social	Alteração, Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Código Penal, definição, ampliação, pena de reclusão, crime contra a ordem tributária, sonegação, falta, recolhimento, contribuição previdenciária, ação penal pública incondicionada, eliminação, pena privativa de liberdade, crime de desobediência, penalidade, multa, proibição, suspensão, pretensão punitiva, Estado, extinção da punibilidade, existência, crime, valor, critérios, aumento, redução, pena. _ Alteração, Lei de Lavagem de Dinheiro, inclusão, crime, sonegação, Previdência Social, crime contra a ordem tributária.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, critérios, suspensão, prazo prescricional, processo penal, agente público, perda, foro privilegiado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, atentado violento ao pudor, vulnerável, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Execução Penal, juiz, sentença condenatória, fixação, prazo mínimo, cumprimento, pena privativa de liberdade, progressão de regime, saída temporária.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, fraude, concurso público, exame vestibular, registro profissional, provimento, cargo, emprego, função pública, ingresso, instituição de ensino superior, agravação penal, vantagem pecuniária.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, aumento, período, cumprimento, pena, crime hediondo, tortura, tráfico ilícito, drogas, entorpecente, terrorismo, concessão, livramento condicional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, facilitação, entrada, parte, acessórios, componente, telefone celular, rádio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, concurso de pessoas, infrator, utilização, menor, adolescente, crime.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, competência, juizado especial, julgamento, crime, furto privilegiado, definição, coisa de pequeno valor, fixação, pena, exigência, representação judicial.
Direito Penal e Processual Penal	Criação, Código de Processo Penal, investigação criminal, inquérito policial, identificação criminal, ação penal, processo, juiz, Ministério Público, acusado, defensor, perito, direitos, vítima, competência jurisdicional, competência territorial, conflito de competência, violação, direitos humanos, ato processual, prazo, citação, intimação, nulidade, prova, meio de prova, testemunha, suspensão do processo, extinção do processo, procedimento ordinário, procedimento sumário, rito sumaríssimo, Tribunal do Júri, jurado, autos, sentença, recurso judicial, habeas corpus, mandado de segurança, recurso especial, recurso extraordinário, (STJ), (STF), medida cautelar, prisão em flagrante, prisão preventiva, fiança, liberdade provisória, réu, carta rogatória, polícia judiciária, homologação, sentença estrangeira. _ Alteração, Código Penal, Lei dos Juizados Especiais, medida de segurança, prescrição, lesão corporal leve, representação, vítima, decisão definitiva, cabimento, recurso, competência, Juizado Especial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Execução Penal, Lei dos Crimes Hediondos, aumento, pena de reclusão, crime, extorsão, roubo, agravação penal, existência, lesão corporal grave, morte, formação, quadrilha, realização, crime hediondo, tortura, terrorismo, cumprimento, sentença judicial, regime fechado, tráfico internacional, arma de fogo, critérios, livramento condicional, revogação, benefício, extinção, pena privativa de liberdade, falta grave, condenado, progressão de regime, autorização, saída temporária, preso. _ Inclusão, crime contra incolumidade pública, desordem social, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, perdimento, bens, máquinas, ferramenta, matéria-prima, utilização, trabalho escravo, condenação judicial, crime, redução à condição análoga de escravo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, extensão, autoria, crime, abandono intelectual, responsável, guarda, tutela, criança, adolescente.

Direito Penal e Processual Penal

Criação, Código de Processo Penal, investigação criminal, inquérito policial, abertura, diligência, indiciamento, prazo, conclusão, relatório, remessa, autos, Ministério Público, arquivamento, identificação criminal, ação penal, Defensoria Pública, acusado, defensor, interrogatório, assistente, perito, intérprete, direitos, vítima, competência territorial, competência internacional, conexão, continência, determinação, foro, violação, direitos humanos, conflito de competência, ato processual, prazo, citação, intimação, nulidade, prova testemunhal, declaração, inquirição, criança, adolescente, reconhecimento pessoal, acareação, prova pericial, exame de corpo de delito, prova documental, busca e apreensão, acesso, informação sigilosa, escuta telefônica, suspensão do processo, extinção do processo, procedimento ordinário, procedimento sumário, procedimento sumaríssimo, Juizado Especial Criminal, despesa processual, ação penal, Tribunal do Júri, composição, Conselho de Sentença, alistamento, sorteio, convocação, jurado, desaforamento, sentença, questão prejudicial, insanidade mental, acusado, recurso judicial, agravação, apelação criminal, embargos, habeas corpus, mandado de segurança, recurso especial, recurso extraordinário, medida cautelar, prisão provisória, prisão em flagrante, prisão preventiva, fiança, monitoramento eletrônico, liberdade provisória, impugnação, extradição, carta rogatória, polícia judiciária, homologação, sentença estrangeira. _ Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal Militar, Lei de Execução Penal, Lei dos Juizados Especiais, Nova Lei de Patentes, Lei de Programa de Computador, Lei Maria da Penha, Nova Lei Antidrogas. _ Revogação, Código de Processo Penal.

Administração Pública

Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, Lei da Improbidade Administrativa, sanção, agente público, enriquecimento ilícito, exercício, mandato, cargo, emprego, Administração Pública, critérios, crime, Fazenda Pública, multa, dano, prioridade, realização, diligência, processo judicial, procedimento judicial, procedimento administrativo, improbidade administrativa.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, receptação, aquisição, compra, posse, mercadoria, objeto, produto, roubo, furto.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, fixação, pena restritiva de direitos, pena de reclusão, multa, perda, direitos, exercício, comércio, agente, crime, receptação, receptação qualificada, contrabando, descaminho, combate, pirataria.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, aumento, pena, concurso de pessoas, infrator, utilização, menor, adolescente, crime.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, aumento, penalidade, crime, ameaça grave, vítima, servidor, segurança pública, administração, Justiça, tipicidade, crime hediondo.

Direito Penal e Processual Penal

Alteração, Código Penal, aumento, tempo, prazo máximo, cumprimento, pena privativa de liberdade, condenado.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, fraude, falsificação, resposta, prova, concurso público, exame vestibular.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, redução, pena, denunciado, confissão, delito, crime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, requisitos, livramento condicional, aumento, tempo, cumprimento, pena.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime contra os costumes, contratação, pagamento, serviço, sexo, exploração sexual, prostituição, pena de detenção, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, litigância de má-fé, proposição, ação cível, ação penal, juizado especial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, fraude, concurso público, agravação penal, utilização, equipamento, tecnologia.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Abuso de Autoridade, circunstância agravante, pena, crime, homicídio qualificado, orientação sexual.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, Internet, violação, segurança, sistema de informação, meio eletrônico, software, domínio, acesso, conexão, usuário, identificação, computador, conteúdo, deveres, provedor, acesso, arquivamento, dados, fornecimento, informações, ordem judicial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, contrabando, descaminho, prazo em dobro, utilização, transporte marítimo, transporte fluvial, equiparação, crime, atividade, exposição, venda, aquisição, manutenção, ocultação, mercadoria estrangeira, retorno, mercadoria nacional, exportação.
Direito Penal e Processual Penal	Criação, Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores, penalidade, agressor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, prazo máximo, cumprimento, pena privativa de liberdade, condenado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Estatuto da Advocacia e OAB, Código Penal, pena de detenção, circunstância agravante, crime, desrespeito, advogado, exercício profissional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, abandono, pessoa portadora de deficiência, aumento, pena.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime contra a honra, intimidação, pessoa, escola.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime contra a vida, recusa, gestante, pai, tratamento médico, combate, transmissão, doença infecto-contagiosa, risco de morte, feto.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, obrigatoriedade, inclusão, antecedentes, ato infracional, dados, menor, adolescente, infrator, execução, crime, maioridade, responsabilidade penal, fixação, pena-base.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei de Execução Penal, Código Penal, direitos, preso, progressão de regime, detração penal, remição, livramento condicional, preenchimento, requisito, cumprimento, pena, liberdade.
Previdência e Assistência Social	Alteração, Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Código Penal, definição, ampliação, pena de reclusão, crime contra a ordem tributária, sonegação, falta, recolhimento, contribuição previdenciária, ação penal pública incondicionada, eliminação, pena privativa de liberdade, crime de desobediência, penalidade, multa, proibição, suspensão, pretensão punitiva, Estado, extinção da punibilidade, existência, crime, valor, critérios, aumento, redução, pena. _ Alteração, Lei de Lavagem de Dinheiro, inclusão, crime, sonegação, Previdência Social, crime contra a ordem tributária.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime, omissão, assistência familiar, abandono material, provimento, subsistência, companheiro, dependente legal, pena de detenção, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, início, contagem, prazo prescricional, crime, subtração de incapaz, data, restituição, menor, agravação penal, vítima, recém-nascido.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, estupro de vulnerável, vítima, impossibilidade, manifestação, vontade, resistência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, transformação, ação penal pública condicionada, representação, crime, furto, bens de pequeno valor, fixação, pena de detenção, limite máximo, valor, definição, coisa de pequeno valor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra o patrimônio, esbulho possessório, reserva legal, área de preservação permanente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, prescrição retroativa, termo inicial, data, anterioridade, recebimento, denúncia.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, responsabilidade, abandono, pessoa incapaz, vítima, cônjuge, irmão, tutor, curador, idoso, recém-nascido.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, intimidação vexatória, ameaça, constrangimento, difamação, bullying, calúnia, exposição, pessoa, pena de reclusão, agravamento da pena, local, ocorrência, estabelecimento escolar, concurso de pessoas, utilização, meios de comunicação, vítima, pessoa portadora de deficiência, menor, comprovação, preconceito, aumento da pena, lesão corporal grave, violência psicológica, morte, duplicação, pena, ocorrência, suicídio.
Direito Civil e Processual Civil	Alteração, Código Penal, penalidade, testemunha, inquérito civil, depoimento, declaração falsa, negação, verdade, falso testemunho, perícia, pena de reclusão multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, aborto, realização médico, pena de reclusão, proibição, exercício, profissão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, pena de reclusão, furto, moeda, dinheiro, caixa eletrônico, terminal, bancos, instituições financeiras.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, pena de reclusão, furto, moeda, dinheiro, caixa eletrônico, terminal, bancos, instituições financeiras.
Direito e Justiça	Criação, Código Comercial, empresário, nome empresarial, estabelecimento empresarial, sociedade empresária, Direito Comercial societário, sociedade anônima, sociedade limitada, operação societária, obrigação empresarial, contrato empresarial, título de crédito, empresa, crise, falência (Direito). _Alteração, Código Civil, Nova Lei de Falências, Código Penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, tipicidade, crime, bullying, pena de reclusão, multa, aumento da pena, reincidência, utilização, meio eletrônico, meios de comunicação, prestação de serviços à comunidade, adolescente, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento pena, furto qualificado, carga, porto.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravamento penal, crime, falsa identidade, utilização, Internet, pena de reclusão, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, revogação, receptação culposa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime, denúncia caluniosa, comunicação falsa, aumento, pena.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusividade, punição, autor, superior hierárquico, coação, Administração Pública, iniciativa privada, aplicação, pena de prestação de serviço à comunidade, pena de detenção, multa, réu primário, furto, coisa de pequeno valor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, aumento, pena de reclusão, desacato, infração, policial civil, policial militar, guarda civil
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, comunicação, autoridade pública, comunicação falsa, trote.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, penalidade, crime, agente público, segurança pública, administração, Justiça.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, efeito, condenação, perda, bens, utilização, crime contra o patrimônio, normas, apreensão, destinação, seqüestro de bens, arrecadação de bens, acusado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, termo final, interrogatório judicial, arrependimento posterior, confissão espontânea, delito, presença, advogado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, denúncia caluniosa, Justiça Eleitoral, inquérito judicial, ação civil pública, investigação, impugnação, mandato eletivo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, trote, ligação telefônica, emergência, crime, penalidade, pena de detenção, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, utilização, facilitação, personalidade civil, personalidade jurídica, criação, empresa, entidade, abertura, movimentação financeira, conta bancária, titularidade, dinheiro, bens, disponibilidade financeira, ocultação, identidade, pena de reclusão, multa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Execução Penal, definição, prisão, pena de detenção, pena de reclusão, pena, recolhimento, domicílio, requisitos, livramento condicional, revogação, regime semi-aberto, regime aberto, casa de albergado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, qualificação, crime, formação de quadrilha, pena de reclusão, vítima, servidor, atividade, investigação criminal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, cumulatividade, pena de interdição temporária de direitos, crime, constrangimento ilegal, ameaça, sequestro, cárcere privado.

Desenvolvimento Urbano e Trânsito	Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, Código Penal, Código de Trânsito Brasileiro, tipicidade, condutor, veículo automotor, ingestão, bebida alcoólica, substância psicotrópica, resultado, morte, lesão corporal grave, vítima.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, redução, pena, denunciado, confissão, delito, audiência, juiz, Ministério Público, advogado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravação penal, pena de reclusão, crime, roubo, violência, grave ameaça, utilização, arma de brinquedo.
Organização Política, Partidária e Eleitoral	Alteração, Código Eleitoral, crime eleitoral, aplicação, Código Penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, informática, violação, dados, dano, sistema de computador, rede de computadores, dano qualificado, estelionato, equiparação, cartão de crédito, cartão de débito, documento particular, ação penal, representação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, conduta, responsável, cão, animal feroz, transporte, abandono, exposição, perigo, integridade física, pessoas.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, qualificação, homicídio qualificado, crime hediondo, direção, veículo automotor, efeito, álcool, substância psicoativa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Estatuto do Idoso, Código Penal, aumento, pena, crime, maus-tratos, violência, idoso.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, perigo para a vida de outrem, utilização, cerol, brinquedo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, proibição, progressão de regime, liberdade condicional, apelação em liberdade, crime, homicídio, homicídio qualificado, atividade, grupo de extermínio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, equiparação, crime de latrocínio, corrupção passiva, corrupção ativa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aplicação, pena, homicídio, condução, veículo automotor, ingestão, bebida alcoólica, entorpecente.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, conduta, castigo, maus-tratos, danos psicológicos, violência, vítima, criança, adolescente, pessoa portadora de deficiência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, peculato, concussão, corrupção ativa, corrupção passiva, desvio, verba pública, aumento da pena, irregularidade, aplicação de recursos, destinação, saúde, educação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento da pena, crime, abandono de incapaz, exposição, abandono de recém-nascido.
Desenvolvimento Urbano e Trânsito	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, Código de Trânsito Brasileiro, tipicidade, homicídio qualificado, crime hediondo, lesão corporal, direção, veículo automotor, utilização, bebida alcoólica, drogas, entorpecente.
Desenvolvimento Urbano e Trânsito	Alteração, Código de Trânsito Brasileiro, tipicidade, crime, condução, veículo automotor, consumo, bebida alcoólica, agente de trânsito, utilização, meio de prova, recusa, condutor, teste, bafômetro, aplicação, Código Penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipificação, crime, extorsão, constrangimento ilegal, ameaça, guarda, vigilância, veículo, imposição, serviço, estacionamento, via pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, ameaça, agente público, pena de reclusão.
Administração Pública	Definição, crime, abuso de autoridade, sujeito ativo, servidor público, membros, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, ação penal pública condicionada, representação, ofendido, ação penal privada subsidiária, critérios, ação penal pública incondicionada, condenação, indenização, danos, perda do mandato, perda de função, cargo público, pena restritiva de direitos, responsabilidade civil, responsabilidade administrativa, pena de detenção, multa, infrator, processo, julgamento, alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei da Escuta Telefônica, Lei da Prisão Temporária, revogação, Lei de Abuso de Autoridade, dispositivos, Código Penal.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, tipicidade, infração penal, omissão, prestação de contas, aplicação de recursos, convênio, contrato, retardamento, análise, contas, pena de reclusão.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código de Processo Penal, Código Penal, Lei de Lavagem de Dinheiro, Nova Lei Antidrogas, perda, instrumento do crime, União, Estados, Distrito Federal, destinação, polícia judiciária, museu, normas, procedimento, medida cautelar, indisponibilidade, perdimento de bens, apreensão, bens, direitos, valores, levantamento, legitimidade, decretação, requerimento, embargos, alienação antecipada, leilão, administrador, prazo, destruição, incineração, drogas.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, Código Penal, proibição, fixação, substituição, pena, concessão, favorecimento, benefício, trabalho, preso, condenado, regime fechado, divisão, pagamento, vítima.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, revogação, crime contra os costumes, escrito obsceno (crime), objeto obsceno (crime).
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento da pena, crime contra a honra.
Direito Penal e Processual Penal	Estatuto, Internet, regulamentação, inclusão digital, usuário, cooperação, âmbito internacional, crime, informática, meio eletrônico, alteração, Código Penal, Lei da Escuta Telefônica.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, homicídio qualificado, aumento da pena, lesão corporal, ameaça, crime, vítima, professor, profissional de educação, localização, estabelecimento de ensino.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, condenação, crime, apropriação indébita, contribuição previdenciária, perda, função, cargo, emprego público, interdição.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, recusa, demora, atendimento médico, pena de reclusão, agravação penal, vítima, lesão corporal grave, morte.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código penal, tipicidade, crime, exploração, mão de obra, trabalhador, menor.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, penalidade, realização, tatuagem, criança, adolescente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, furto qualificado, aumento da pena, utilização, explosivo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, circunstância agravante, agravação penal, crime, vítima, policial, juiz, membros, Ministério Público, defensor público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena mínima, homicídio simples, substituição, pena de reclusão, prisão.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei de Execução Penal, Lei dos Crimes Hediondos, aumento, tempo, cumprimento, pena privativa de liberdade, prazo, concessão, livramento condicional, progressão de regime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra o patrimônio, furto qualificado, aumento da pena, subtração, arma de fogo.
Segurança Pública	Normas, aquisição, posse, porte de arma, circulação, venda, transferência, importação, exportação, desembaraço aduaneiro, arma de fogo, munição, obrigatoriedade, cadastramento, Sistema Nacional de Armas (Sinarm), exclusão, arma de uso restrito, Forças Armadas, competência, Comando do Exército, autorização, registro, arma, policial, colecionador, atirador, caçador, regulamentação, tráfego, Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados, emissão, certificado de registro de arma de fogo, arma de uso permitido, definição, crime, penalidade. _ Limite máximo, quantidade, arma de fogo, propriedade, pessoa, entidade desportiva, critérios, publicidade, destinação, arma, apreensão, limite de idade, proibição, aquisição. _ Alteração, Código Penal, agravação penal, declaração falsa, registro arma de fogo, revogação, Estatuto do Desarmamento, tabela, valor, indenização, entrega, arma, certificado de registro de arma de fogo, emissão, porte de arma, taxa de fiscalização, comércio exterior, produto controlado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, definição, crime doloso, crime culposo, classificação, imprudência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, conceito, condição de trabalho, trabalho escravo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, sequestro relâmpago.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, Lei da Improbidade Administrativa, aumento, pena de reclusão, crime, concussão, suspensão, direitos políticos, multa, proibição, recebimento, benefício, incentivo fiscal, crédito, agente público, enriquecimento ilícito, prejuízo, Fazenda Pública. _ Alteração, Lei das Licitações, agravação penal, pena de reclusão, aumento, percentual, valor, multa, dispensa, inexigibilidade, fraude, licitação.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, critérios, dosimetria da pena, crime, roubo, circunstância agravante.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, declaração, prescrição, extinção, processo judicial, inexistência, interesse, punição.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Estatuto da Advocacia e OAB, Código Penal, Lei das Contravenções penais, atividade privativa, advocacia, tipicidade, exercício ilegal da profissão, atividade econômica, aumento da pena, crime, exercício ilegal da arte farmacêutica, exercício ilegal da arte dentária, exercício ilegal da medicina.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, trabalho escravo, agravação penal, crime, vítima, criança, adolescente, idoso, discriminação racial, cor, religião, origem.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, impedimento, prescrição, inexistência, ressarcimento, prejuízo, Fazenda Pública, sentença judicial, crime, malversação, recursos públicos.
Arte e Cultura	Alteração, Código Penal, crime contra o patrimônio, furto, patrimônio artístico, patrimônio turístico, patrimônio cultural, agravação penal.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, conduta, exigência, dinheiro, vantagem, exploração, estacionamento, via pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, redução, idade, idoso, circunstância atenuante, penalidade, prazo, prescrição.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, caráter permanente, crime contra o patrimônio.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Código de Processo Penal, interrupção, prescrição, denúncia, queixa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei da Prisão Temporária, agravação, pena, crime sexual, estupro de vulnerável, conjunção carnal, ato libidinoso, pessoa com deficiência, deficiência física, deficiência mental.
Direito Penal e Processual Penal	Regulamentação, atividade profissional, profissão, trabalhador, sexo, proibição, exploração sexual. _ Alteração, Código Penal, favorecimento, indução, pessoa, prostituição.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, gravação, diálogo, aparelho eletrônico.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, comunicação falsa, serviço, atendimento de emergência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra liberdade sexual, tipicidade, conjunção carnal, ato libidinoso.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, homicídio qualificado, vítima, agente público, tipicidade, crime hediondo.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, organização criminosa.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exclusão, crime, manifestação, opinião, crença religiosa, tema, sexualidade.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, estelionato eleitoral, ausência, cumprimento, proposta, campanha eleitoral.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, circunstância agravante, crime, funcionário público, exercício, função, utilização, arma, material bélico, uso restrito, Forças Armadas.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, crime, privação, liberdade, sequestro, cárcere privado.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, criminalização, utilização, menor, criança, adolescente, participação, crime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra a administração pública, atentado, autoridade, segurança pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, circunstância agravante, crime, vítima, policial.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime contra o patrimônio, cônjuge, companheiro, ascendente, descendente.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, crime, estupro, vítima, menor de catorze anos, desconsideração, consentimento, continuidade, relação sexual.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aplicação, pena restritiva de direitos, condição, progressão de regime, regime aberto.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, descaracterização, crime continuado, crime contra a vida.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, fixação, circunstância agravante, agravação penal, crime hediondo, vítima, autor, crime, agente público, exercício, cargo público, função pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei do FGTS, Código Penal, tipicidade, empregador, débito, contribuição, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), trabalhador, repasse, Caixa Econômica Federal (CEF), aumento, percentual, multa.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, limite de idade, idoso, obtenção, redução, contagem, prazo prescricional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, homicídio simples, inclusão, circunstância qualificada, vantagem, crime, improbidade administrativa, preconceito, deficiência física, preconceito social, racismo, agravação penal, homicídio doloso, redução, pena, homicídio culposo, extinção da punibilidade, induzimento ao suicídio, lesão corporal, substituição da pena, lesão corporal culposa, maus tratos. _ Revogação, redução, pena, homicídio simples, infanticídio, estado puerperal, abandono de recém-nascido.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, representação, Ministério da Justiça, crime, vítima, brasileiro, exterior, iniciativa, ação penal pública, retratação, calúnia, difamação, definição, pena restritiva de direitos, desconsideração, unificação de penas, concessão, benefício, preso, redução, pena de reclusão, furto, furto qualificado, dano, dano qualificado, apropriação indébita, apropriação indébita previdenciária, agravação penal, roubo, tipicidade, crime, interceptação, sinal, comunicação, destruição, inutilização, patrimônio público.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena, peculato, peculato culposo, crime privilegiado, crime qualificado, concussão, excesso de exação, corrupção passiva, prevaricação, tipicidade, enriquecimento ilícito, contrabando, descaminho, tráfico de influência, coação no curso do processo.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração (corrigir a digitação), Código Penal, aumento, pena, Crime Contra a Paz Pública, quadrilha, bando, milícia, membros, agente público, Segurança Pública, Forças Armadas, agente político.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, redução, pena, crime contra a saúde pública, falsificação, corrupção, adulteração, produto terapêutico, produto medicinal.
Direito Penal e Processual Penal	Normas, segurança, restrição, utilização, fogos de artifício, produto, pirotécnico, espetáculo, recinto fechado, alteração, Código Penal, tipicidade, crime, pena de detenção.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, redução, prazo, prescrição, pena, crime, menor.
Direito Penal e Processual Penal	Criação, Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas, financiamento, treinamento, mulher, vítima, violência doméstica, alteração, Código Penal, destinação, percentual, multa, fundo penitenciário, fundo nacional.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, qualificação, crime, anúncio, indução, aborto, gestante, previsão, pena.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, informática, distribuição, vírus, computador, internet, aumento, penalidade, utilização, nome falso, terceiros.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento da pena, lesão corporal, violência doméstica, critérios, fixação, pena-base, violência contra a mulher, ação penal pública incondicionada.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento da pena, crime, abandono de incapaz, ascendente, descendente, cônjuge, companheiro, irmão, tutor, curador.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei Maria da Penha, elevação, pena mínima, lesão corporal, violência doméstica, violência contra a mulher, violência familiar, autoridade policial, comunicação, crime, Ministério Público, garantia, competência, Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, palavra, vítima, prisão preventiva, medida, proteção, urgência, boletim de ocorrência, tutela antecipada, pena acessória, restrição, direitos.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, proibição, incentivo fiscal, pessoa física, pessoa jurídica, restrição, locomoção, empregado, trabalhos forçados, jornada de trabalho, exaustão, motivo, dívida.
Direito Penal e Processual Penal	Proibição, utilização, fogos de artifício, recinto fechado, alteração, Código Penal, tipicidade, crime, pena de detenção.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Hediondos, aumento, pena de reclusão, crime, estupro, estupro de vulnerável, exigência, castração química, condenado, violência sexual, concessão, livramento condicional, progressão de regime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, divulgação, imagem, vídeo, sistema eletrônico, segurança, pena de reclusão.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, ação penal incondicionada, crime contra a liberdade sexual, crimes sexuais contra vulnerável.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), circunstância agravante, crime, participação, menor, autorização, juiz, internação compulsória, prazo indeterminado, tratamento médico, adolescente, cumprimento, medida socioeducativa, diagnóstico, transtorno mental, aumento, limite de idade, aplicabilidade, estatuto, internação, estabelecimento educacional, regime especial, atendimento, prazo máximo, liberação compulsória.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, constrangimento ilegal, exploração ilegal, vantagem, guardador de automóvel, estacionamento, veículo, via pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, falsificação, imagem, conteúdo, rede social, fórum de discussão, blog, sítio (Internet).
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, estelionato, informática, remessa, mensagem eletrônica, informação pessoal, senha.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, criminalização, pena, utilização, menor, participação, crime.

Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Penal, menor, ato infracional, crime hediondo, avaliação psicológica, aumento, prazo, internação, reincidência, crime.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, Código Penal, dano qualificado, patrimônio, União, Estados, Municípios, empresa, concessionária, serviços públicos, Sociedade de Economia Mista.
Administração Pública	Obrigatoriedade, utilização, produto químico, retardamento, fogo, construção, edifício público, mobiliário, veículo, transporte coletivo, alteração, Código Penal, pena de reclusão, pena de detenção, infrator.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravamento penal, crime, raça, cor, religião, origem, orientação sexual, deficiência física.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, queima, fogos de artifício, via pública, residência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, extorsão, dinheiro, vigilância, veículo, estacionamento público, via pública.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, agravamento penal, crime, turista.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, aumento, pena de reclusão, crime, receptação, produto, usuário, viciado em drogas.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, punição, ato preparatório, planejamento, crime, delito.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, prazo em dobro, limite mínimo, limite máximo, pena, existência, reincidência.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, terrorismo.
Administração Pública	Alteração, Lei dos Crimes Hediondos, Código Penal, aumento, pena de reclusão, peculato, concussão, excesso de exação, corrupção ativa, corrupção passiva, inclusão, crime hediondo, homicídio simples, homicídio qualificado.

Administração Pública	Regulamentação, Constituição Federal, normas, licitação, contrato, administração pública, dispensa de licitação, pré-qualificação, diretrizes, contratação, obra, serviço de engenharia, aquisição, alienação, bens, divulgação, Internet, procedimento licitatório, cláusula contratual, formalização, execução, alteração, rescisão de contrato, sanção administrativa. Alteração, Código Penal, Lei das Licitações, tipicidade, crime contra a inviolabilidade de segredo, divulgação, previsão, gastos, licitação, ação penal incondicionada, aumento, pena de detenção, contratação, empresa, proibição, participação, procedimento licitatório.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, penalidade, perda, imóvel, comercialização, estoque, bens, origem, receptação qualificada.
Administração Pública	Alteração, Código Penal, Lei dos Crimes Fiscais, Lei de Acesso à Informação, pena de reclusão, negação, divulgação, informação, gestão, administração pública, exigência, solicitação, disponibilização, relatório, multa, ato ilícito, agente público, militar.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, proibição, sigilo, processo judicial, crime, dano ao erário, crime contra as finanças públicas.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, maus-tratos, pena.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, exigência, exame de corpo de delito, comprovação, estupro, autorização, médico, aborto.
Direito Penal e Processual Penal	Alteração, Código Penal, tipicidade, crime hediondo, desaparecimento forçado, pena de reclusão, redução, pena, condenado, colaboração premiada, informação, localização, vítima, identificação, autor, crime, consumação, desaparecimento.
Direito e Defesa do Consumidor	Alteração, Código Penal, tipicidade, conduta, venda, comercialização, produto, prazo de validade, consumo.
Administração Pública	Alteração, Código Penal , Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Inelegibilidade, normas, parceria, convênio, Poder Público, organização não governamental (ONG), impedimento, ocupação, cargo, requisitos, governança, responsabilidade, agente público, gestor, acompanhamento, divulgação, Internet, controle, fiscalização, exigência, emissão, parecer técnico, prestação de contas, penalidade, improbidade administrativa, inelegibilidade, dirigente, organização, condenado, ato ilícito, prejuízo, administração pública.